

Universidade Federal  
do Rio de Janeiro

**Comércio de rua:  
ocupação consolidada  
no espaço público,  
possibilidades de abordagem  
no projeto urbano**

Maria Beatriz [Bitiz] Afflalo Brandão  
Rio de Janeiro, 2008

Maria Beatriz Afflalo Brandão,

**Comércio ambulante:  
ocupação consolidada no espaço público,  
possibilidades de abordagem no projeto urbano**

Dissertação de Mestrado apresentada Prourb - Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Urbanismo

Aprovada em:  
Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2008

---

Prof. Lucia Maria Sá Antunes Costa | PROURB - FAU | UFRJ

---

Prof. Flávio de Oliveira Ferreira | PROURB - FAU | UFRJ

---

Prof. Celso Pereira Guimarães | PPGAV - EBA | UFRJ

---

**B817** Brandão, Maria Beatriz Afflalo

Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público,  
possibilidades de abordagem no projeto urbano./  
Maria Beatriz Afflalo Brandão. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2008.

148 f.: il., 30 cm.

Orientador: Lucia Maria Sá Antunes Costa  
Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação  
em Urbanismo, 2008.  
Referências bibliográficas: p. 114

1. Comércio ambulante – Rio de Janeiro (RJ). 2. Economia informal  
Rio de Janeiro (RJ). 3. Projeto urbanístico. 4. Design.  
I. Costa, Lucia Maria Sá Antunes. II. Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de  
Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

---

CDD 307.76

BRANDÃO, Maria Beatriz Afflalo. Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. PROURB | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

Estudo sobre o comércio ambulante e sua ocupação do espaço público, como desafio para soluções de projeto urbano, uma vez que esse quadro não se apresenta como fenômeno transitório, e que essas atividades não desaparecerão em um futuro previsível na economia nacional e mundial. Metodologicamente a abordagem proposta inclui diversos aspectos: histórico – para compreensão dos comportamentos culturais e das relações sociais do desenvolvimento da atividade; legal – como objeto de leis disciplinadoras; de gestão urbana – na observação do controle cotidiano; territorial – na ocupação do espaço público no projeto urbano e de design – na criação dos suportes da atividade que ocupam o espaço urbano.

O trabalho através de equipes transdisciplinares é a proposta que inclui a sugestão de critérios básicos para o desenvolvimento de projeto.

Palavras chaves: comércio ambulante, projeto urbano, design de suportes, gestão urbana e equipe transdisciplinar.

BRANDÃO, Maria Beatriz Afflalo. Street vendors: consolidated occupation of public space, possible approaches for urban design. Rio de Janeiro, 2008. Master's Dissertation on Urbanism. PROURB | Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

Study on street peddling and its occupation of public space, as a challenge to urban design solutions, considering that this panorama does not seem to be a transitory phenomenon and that these activities will not disappear from national and worldwide economies in the foreseen future. The proposed approach methodologically encompasses diverse aspects: historical – for comprehension of the cultural behavior and social relationships tied to development of the activity; legal – as the object of disciplinary laws; urban management – in the observation of day-to-day control; territorial – in the occupation of public space in urban design; and design – in the creation of activity supports that occupy urban space.

By working through transdiscipline teams, this proposal includes the suggestion of basic criteria for project development.

Keywords: street peddling, trade, urban design, supports design, transdiscipline team.

Agradecimentos a:

Lucia Costa, pelos ensinamentos;  
Companheiros de Seminário de Tese, pelas observações pertinentes;  
Gloria Afflalo, pelo apoio na atividade profissional;  
Virginia Afflalo, pelas noções de pesquisa estatística;  
Luciana Brafman, pela revisão de texto,  
Pedro Menezes, pelo empréstimo de livros sobre o Rio de Janeiro;  
Cristina Micaelo, Helena Rego, Jaques Zajdsznajder, Nelson Curvelano, Lucio Costa e Susan Karin, pelas informações fundamentais;  
Marcelo Veras, Leila da Lapa e Pedro de Copacabana pela reunião proveitosa;  
Amana Vilhena, Larissa Lopes e Livia Sampaio, pelo trabalho na pesquisa;  
Andre Siggia e Luiz Arbex, pela assessoria no design visual;

Claudio Taulois, pelo incentivo para o curso do Prourb

e a minha família, em especial meus filhos e netos, pelo estímulo, sempre.

Nota sobre o título do trabalho:

Desde os primeiros estudos sobre o tema, a designação comércio ambulante parecia inadequada. Contudo, como esta era uma nomenclatura adotada, mantivemos essa referência em partes do trabalho. No título, por sugestão da banca, acatada prontamente, usamos a expressão "comércio de rua".

Monnet [2006:172], em trabalho realizado na rede de pesquisas "Ambulantage entre Global et Local", com pesquisas em diversos países, explora as designações, constatando que, ao mesmo tempo, apresentam semelhanças e diferenças significativas:

- . *hawker ou pedlar/pedler* na Inglaterra e nos Estados Unidos;
- . *colporteur* na França;
- . *camelot* em Quebec ou na África Francófona;
- . *camelô*, no Brasil

Para identificar a atividade de uma forma geral, comércio informal é o termo dominante em todas as línguas, "como se o vocabulário de saber economicista fosse hegemônico nos discursos políticos, midiáticos e científicos".

Contudo quando é necessário identificar a atividade específica, existem diferenças de abordagem:

- . *street vendors*, em inglês, destacando o local do exercício da atividade;
- . comércio ambulante em português,
- . vendedores ambulantes em espanhol e
- . *marchand ambulants* em francês.

Mantemos o comércio de rua, pelo enfoque urbano.

## Sumário

Introdução	
Metodologia	
1. Os espaços de comércio na estruturação das cidades	
1.1 As formas de organização	18
1.2 A importância das centralidades	20
1.3 A transformação de espaços através do movimento comercial	21
1.4 Os espaços públicos na cidade pós-industrial	22
1.5 A dualidade do espaço público	24
1.6 A compreensão da localização e da logística	26
2. Referências históricas do comércio de rua no Rio de Janeiro e no Brasil	
2.1 No início: os mascates	28
2.2 O comércio exercido pelos escravos nos registros de Debret e Walsh	29
2.3 As imagens de Marc Ferrez	31
2.4 As feiras livres	33
2.5 As feiras de arte e artesanato	35
2.6 O caso das bancas de jornais	35
3. O poder público, as leis, causas, conseqüências e controle urbano	
3.1 As primeiras leis	37
3.2 Os quiosques do Prefeito Pereira Passos	39
3.3 As variáveis da gestão municipal em relação ao comércio de rua	40
3.4 A política urbana	41
3.5 A legislação atual com destaques relativos ao projeto urbano	42
3.6 Análise das relações entre a legislação e o nosso trabalho	43
3.7 Exemplos de gestão 1: cadastramento	47
3.8 Exemplos de gestão 2: um projeto exemplar	49
4. O comércio de rua no Rio de Janeiro de hoje	
4.1 Considerações sobre a pesquisa	55
4.2 Análise das respostas dos questionários	56
4.3 Análise das respostas das entrevistas	73
4.4 As Associações	82
4.5 Uma comparação entre pesquisas	83
5. Possibilidades de abordagem do comércio de rua no projeto urbano	
5.1 O foco na cidade do Rio de Janeiro	85
5.2 Uma questão internacional	86
5.3 A cidade dividida	89
5.4 Conceitos de urbanismo para trabalhar	91
5.5 Possibilidades de abordagem no projeto urbano	96
6. O suporte para o comércio de rua	
6.1 Suporte para comercialização: mais um mobiliário urbano	101
6.2 Critérios do projeto de design	102
6.3 Lista de itens de orientação de projeto [check list].	108
7. Conclusão	110
<b>Bibliografia</b>	114
<b>Anexos</b>	

“O comércio de rua : ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano” é um estudo que objetiva permitir aos envolvidos com o espaço da cidade analisar questões e conceitos, que interpretados junto aos requisitos de cada projeto urbano, poderão ser úteis no seu desenvolvimento.

A escolha de um objeto de pesquisa resulta, na maioria das vezes, de um processo de questionamento crítico sobre determinado tema. A nossa participação em etapas do processo dos projetos Rio-Orla [1989] e Rio-Cidade [1993] foram experiências que motivaram as primeiras reflexões sobre o tema. Mas a pertinência da atividade, evidenciando um comportamento cultural, foi a motivação para a percepção de um problema que precisava ser estudado.

No projeto Rio – Orla, uma das questões mais importantes a serem resolvidas, era o comércio ambulante irregular estabelecido na orla do Rio de Janeiro. Era a causa e o objetivo mais discutido deste programa de trabalho. No Projeto Rio Cidade, a questão foi levantada e, um dos equipamentos urbanos exigidos para cada área, era um quiosque para venda parta o comércio de rua. No primeiro caso, essa era uma questão bastante estudada e analisada, tanto no conceito do projeto, como na sua aplicação, gerando uma participação intensa da sociedade em discussões por parte dos quiosqueiros, arquitetos e representantes das associações de bairro e de sociedades civis organizadas. Já no segundo projeto, pouco se questionou a respeito e, na maioria dos projetos-bairro, o design desse tipo de equipamento nunca chegou a ser produzido ou implantado, nem foi realizada nenhuma discussão sobre essa atividade nos espaços definidos em cada área.

A minha participação no primeiro projeto havia sido intensa no contato com os vendedores ambulantes. As negociações foram, quase sempre, difíceis, mas houve resultado. No projeto Rio Cidade, a incapacidade de trabalhar a questão ficou clara. E a ocupação de uma das áreas do projeto das quais participei, o Catete, por esta atividade de comércio é fato comprovado em nossas pesquisas.

O problema que se apresenta refere-se a atividade de vendedor ambulante, cada vez mais consolidada. Os resultados da nossa pesquisa de campo apontam para uma tendência de fixação com exemplos de pontos estabelecidos há dezoito, vinte, trinta e nove anos, dependendo da área de atuação. “Trata-se, na verdade, de um segmento econômico altamente dinâmico que encontrou nessa atividade uma oportunidade de ascensão social e que nela pretende permanecer” [Sorj, 1993: 43], resistindo às variações de atitudes do poder público, gerando alterações nas leis pela prática contínua de ilegalidades, que em momentos posteriores são normalizadas.

A leitura do espaço urbano para questões de projeto não pode dispensar as informações sobre essa atividade que ocorre no espaço público. Há que se considerar ainda, a hipótese de que a ocupação dos espaços projetados por atividades de venda, quer sejam elas efêmeras, relativas a alguns eventos, ou permanentes, é um processo estabelecido e que precisa ser estudado como um aspecto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Poucos são os trabalhos que aprofundaram a pesquisa do comércio ambulante. Se a cidade, como objeto de pesquisa se apresenta como “frágil objeto científico, porque deixa à mostra as raízes de sua instabilidade [Ferrara in Costa, 1989:10]” o estudo da ocupação do espaço público pelo comércio ambulante é um desafio sedutor, na medida em que aborda questões urgentes e pouco exploradas.

Em nossas pesquisas históricas nos deparamos com questões seculares, que a continuar como estão, tendem a se agravar. Um quadro resumo das possibilidades de comércio nos espaços públicos, elaborado a partir das leis, nos possibilitou avaliar a quantidade de possibilidades permitidas. Deixou evidente também a responsabilidade da aprovação dos modelos de um mobiliário urbano diversificado, que interfere na configuração da imagem da cidade

A questão principal, que motivou o trabalho, é a percepção da necessidade de se estudar esse tema, presente e persistente no espaço público da cidade do Rio de Janeiro e que, acreditamos precisa de atenção, para que os projetos urbanos se consolidem adequadamente.

Com isso, o **objetivo deste trabalho** é levantar dados relativos ao comércio ambulante e estudá-los de forma traçar uma perspectiva de projeto urbano, com a possibilidade de inclusão do comércio ambulante, incluindo critérios de design de elementos urbanos para a venda nas ruas.

## **Metodologia e estrutura da dissertação**

O assunto pouco explorado, por ser desafiante, requer um olhar acurado para percepção de uma metodologia que possa construir uma base teórica de análise do assunto.

Que questões podem ser colocadas, para que se defina uma metodologia de trabalho?

No texto de apresentação do livro de Elizabeth Goldfarb Costa - “Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo”, uma das teses a respeito deste assunto, para o curso da FAU/USP; a Prof, Lucrecia D’Alessio Ferrara, aborda duas questões, que continuam persistentes ao tema - a interdisciplinaridade e a questão metodológica.

A primeira evidencia-se às primeiras leituras: qualquer abordagem precisa ser trabalhada em diversos aspectos: histórico – para compreensão dos comportamentos culturais; sociológico – nas relações sociais do desenvolvimento da atividade; legal – como objeto de leis disciplinadoras; de gestão urbana – na observação do controle cotidiano;



territorial – na ocupação do espaço público no projeto urbano e de design – na criação dos suportes da atividade que ocupam o espaço urbano.

Além disso, como diz Ferrara [in Costa.1989:10], essa questão, “metodologicamente, exige como recurso a observação” capaz de desvendar sinais aparentemente irrelevantes, “mas que, associados e interpretados, geram formas de ver e compreender a cidade invisível à sua percepção habitual”. Além da observação, foi preciso procurar referências bibliográficas que pudessem avaliar tanto as observações, como as questões interdisciplinares, sem que cada uma das visões apresentadas acima, extrapole o foco da questão a ser analisada.

Para compreensão primeira de uma abordagem sobre o assunto, recorreremos ao livro citado acima e que corresponde a uma tese de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Encontramos também dois artigos, cada um deles evidenciando pesquisas sobre o assunto.

O primeiro, de Renata Villas-Boas [1996], é uma análise da gestão pública do comércio ambulante, em São Paulo, especificamente no governo da Prefeita Luiza Erundina. Em destaque a análise dos dados da pesquisa IBOPE/CEPAC, realizada naquela cidade em 1991, com os ambulantes. Essa publicação foi determinante na definição de algumas questões a serem pesquisadas.

No outro artigo, Bila Sorj [1993] do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisa sua pesquisa de 1988, com os ambulantes desta cidade. Com a diferença de vinte anos da nossa pesquisa, os dados ali apresentados foram úteis para uma comparação que nos indicou as tendências que permaneceram neste universo estudado.

Já quase na fase final do trabalho, conseguimos o livro “Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização”, organizado por Maria de Fátima Cabral Marques Gomes [2005], a partir do Colóquio Internacional de Comércio e Políticas Públicas em Tempos de Globalização, na Escola de Serviço Social da UFRJ. Com vários artigos, em diversas abordagens, as informações desta publicação sublinharam as nossas abordagens.

Já a conclusão de Costa [1989:31], de que o espírito farejador dos comerciantes da idade média “permanece presente nos dias de hoje”, nos indicou a busca da compreensão da maneira que se organizava o comércio de rua, desde os planos das cidades até hoje. Benévolo [1996], Gutman [1981], Ratto [2004], Stewart [1952], Roseneau [1988], Debret [1989] e Choay [1994,1998] contribuíram para a análise e o entendimento da organização do comércio e seu funcionamento no espaço público. Whyte [1988], Aris [1996], Castells [1999] e Tsiomis [1993,1996] forneceram pontos de análise no **capítulo 1**.

Mas precisávamos de um olhar mais direcionado para o Rio de Janeiro, foco do nosso estudo. Historicamente, como uma colônia euro-

péia, iniciamos nosso comércio com a participação de vendedores autônomos, tanto os mascates que iam de porta em porta, ou pelas ruas apregoando seus produtos, como pelos homens de vara e negros de ganho, estes últimos, patrocinados pelo Senhor, seu dono, que o enviava a venda para dela auferir seu próprio lucro. Alguns escravos aproveitavam-se das folgas para exercer essa atividade e conseguir o alvará de soltura, pagando ao seu Senhor a mesma quantia pela qual tinha sido comprado.

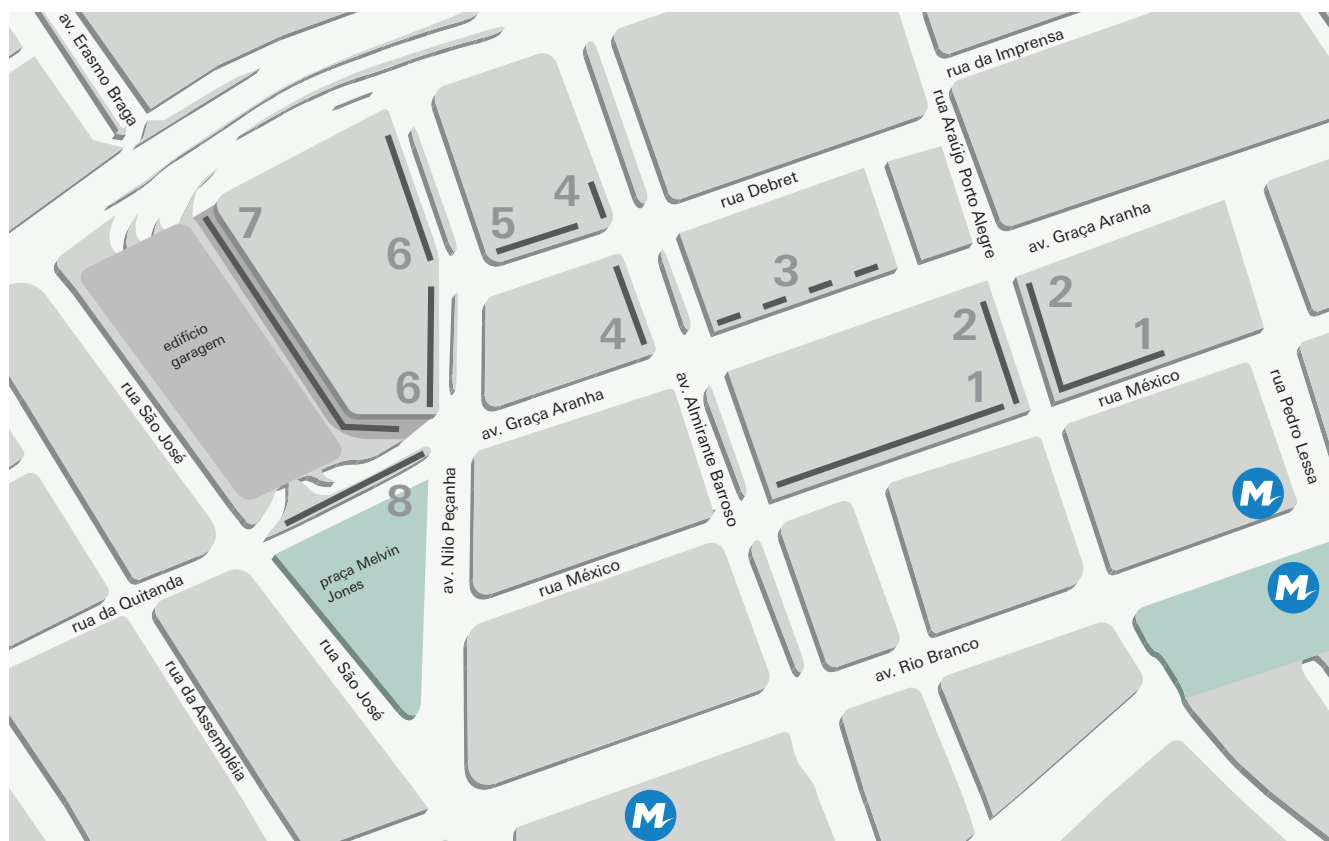
Autores como Debret[1999], Walsh [1985], Morales de los Rios [2000], Goulart [1992] e Ferrez [1984] proporcionaram informações para que fosse possível ter um quadro teórico e iconográfico do comércio de rua nos séculos XXVIII e XIX. Cavalcanti [2004], Morales de los Rios [2000], informações da própria Prefeitura e a nossa experiência em licitações de mobiliário urbano nos mostram o elenco de outros tipos de comércio de rua tais como as feiras livres, as feiras de artesanato e as bancas de jornais. **O capítulo 2** apresenta observações sobre o comércio de rua na cidade do Rio de Janeiro, desde o Brasil colônia, mais especificamente, após a chegada da corte portuguesa no Brasil.

Mas a nossa pesquisa histórica evidenciou que as leis relativas ao exercício da atividade eram, quase sempre, contraditórias. Se num tempo permitiam o comércio nas ruas, logo em seguida o proibiam. Observar a gestão pública relativa à atividade era, sem dúvida, importante para compreender as características deste uso do espaço público e suas limitações legais que influenciariam na possibilidade da atividade.

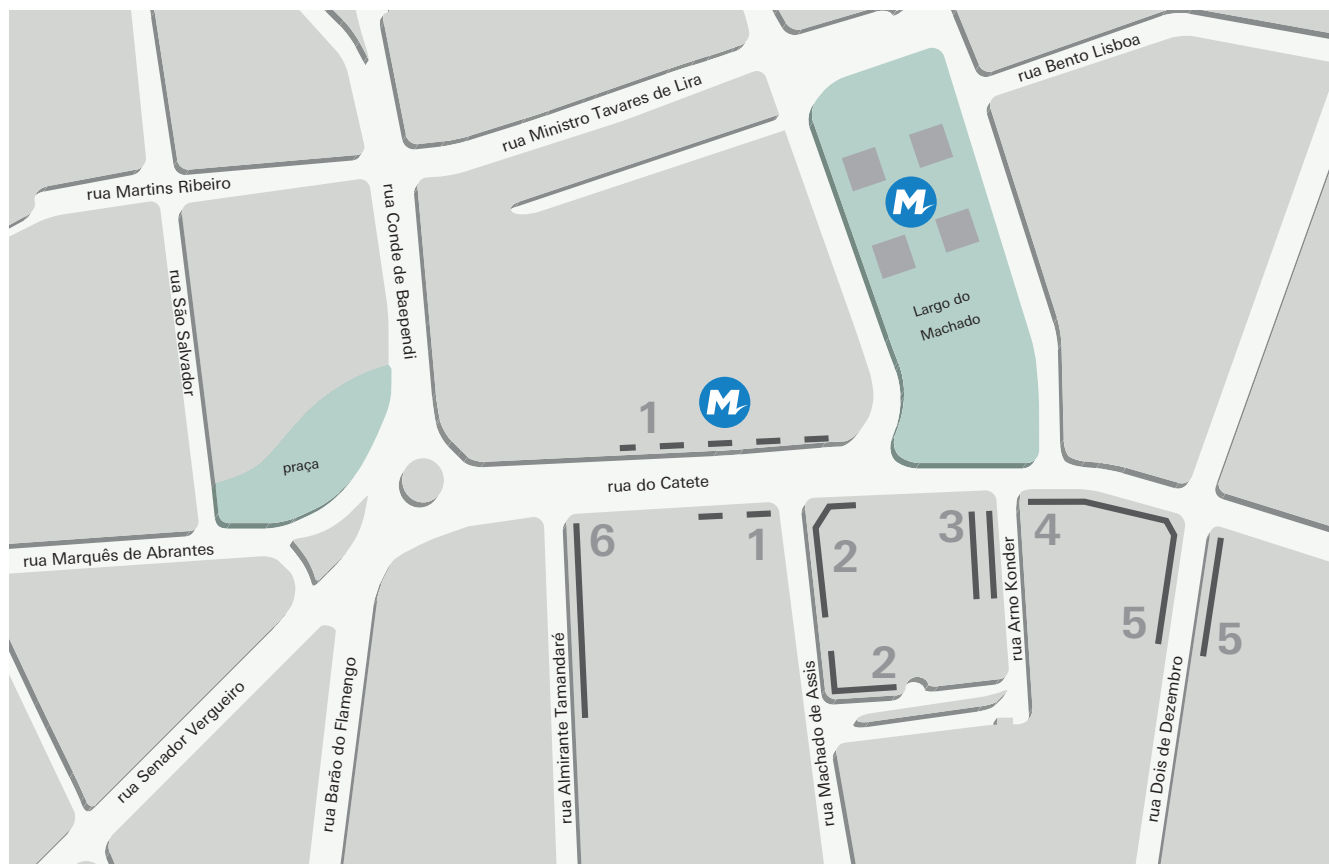
Novamente Villas-Boas [1996], Morales de los Rios [2000] e Cavalcanti [2004] nos permitiram compreender os principais pontos históricos de gestão pública deste comércio, que tende para os mesmos procedimentos de hoje, ou seja, a alternância entre o proibido e o permitido. Em Brenna [1985], conseguimos registros históricos do período Pereira Passos, pródigo no combate aos quiosques instalados na cidade. Whyte [1988] nos instigou a observar o aspecto legal e Curvelano [2004] nos deu essa possibilidade através da sua publicação sobre a Legislação Fiscal do Rio de Janeiro, que nos permitiu uma análise das leis, a montagem de um quadro tipológico e um resumo com destaque dos pontos que interferem no projeto urbano. Com referência a gestão pública, entrevistamos Lucio Costa e Susan Karin, ex e atual Coordenadores de Controle Urbano; Jacques Zajdeznajder, sobre o cadastramento de ambulantes já realizado no Rio de Janeiro e com relação ao Rio Orla, Cristina Micaelo e Helena Rego, arquitetas do Instituto Pereira Passos, hoje assessora da presidência e gerente de projetos, respectivamente, e integrantes da equipe de acompanhamento de projeto naquela época. [ver anexo 4]

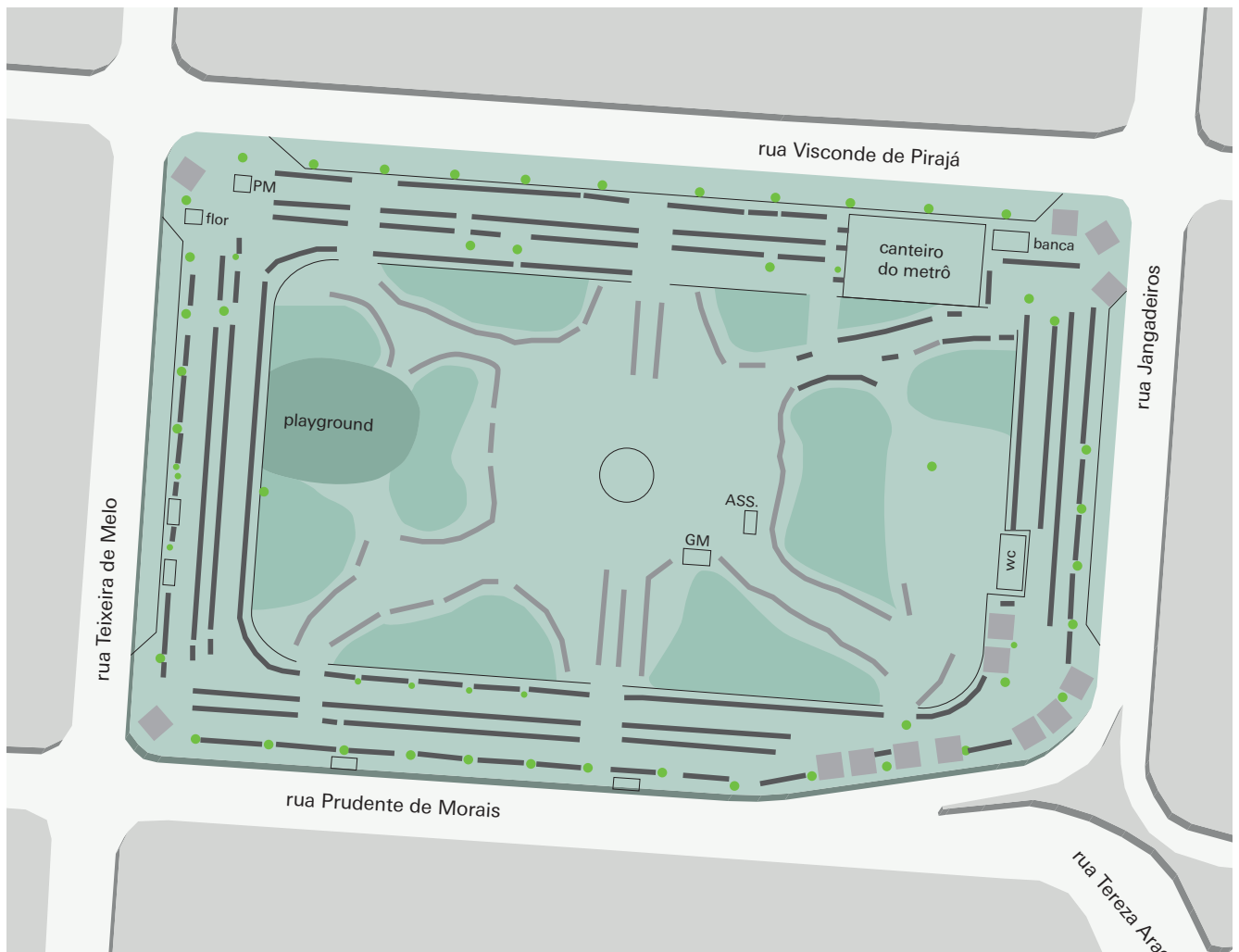
**O capítulo 3**, resume os aspectos legais e de gestão urbana, relativos ao comércio ambulante. Observe-se que a abordagem do projeto Rio Orla, destacado neste capítulo, tem para este trabalho um significado especial, uma vez que foi o único projeto urbano com ênfase no comércio ambulante. Um outro dado é que o registro dessa experiência neste trabalho se torna interessante como documentação de uma experiência relativa.

## Centro



## Catete





Os três mapas das áreas estudadas apresentam nos traços em cinza escuro a presença dos ambulantes. Na Feira Hippy, a parte central em traços mais claros refere-se a presença dos artistas plásticos que expõem seus quadros em grades especiais.

Mas é parte fundamental a pesquisa de campo, cuja metodologia incluiu: observação e fotografia para compreensão dos locais a serem estudados, questionários e entrevistas com ambulantes das áreas definidas como estudo de caso, mapas e novas fotos dessas áreas; entrevistas com administradores públicos e representantes de organizações civis ligadas ao tema e observações da atividade, tanto no Brasil como em outros países, com registros fotográficos.

São muitos os tipos de atividade de comércio exercidas nas ruas do Rio de Janeiro, foco principal deste trabalho. Um levantamento completo desta atividade na cidade do Rio de Janeiro é uma tarefa considerável, e que ultrapassa os limites de uma dissertação de mestrado. Contudo, para compreender quem é o cidadão que está nas ruas trabalhando e para que o assunto tenha sido analisado sobre várias perspectivas, foi elaborada uma pesquisa de campo em áreas selecionadas, que será apresentada no **capítulo 4**.

Tomamos como referência três áreas da cidade para observação: Centro, Catete e Feira Hippy. A escolha foi feita, a partir de observações preliminares, que detectaram que, cada uma dessas três áreas oferecia algumas particularidades a serem estudadas, permitindo uma visão mais completa do assunto, além do cruzamento de similaridades, que reforçariam alguns pontos.

Os ambulantes do Centro, em sua maioria, trabalham no horário comercial, de segunda à sexta. No Catete a opção é mais variada e há muitos que trabalham de domingo a domingo, buscando o público de empresas locais e o morador do bairro. A Feira Hippie só funciona aos domingos. A mescla de produtos também se apresenta de forma diferente: no Centro, priorizam doces, balas, a venda de pequenos objetos como um pequeno bazar, a venda de bolsas, bijuterias e relógios; no Catete as barracas de roupas formam um bom grupo e a Feira Hippie é a mais direcionada para objetos de casa e lembranças turísticas. Nessas áreas, apresentadas nos três mapas nas páginas anteriores, a observação em campo passou a focar: no Centro da cidade, especificamente a área do Castelo, entre as ruas México, Araújo Porto Alegre, Graça Aranha, Almirante Barroso, Nilo Peçanha, Erasmo Braga e Quitanda, em frente ao Edifício Garagem; no Catete, a periferia do Largo do Machado, no lado da rua do Catete, e as ruas Dois de Dezembro, Arno Konder, Machado de Assis e Almirante Tamandaré; e na feira Hippie, toda a praça em Ipanema, selecionando-se aleatoriamente os entrevistados.

Definido o recorte da observação de campo, estabeleceu-se uma forma de abordagem, tentando criar um processo com fases contínuas, planejamos a pesquisa em algumas etapas. Em nosso trabalho, em função do tipo de público a ser pesquisado, o processo é um dado fundamental. Nosso objeto de pesquisa é uma atividade que, apesar de regulamentada, apresenta uma relação com atividades marginais e um histórico de conflitos que torna a observação de campo, tarefa complexa. A postura de observação precisa de cuidados e de uma boa aproximação. Os ambulantes desconfiam, têm receio que a observação venha a mando do poder público, se fecham, mentem ou fogem. As primeiras visitas aos locais foram feitas sem nenhum contato. Só uma observação e algumas fotos, de longe. Depois veio a fase da incursão para compras eventuais e um bate papo informal.

A atitude precisa ser amigável e o retorno ao campo é sempre uma demanda. É preciso construir uma relação de confiança. Segundo Arantes [1994:201], analisando sua própria pesquisa no Centro de São Paulo, é preciso, necessariamente, mudar a posição de observador para se inserir nestas zonas, se expondo às práticas que situam vários sujeitos dessa atividade. Assim, no caso do mercado ambulante, criar uma situação de cliente pode facilitar a pesquisa.

Segundo Demo [1994:33-53] a pesquisa deve significar “a capacidade de andar de olhos abertos, ler criticamente a realidade, reconstruir condições de participação histórica, informar-se adequadamente”. Com esse olhar, fomos desenvolvendo o interesse sobre o assunto há algum tempo, e conseguimos formar um arquivo de fotos, tanto do Brasil como tomadas no Exterior, permitindo demonstrar: a quanto tempo o comércio ambulante está nas ruas; que existem ambulantes em outros locais do mundo, como Nova York, Paris, Sidney, Cascais, Roma, Florença, Veneza e Londres e que é necessário pesquisar e entender melhor o cotidiano deles para poder fazer alguma proposta de projeto urbano nas áreas em que eles atuam.

A pesquisa fotográfica em outras cidades internacionais atesta a



Roma 2008



Nova York: anos 90



Paris: 2001



Sydney: 2001



Roma 2008



Florença: 2008



Londres: 1994



Cascais: 2008

A observação dos vendedores de rua em cada local visitado influenciou no encaminhamento do trabalho, tanto na crença da sua validade, como na constatação de detalhes e arranjos semelhantes em cidades diferentes.

persistência do problema evidenciando a necessidade de estudo e avaliação para uma possível intervenção.

A partir das observações anteriores, da pesquisa teórica, incluindo os resultados da pesquisa Ibope/Cepac, complementadas pela leitura de Zeisel [2006], e dos elementos que precisamos avaliar nesta proposta, foram organizados um questionário e uma série de perguntas para entrevistas. Tivemos 151 ambulantes respondendo ao questionário e 13 sendo entrevistados.

O questionário foi elaborado de forma a observar como “os fatores humanos assumem a forma de estruturas” [Chauí.1994:274], ou seja, de sistemas diferenciados de comportamento, que consideramos uma abordagem adequada, uma vez que segundo nossa pesquisa teórica, os atores deste problema em questão, estabelecem relações estruturais com princípios internos específicos, e que vão definir as atividades do grupo no espaço público.

Já com os questionários prontos, no campo, em nossas investigações, percebemos que, mostrar uma parte do projeto já realizada foi fundamental para a aquiescência e colaboração. A existência de fotos de trabalhos de Debret, as imagens de Marc Ferrez e algumas fotos internacionais facilitaram a aceitação da pesquisa. Em alguns casos a surpresa de se perceber estudado, facilitou a fluência nas respostas. Mas houve casos de reação bastante negativa.

O objetivo desta pesquisa era levantamento e análise das questões referentes às relações do mercado: onde estão localizados, quais as respectivas motivações para esta atividade, o que é vendido, como se processa a venda, quais as características da clientela; quais as dificuldades no estabelecimento do ponto, como é a operação, a instalação e o desmonte diário; como funciona o dia a dia; quais as relações com o poder público; e ainda, se lhes fosse permitido mudar, quais as características que gostariam de encontrar tanto no espaço, quanto num novo equipamento. Parte do questionário focou no perfil social, cultural e econômico dos ambulantes. Ver questionário no anexo 1.

A entrevista visou aprofundar as mesmas questões do questionário e sua aplicação buscou trabalhar com os ambulantes mais antigos em cada área, o que nem sempre foi possível, uma vez que, entre esses, o fator de desconfiança era alto, principalmente no Centro e no Catete. Tomamos, então, como critério um mínimo de cinco anos de permanência. A maioria das perguntas era aberta, deixando o entrevistado livre para fazer suas colocações. As entrevistas estão no Anexo 2.

Finalmente uma comparação entre os dados levantados nesta pesquisa e aqueles obtidos por Sorj [1987], nos permitiu a consolidação de algumas tendências e o desaparecimento de outras, nos proporcionando uma visão analítica em função dos 21 anos que separam as duas pesquisas.

Construída a base teórica e analisado os dados da pesquisa de campo, formulamos uma proposta de possibilidade de projeto urbano com a inserção do comércio ambulante, a partir de alguns pontos definidos

em função da compreensão do problema tanto nos três capítulos iniciais como da análise da pesquisa de campo.

Assim no **capítulo 5**, nos utilizamos de alguns autores, que defendem os mesmos procedimentos que recomendamos, para corroborar nossas pretensões. Whyte [1988], Castells [1999], Tsiomis [1993,1996], Ascher [1995], Arantes [1993], Jacobs [1992], Santos [1988], Santos [2008], Alexander [1967,1981] e Lynch [2000] são os autores que nos ajudaram a formular uma proposta de projeto urbano que sinalizasse para a possibilidade de inserção do comércio ambulante, com destaque para o trabalho em equipe transdisciplinar. Baxter [1998] nos proporcionou uma ferramenta de metodologia de trabalho que, por analogia foi adequada à nossa proposta no final deste capítulo.

O **capítulo 6** apresenta o desenvolvimento do design dos elementos urbanos inserido no projeto urbano, definindo uma série de conceitos, critérios e procedimentos que, se observados podem contribuir para o sucesso do trabalho de design de suportes inseridos no espaço público. Para tal, contribuíram Carmona [1985], Creus [1996], Bohigas [1996], Bonsiepe [1983], e Bürdek [2006]. Como o objetivo deste trabalho é estabelecer critérios básicos para um projeto urbano que inclua a solução do problema dos ambulantes no espaço público, incluindo o design de suportes para a atividade, este capítulo apresenta um 'check list' ao final, desenvolvido a partir dos autores citados acima e da minha própria experiência em projetos de design para uso público, incluindo o mobiliário urbano.

A conclusão, que pretende uma análise final sobre o assunto conta ainda com citações de Ascher [1995], Santos [2008] e Bauman[2000], enfatiza a importância de cada ponto estudado, conforme os destaques a seguir.

O estudo da organização das cidades deixou claro que os conceitos que determinam a localização dos vendedores nas ruas da cidade, seguem os mesmos padrões propostos nos planos das cidades, nos tempos em que as atividades de venda só aconteciam no espaço público.



Vassoureiro no Flamengo. 2006

O processo de organização do comércio de nosso país nos demonstra a mesma cultura comercial das ruas, que aqui foi iniciada pelos mascates e negros de ganho, e continuada até os dias de hoje, incluindo ambulantes que se comportam exatamente da mesma forma há mais de 100 anos, como por exemplo, o vassoureiro.

A observação das estruturas legais que permitem e limitam as atividades, direcionou nossa observação para a gestão pública, onde buscamos exemplos que nos permitissem acreditar na possibilidade deste trabalho.

A observação da realidade, incluindo os vários atores que dela fazem parte nos permitiu acreditar, que a partir dos pontos destacados nos capítulos 5 e 6, podem ser realizados projetos urbanos, inseridos numa política pública que corresponda a realidade encontrada nos espaços públicos.



# 1. Relações dos espaços de comércio na estruturação das cidades

## 1.1 As formas de organização

Desde os primeiros estágios da evolução urbana o comércio ocupa parte fundamental na organização das cidades. “Os templos deverão ser construídos em terrenos elevados em volta do mercado, juntamente com os vários prédios governamentais, o ginásio, escolas e teatros” [Platão, Livro LVI: 770].

Quando a organização dos assentamentos humanos passou a exigir a especialização de tarefas que se dividiam entre os produtores de alimentos e a população de especialistas que residia na cidade, a troca ou comércio se transformou em um fator estrutural na organização destes assentamentos. De Vitruvio a Carta de Atenas, o comércio das cidades esteve sempre presente nos planos de cidade ideal. Avaliar esse tema ajuda a entender a atividade do comércio nas ruas.

A essência do comércio continua a mesma, desde sua origem: uma relação bilateral na qual o interesse na mercadoria aliado à viabilidade econômica estabelece uma relação de troca – a venda e a compra. Mas para que essa troca aconteça é necessário um espaço de encontro. A localização deste espaço de encontro nos planos das cidades é o ponto que nos interessa.

Na estruturação das cidades, os espaços de comércio vão estar situados como pontos centrais ou distribuídos nas vias de comunicação, desde os primeiros tempos até os dias de hoje. Da mesma forma, o fundamento das relações comerciais percorre os tempos sem grandes modificações.

“Há cerca de 5.000 anos, algumas aldeias se transformaram em cidades; os produtores de alimentos são persuadidos ou obrigados a produzir um excedente a fim de manter a população de especialistas: artesãos, mercadores, guerreiros e sacerdotes, que residem num estabelecimento mais complexo, a cidade, e daí controlam o campo. Doravante todos os acontecimentos históricos sucessivos dependem da quantidade e da distribuição deste excedente.” [Benévolo. 1996:10]

Ratto [2004: 21] esclareceu que o comércio como conhecemos hoje, foi possível com a criação da moeda, “por volta do séc. VI a.C. atribuída a Cresos, rei da Lídia, país situado entre a Mesopotâmia e a Jônia e um importante centro comercial e cultural, ligando o Oriente Médio à Grécia”.

Vimos também que do ano 1.000 a 1.300 a produção de excedentes encontra certa regularidade. “As cidades mais bem localizadas, cujas estradas ligam duas ou mais regiões produtoras são as que atraem um

maior número de viajantes para o comércio, que é exercido ao ar livre” [Ratto, 2004:25], num movimento de estacionar a venda nos caminhos dos compradores.

Segundo Gutman [1981: 259] “a rua [via] existiu somente como idéia, não como forma construída”. Era na verdade um caminho, uma idéia de chegada a um ponto, um espaço de fluxos. E é seguindo essa tendência que o planejamento e a localização dos edifícios nos planos urbanos obedeceram, sempre, aos critérios dos fluxos de interligação para o desenvolvimento das atividades. Os fluxos, dentro da organização espacial são, na verdade, os determinantes na definição do desenho urbano em relação ao comércio. Os planos urbanos que vão se destacando através da história adotam diferentes critérios, considerando esses espaços de fluxos.

Em Stewart [1952:17] verificamos que no planejamento das novas cidades gregas, a Ágora era o ponto central no plano urbanístico. Nela se situava “o mercado público, o espaço para as festividades e jogos e o local de revista da Guarda da Cidade.” Ainda, agrupadas em volta da Ágora estavam as colunatas, “ocasionalmente em forma de arcadas de comércio, oferecendo sombra e proteção” para os negócios. Neste caso, o plano proporciona uma ocupação para áreas de comércio, tanto centralizadas no mercado quanto distribuídas nas colunatas.

Observe-se que as cidades planejadas pelos romanos, para consolidar a expansão de suas conquistas, tinham algumas características básicas, seguindo um padrão pré-estabelecido: “ruas em linha reta, cruzadas em ângulo reto, formando quarteirões retangulares, cercadas todas elas por uma muralha e um fosso” (Stewart-1952:29). Destaca-se que quatro portões “permitiam a entrada até o centro principal, com o edifício da administração, a praça do mercado, os templos e as casas de banho” [Stewart -1952:33], garantindo acesso à população para suas atividades fundamentais: o sagrado, a subsistência, o político e o lúdico. Na praça os mercadores se instalavam provisoriamente, muitas vezes, por períodos específicos dependendo das disponibilidades de mercadorias.

Vamos encontrar também, a abordagem do comércio de periferia, como nos planos da cidade ideal de Alberti, completados em 1452, nos quais ele destacava “as vantagens de haver centros de comércio na vizinhança das cidades aristocráticas” [Roseneau 1988: 59], para facilitar o abastecimento dessa população.

Para Vitruvius, em seus escritos sobre arquitetura, por volta de 40 a.C., o mercado deveria ser o centro das cidades “implantado perto do porto, no caso um porto de mar” [Roseneau 1988:31], indicando um ponto fundamental que precisava se deslocar no desenho urbano para facilitar os fluxos de comércio internos e externos.

Há exemplos de atividades comerciais instaladas nos próprios espaços de fluxos como nas cidades muçumanos, onde “as lojas dos comerciantes não são agrupadas em uma praça, mas são alinhadas em uma ou mais ruas cobertas ou descobertas, formando o bazar.” [Benévolo. 1996:226].

Todas essas formas de organização do comércio nos planos das cidades, incluindo seus fundamentos, vão atravessar os tempos e persistir na ocupação das cidades atuais pelo comércio de rua.

## 1.2 A importância das centralidades

Se os fluxos são fatores de estruturação a serem destacados neste trabalho, porque é neles que hoje se instala o comércio ambulante, temos que observar também a importância das centralidades, igualmente buscadas para o exercício do comércio popular nas Metrôpoles modernas.

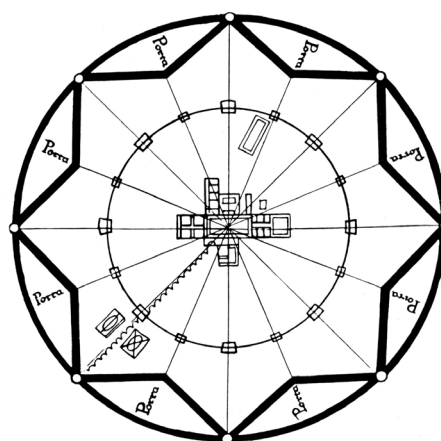
O espaço público da cidade medieval mostrava uma estrutura complexa, uma cidade grande nunca apresentava um único centro: “tem um centro religioso, um centro civil e um ou mais centros comerciais com lojas e os palácios das associações mercantis” [Benévolo, 1996:269], caracterizando a organização do espaço através das centralidades funcionais.

Segundo Roseneau [1988:63] e <http://www.itis-einstein.roma.it/sforzinda/sforzind.htm>, a primeira cidade do Renascimento foi integralmente planejada por Filarete, convidado por Médici, na corte de Francesco Sforza, Duque de Milão, por volta de 1457-64. No sexto livro, do seu *Trattato di architettura* são abordados a cidadela e o plano geral do centro de Sforzinda, concebido numa planta estrelar, formada por dois quadrados deslocados em 45°.

Distribuídas na planta, oito torres, com oito portas acessam avenidas radiais que conduzem à praças de mercado especializadas, onde se vendiam: palha e madeira naquelas situadas a leste e a oeste, óleo e outras mercadorias, ao norte e trigo e vinho ao sul. Em qualquer uma delas, de acordo com a necessidade, seriam vendidas as carnes e outros alimentos, além de realizados outros eventos.

Em Sforzinda encontramos as primeiras referências a criação de áreas do espaço público das cidades, especializadas para os serviços comerciais. Filarete também considerou o fluxo de tráfego no espaço da cidade, projetando canais abastecidos por um rio externo, para o transporte das mercadorias, localizando as praças mercantis em paralelo ao curso d'água.

Já em 1615, Vincenzo Scamozzi publica um tratado, “*Lidea della Architettura Universale*”, onde estabelece regras para o planejamento das cidades, dentre as quais a que ela deveria ser dividida, de forma regular, em cinco espaços abertos, cujas finalidades foram claramente definidas: “o quadrado central maior destinava-se ao edifício da câmara municipal, a Signoria, enquanto os outros quatro subsidiários se destinavam a troca de negócios, ao mercado geral e à venda de vegetais, frutos e de vinho e animais, respectivamente” [Roseneau 1988:73]. Novamente, o plano urbanístico vai trabalhar com a venda organizada de forma específica no espaço público.



Planta de Sforzinda

Na primeira lei urbanística moderna, imposta por Felipe II, de Espanha para as colônias na América, foi estabelecido que “toda a praça e as quatro ruas principais que divergem desta serão providas de pórticos, porque eles são muito convenientes para as pessoas que aí se reúnem para comerciar...” [Benévolo.1996:487]

A lógica do comércio de rua é fundamentalmente a mesma lógica do comércio nas cidades medievais. Em alguns pontos, o mercado ambulante de hoje pode ser associado àquele da Idade Média, que buscava, naturalmente, os locais onde a concentração de homens permitia esperar as oportunidades de comércio. Séculos depois, Whyte [1980:50] constata que o vendedor “está constantemente testando o mercado, e se o mercado desponta num local, logo haverá uma penca deles por lá”. E, se observarmos os locais de ocupação do comércio ambulante nas cidades, vamos encontrá-los em praças, ruas de grande fluxo de pedestres e até mesmo em arcadas, como na Av. Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, lugar considerado privilegiado pelos próprios ambulantes, uma vez que estão protegidos da diversidade climática.

### 1.3 A transformação de espaços através do movimento comercial

Se nos planos da cidade medieval, o comércio se estabelecia no espaço público de maneira planificada, na cidade moderna esta atividade, embora permitida em alguns casos, é considerada uma atividade informal. A ocupação dos espaços públicos por este tipo de comércio provoca, em grande parte das vezes, a desqualificação do local, e tanto o comércio estabelecido como os proprietários dos imóveis da região deploram a situação. Desde Pereira Passos até os dias de hoje, há sempre períodos em que se “declara guerra aos camelos” [Abreu, 1997:63 e jornal “O Globo”,30.11.2002:1]. Mas, ao longo da história vamos encontrar alguns exemplos, nos quais este tipo de ocupação ou manteve as mesmas características através de muitos anos ou transformou o espaço, revitalizando-o.



Nas fotos acima e abaixo, Loggia del Porcellino, com os ambulantes pela manhã e a noite, um local turístico, onde as pessoas vão jogar moedas para na esperança da boa fortuna.

Há cidades que há séculos utilizam os mesmos espaços públicos para as atividades de comércio. Em Florença, ainda nos dias de hoje um comércio ambulante dá continuidade a mercadores do século XVI na Loggia del Mercato Nuovo, ou Loggia del Porcellino. E o faz, com da mesma forma que os ambulantes do Rio de Janeiro. Pela manhã, os ambulantes chegam e montam suas barracas. À tarde um esquema contratado, retira tudo.



Outro exemplo, a cidade de Bruges, na Bélgica, onde hoje se encontra a estação ferroviária “permanece um amplo espaço descoberto onde se desenrola a feira tradicional da sexta-feira em uma das praças da Idade Média” [Benévolo.1996:314]. O fluxo dos passageiros da estação é fator determinante nesta localização.

Esses espaços permaneceram, mas há os que modificaram a sua condição no espaço público. No período medieval, a transformação do comércio informal em estabelecimentos formais se definiu pela apropriação do espaço público: com o crescimento dos negócios, “os proprietários das tendas provisórias se apoderavam dos espaços, construindo edifícios permanentes” (Benévolo.1996:62).

Numa outra perspectiva, essa transformação funcionou como uma das formas de estruturação das cidades através da regularização do espaço público ocupado. Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, vamos encontrar, no século XIX, um exemplo citado por Debret, quando nos aponta um movimento de estruturação da cidade, surgido da atividade ambulante, que fez o ponto e criou a identidade do lugar:

“o mercado avícola, que se situava na praia Dom Manuel, espécie de porto onde encostavam as barcas da Praia Grande. Essa praia e mercado há um tempo, que se estendia desde o Largo do Palácio até o Largo dos Quartéis, contíguo ao Arsenal do Exército, comportava outrora modestas palhoças, único abrigo dos mercadores; mais tarde, regularizada na sua parte superior por uma série de construções sólidas, de armazéns e de lojas, ela formou, com as casas da cidade, uma nova rua muito comercial e constantemente freqüentada por inúmeros compradores, certos de encontrar, à vontade, galinhas, perus, papagaios, macacos e animais de diferentes espécies”. [Debret.1989:6]

#### **1.4 Os espaços públicos na cidade pós-industrial**

Segundo Monnet [in Gomes. 2006:177], a espacialidade do comércio foi totalmente modificada ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. No primeiro, tínhamos o mercado aberto e lojas, onde artesãos colocavam seus produtos à venda; no sec. XIX, teve início a caça aos vendedores de rua, enquanto crescia o modelo de grandes lojas; e no século XX, adota-se a especialização dos espaços, cabendo à rua e aos espaços públicos a função do deslocamento, despido das transações anteriores. É nesse tempo que surge o centro comercial integrado, estruturado em torno de uma galeria de pedestres interna, separado do espaço público da cidade. É neste cenário que o espaço de consumo passa a ter a interação. Ainda segundo Monnet [2006:178], “a tendência a especialização monofuncional dos espaços parece estar se debilitando” e os promotores dos centros comerciais instalam em seus espaços de fluxo, quiosques de venda.

É neste contexto que o comércio de rua se expande.

Por outro lado, até o século XVIII, “o projeto intervinha numa cidade concebida como um projeto fechado” [Tsiomis, 1996:26], com limites definidos espacialmente pelas muralhas. Tanto as cidades medievais,

as do Renascimento, quanto as cidades do período Clássico e do Neoclássico possibilitavam intervenções mais definidas e efetivas. A realidade da era industrial, contudo, trouxe a complexidade para as intervenções desses locais.

A complexidade dos espaços da cidade pós-industrial, conjugada com as diferenças entre teoria, projeto e realização, sob o juízo da decisão político-administrativa, torna a solução dos problemas urbanos mais lenta e difícil. A análise dos problemas urbanos nos indica uma série de variáveis, que muitas vezes independem das soluções possíveis no projeto urbano. Além disso, “a cidade nos escapa” [Tsiomis, 1996:26], e qualquer que seja o plano de intervenção é preciso considerar o imprevisto.

Na cidade atual, “existe um grave desequilíbrio entre o mundo privado, que avança e diversifica, e o mundo público, que mingua e retrocede, perdendo cada vez mais seu caráter de estrutura primária da forma urbana” [Arís, 1996:87]. Contudo, o espaço público deve ser o elemento estruturador do projeto urbano. São as relações de proporção e harmonia entre as ocupações do espaço público e do espaço construído e, principalmente, do uso e distribuição desses espaços que vão configurar a cidade. Quanto mais estruturada por espaços públicos definidos e adequados à vida da população, melhor é sua apreensão visual e sua capacidade funcional.

E é esta fisionomia da cidade que “expressa o seu caráter e serve para explicar os traços sociais, assim como estes estão ligados aos traços políticos” [Poète in Choay.1998:282]. Assim o urbano reflete a cidade, ou como ele se formou através das decisões dos poderes que a constituíram. Mas ainda, “o espaço não é independente da estrutura social; mas sim a expressão concreta de cada fase histórica na qual a sociedade se identifica” [Castells in Abreu.1988:31].

Segundo Rossi [in Arantes.1993:141], “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade”, reflete um tempo histórico que encerra as conseqüências das decisões sócio-políticas; e “há muitos tempos na forma da cidade”. As cidades latino-americanas vão refletir exatamente a suas próprias histórias, transpondo para o urbano as características de cada tempo, diferentes daquelas das outras cidades do mundo.

No Rio de Janeiro, vendedores ambulantes, desde o século XIX, percorrem ou se instalam nas ruas da cidade. Cavalcanti [2004] e Morales de los Rios [2000] destacam que em fins do Século XVIII e no início do séc. XIX, vendiam de tudo, capim de angola, capim seco, milho verde, pipocas, aves, alho, cebola, ervas, frutas, doces, bugigangas e brinquedos. Os mascates, inseridos no esquema sócio-cultural da colônia, iam de casa em casa, exibindo todo o tipo de mercadoria que satisfizesse as necessidades da elegância de suas freguesas: tecidos, fitas, rendas, sapatos, toalhas, sabonetes, colônias, roupa branca, botões e muito mais. O leite era vendido por negros montados em burros, ou mais tarde pelo leiteiro acompanhado por uma vaca, que chegou até meados do século XX.

Se antes de 1808, com a precariedade do comércio instalado, já havia a necessidade do comércio ambulante, com a vinda da família real esta atividade é insuflada, e passa a constituir-se numa forma constante de comércio, encontrada nas ruas da cidade ao longo de mais de dois séculos. Nos séculos XIX e XX, esta atividade urbana no espaço público consolidou-se culturalmente, perdurando até hoje, conforme iconografia apresentada no capítulo 2.

Atentando para a teoria que define que “os contextos espaciais nos determinam não somente de maneira econômica ou social, mas também mental, desde o momento que nós indivíduos nos relacionamos, pensamos, sentimos, imaginamos, movemos, amamos, interrelacionamos humanamente dentro destes espaços físicos” [Madrid. 1997:187], enfatizamos que o comércio ambulante é uma atividade inserida no “modus vivendi” da população desta cidade, de uma forma intensa e contínua, que precisa ser melhor avaliada e compreendida, para que possa ser considerada em projetos urbanos.

Estabelece-se, então, um primeiro destaque relativo ao uso do espaço público; a relação histórico-cultural. Moradores de uma cidade como a do Rio de Janeiro que, há dois séculos vêem o espaço público como local de mercado, são na verdade um público cativo para o comércio ambulante. Para resolver a questão onde há problemas é preciso mais que um projeto. É preciso um novo paradigma de uso do espaço público pelo mercado ambulante. É preciso “articular conhecimentos, articular lógicas diferentes...para dominar um destino aberto” [Tsiomis. 1996:26]

## **1.5 A dualidade do espaço público**

Outra necessidade que se faz pertinente é entender as transformações que se estabelecem no território das cidades. “O fator decisivo dos novos processos urbanos, na Europa e em outros lugares, é o fato de o espaço urbano ser cada vez mais diferenciado em termos sociais. Embora esteja funcionalmente interrelacionado além da proximidade física, acompanha a separação entre significado simbólico, localização de funções e a apropriação do espaço na área metropolitana. Esta é a tendência que fundamenta a transformação mais importante das formas urbanas em todo o mundo, com força especial nas áreas recém-industrializadas: o desenvolvimento das megacidades” [Castells.1999:428].

De acordo com Frugoli Jr [1995:87,105,106], as megacidades traduzem um espaço que concentra o poder e a plebe – o primeiro pronto para usufruir o mais especial, e na outra ponta as pessoas dispensadas, lutando pela sobrevivência ou agressivamente interagindo de forma nefasta na sociedade. Nesse jogo criam-se no espaço público as zonas conturbadas pelo comércio irregular, que trazem matizes diferenciados de marginalidade, muitas vezes ligados ao crime, ou zonas indesejáveis pelo alto índice de agressividade possível.

A nova elite política-empresarial-tecnocrática cria espaços exclusivos, denominados micrópolis por Argullol [in Revista do Patrimônio, no

23:61], segregados da cidade real, de forma a manter-se distante dela. Brasília é um exemplo desse tipo de organização urbana, com suas cidades satélites ao redor. Mas o mundo todo se vê diante de outros exemplos deste tipo, através dos condomínios exclusivos e dos shoppings das grandes cidades, incluindo os megaedifícios asiáticos que encerram cidadelas.

Segundo Santos [2008:307], “a cidade já vinha criando os seus excluídos e seus irracionais”, ou seja aqueles que não estão incorporados na racionalidade das técnicas modernas. “O processo de globalização acelera esta tendência. Ao mesmo tempo há uma demanda de produtividade por atores privilegiados e uma produção de irracionalidade para a maior parte”.

A pergunta que se coloca é, se esta tendência tem sido progressiva, onde vamos chegar? Que movimento é preciso ser feito para que se tenha controle dos espaços públicos? Como projetar para esses espaços públicos considerando as possibilidades de ocupação desordenada que podem vir a ocorrer? “A valorização e/ou a decadência das cidades demonstra uma dualidade social e espacial, que privilegia espaços para as classes profissionais mais requisitadas” [Malezieux-1998: seminário Prourb], e cada vez menos numerosa.

Para quem sobra o espaço público? Para as camadas da população que ainda não se integraram na nova ordem das micrópolis. “É nos principais bairros administrativos de cidades européias, seja em Barcelona, seja em Frankfurt, que se encontra a marginalidade urbana” [Castells.1999:435]. Assim a cidade se vê dividida em dois níveis gerais: o espaço das micrópolis – shoppings e grandes mercados - onde todo espaço público é privado, e por consequência viável somente para parte da população; e a cidade tradicional, onde ainda se misturam todos os atores, com tendências de ocupação informal em grandes áreas da cidade.

Para Santos [2000:287], os arranjos espaciais se organizam em duas vertentes; “de um lado, há extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades.” Correspondem à perspectiva local. “De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades.” E é neste contexto que temos uma ação pública que, em geral, privilegia as ações necessárias a participação nas transações globais, deixando a maioria sem uma “resposta adequada para suas necessidades essenciais”.

Num reflexo direto, os espaços públicos da cidade vão refletir tanto as verticalidades da “modernidade globalizadora”, como a horizontalidade das “frações urbanas que ‘envelhecem’ e podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e sociais hegemônicos” [Santos 2000:308]

Produzimos então uma cidade partida, global e local, refletida no processo de urbanização e/ou ocupação dos espaços da cidade, que no



espelho das tendências gerais passa a sofrer os problemas da competitividade, tornando-se cada vez mais privado.

## 1.6 A compreensão da localização e da logística

Fica cada vez mais pertinente a necessidade de uma análise adequada das formas de ocupação do comércio ambulante no espaço público – fluxos e centralidades. Tomamos alguns exemplos do passado recente, para examinar as questões que envolvem os deslocamentos do comércio ambulante no espaço público. Em São Paulo, em 1983, no governo de Mário Covas, com a fracassada criação de bolsões de comércio; em 1988, no governo de Jânio Quadros [Villas-Bôas.1996:12], com a criação de seis bolsões de “mercancia popular”, depois apelidados de camelódromos; e em 1992, no Rio de Janeiro, no governo de Marcello Alencar, com a instalação em terreno da Presidente Vargas [entrevista:Lucio Costa]. A tentativa era a de criar uma nova centralidade, uma praça de comércio popular, ainda nos mesmos moldes da Idade Média, mas nos três casos, a implantação não funcionou.

Por nossa análise das condicionantes de localização do comércio nos planos urbanísticos citados, deduzimos que uma das regras básicas deste tipo de comércio é a exposição, ou seja, mostrar mercadorias ao público que pode se interessar por elas. Assim, tanto a centralidade que atrai quanto a exposição ao longo das principais vias de fluxo, foram e sempre serão condicionantes do ato de comerciar na via pública. Esta é a questão básica e conflituosa do comércio ambulante. Se a intenção é ocupar uma zona longe dos fluxos, é necessário então criar atratividades.

Em uma entrevista com o empreendedor, fomos informados sobre um exemplo recente, em São Paulo, que pode nos permitir uma análise de condicionantes para a criação de mercados populares bem-sucedidos. Em 2005, foi estabelecida uma parceria entre o governo de São Paulo e o empresário, Sr. Geraldo de Souza Amorim, para revitalizar o Terminal Ferroviário do Brás, no Centro, para alugar para os camelôs, que o governo pretendia tirar das ruas. Localizado a 2,5km da Marginal Tietê, próximo aos centros de comércio que são procurados por compradores de todos os lugares do Brasil, e que chegam diariamente, em ônibus alugados, o terreno de grandes dimensões precisava de uma estrutura que atraísse os camelôs e os retirasse das ruas.

Observados os compradores desta área de São Paulo, foram detectadas as seguintes necessidades: em sua grande maioria os compradores vêm do interior e chegam de madrugada para evitar o trânsito matinal, precisando de estacionamentos para os ônibus, pousada para o descanso dos motoristas, que precisam dormir, sanitários, lanchonetes, segurança e iluminação para as barracas dos camelôs. Atendidos todos esses requisitos, em 9 de agosto de 2005, foi inaugurado o Shopping Popular da Madrugada, que abre às 2h da manhã, e atualmente abriga 4000 camelôs, e recebe 350 ônibus diários, fechando as portas às 15h.

Para o Sr. Geraldo, empresário responsável pelo empreendimento, a criação de uma centralidade de comércio popular depende fundamentalmente do acesso de compradores, ou seja, estar localizada próxima a uma vizinhança comercial forte, estar ligada a um terminal de transporte ou possibilitar o estacionamento.

Segundo Lynch, “o acesso pode ser classificado pelas características as quais é dado e a quem ele é permitido” [Lynch, 2000,188]. Para os ambulantes, haverá, quase sempre, uma contradição: instalados nas calçadas de forma não planejada, esses vendedores procuram espaços que permitam o acesso ao seu cliente em potencial, mas a localização de um grande grupo neste mesmo espaço público dificulta o acesso da população através daquela via.

O modelo do espaço estruturado, com instalação de ambulantes não é exclusivo de São Paulo. A Associação dos Ambulantes do Flamengo aluga terreno na R. do Catete, onde instalaram-se vários ambulantes, em boxes construídos. Já na Central do Brasil, segundo informações do Sr. Marcelo Veras, a Associação dos Micro Empresários da Central do Brasil paga um aluguel de R\$ 22.000,00 rateado entre aproximadamente 200 ambulantes.

Segundo Lessa [2000:298], “o povo ocupa todos os interstícios e possibilidades criados pelo desenvolvimento urbano”. Tal qual a atividade de comércio mais antiga, os ambulantes procuram escolher sua localização no espaço urbano, em função dos mesmos princípios que orientaram os primeiros planos urbanísticos, ou seja, vias de fluxo ou centralidades estruturadas.

Para Moreira Martins [in Gomes. 2006:93], os espaços ocupados por ambulantes “quebram a ordem mais rígida do tecido urbano formalmente apropriado no qual estão inseridos”, mas dão àquele lugar “discursos e práticas socialmente e culturalmente válidos para certas camadas populacionais de menor poder aquisitivo, que reinventam uma nova ordem e redefinem funcionalmente o espaço”.

De acordo com o estudado até este ponto, qualquer solução que trabalhe em outro sentido, não resultará satisfatória, se não for trabalhada a partir de novos paradigmas e com novas formas de atratividade.

## 2. Referências históricas do comércio de rua no Rio de Janeiro e no Brasil

O fator cultural, considerado como “uma mistura dinâmica de símbolos, crenças, línguas e práticas que as pessoas criam” [Anderson and Gale.1992:3], vai estabelecer a relação entre a intensidade de atividade do comércio ambulante e as características específicas de cada comunidade. É interessante reforçar a cultura como o processo de reação das pessoas aos acontecimentos sociais e econômicos de seu tempo, já que é este “resultado que efetivamente pode alterar qualquer regra para impor um novo tipo de apropriação do espaço” [Pinheiro.1994:153].

A História e o comportamento da sociedade brasileira vão influir consideravelmente na extensão da ocupação do mercado ambulante nos espaços da cidade. Assim, a história do comércio informal no Rio de Janeiro nos interessa, do ponto de vista de uma análise da atividade enquanto um processo cultural de solução alternativa criada a partir das necessidades de comércio e sobrevivência de cada tempo. “No Brasil, fazer-se trabalhador ambulante constituía uma das estratégias mais antigas e recorrentes entre os segmentos pobres da população urbana..... No início do século XIX, o ambulante era o tipo social mais comum da cidade” [Gomes.2006:221]. Observá-los do ponto de vista histórico-cultural dimensiona a possibilidade futura.

### 2.1 No início, os mascates

Considerando as características de surgimento do país e, em especial da cidade do Rio de Janeiro, observamos que, estabelecendo-se com núcleos urbanos reduzidos, destinados a uma atividade extrativista intensa, exercida para suprir o continente europeu, estes não possuíam uma estrutura de comércio que suprisse todas as necessidades dos seus habitantes. Surge então a figura do mascate, mercador ambulante que percorre as ruas e estradas a vender objetos manufaturados, panos, jóias etc... [Ferreira.1986:1099] como um dos agentes das primeiras atividades comerciais do país.

Contudo, é preciso destacar que, a masqueteação em nosso país, segundo Goulart [1967:39], não esteve subordinada aos mesmos fatores dessa atividade na Europa. Lá, assim como no Oriente, o surgimento dos mercadores ambulantes aconteceu em decorrência de um status sócio-econômico pré-existente. A terra aqui era virgem, habitada por selvagens com poucos núcleos estabelecidos e sem uma economia própria organizada. Os mascates vieram para estas terras, num movimento de fora para dentro, atraídos pelas promessas de um mundo novo, rico em possibilidades. Vieram cedo e se multiplicaram.

No século XVIII, a “mercancia era volumosa, feita por intermédio de vendedores ambulantes, sobressaindo-se entre eles o mascate” [Goulart. 1967:99]. Vamos encontrá-los em todas as províncias de então e são eles que, por sua atividade intensa, vão provocar as primeiras leis de proibição do comércio ambulante, objeto do próximo capítulo.

Segundo Cavalcanti [2004:75], o comércio era uma das poucas atividades permitidas aos habitantes da colônia e estavam organizados em três grandes conjuntos: “os comerciantes miúdos, denominados ‘retalhistas’, ‘homens de vara’ ou ‘mercadores de loja’; o grupo de negociantes de ‘grosso trato’ ou de ‘sobrado’, formado por destacados importadores e exportadores, senhores de grande cabedal e os ‘capitalistas’, aqueles que ‘viviam dos seus bens ou rendas’ participando eventualmente da compra e arremate de mercadorias”.

É ainda Cavalcanti que nos informa que os comerciantes de ‘grosso trato’ mantinham, por suas estreitas relações com Portugal, um “certo monopólio” e que “tentando furar este cerco, o vice-rei Marquês do Lavradio instituiu uma grande feira no Largo da Glória, onde compradores do interior poderiam adquirir os produtos ofertados por mercadores de todos os níveis”. Por pressão dos comerciantes e dos conselheiros essa feira foi suspensa.

Morales de Los Rios [2000:273] declara que depois de muitas proibições e permissões, em 1821, foi derogada a determinação oficial de se “vender quaisquer mercadorias nas vias públicas”.

## **2.2 O comércio exercido pelos escravos nos registros de Debret e Walsh**

Alguns viajantes que por aqui estiveram, e registraram sua passagem seja através de textos ou desenhos e pinturas, nos deixaram um material que nos permite ter uma percepção da vida, relativa ao comércio de rua nesta cidade.

Os registros dessa história datam de aproximadamente dois séculos. Chegando ao Brasil em 1816, Jean Baptiste Debret documentou com detalhes o comércio ambulante, iniciado pelos escravos.

Na obra de Debret, situada entre 1816 e 1831, o vendedor de rua é destaque, sendo objeto de vários textos e pranchas. Segundo ele, essa atividade começa com “os negros de ganho”, que são os criados das casas ricas que vendem em benefício do patrão: o que nos indica um início patrocinado pelo pequeno capitalista, com o objetivo de auferir lucro. Uma atividade aceita e explorada pelas classes mais abonadas da sociedade.

Nos registros de Debret podemos analisar e tipificar o vendedor ambulante, observando seu comportamento social: alguns deles característicos de uma época, outros presentes na nossa vida, até os dias de hoje, definindo um comportamento cultural que irá se enraizando no cotidiano da cidade. A seqüência de reproduções de seus desenhos nos dá uma visão dos diversos tipos de vendedores que se espalhavam pelas ruas do Rio.

As atividades desses ambulantes não se limitavam à venda, mas também à prestação de serviços no espaço público. Os barbeiros ambulantes são um exemplo. Vagando pelas praias, nos pontos de desembarque; pelo cais, pelas ruas, praças públicas e nas grandes oficinas

procuravam seus clientes entre os negros de ganho. Sabiam “tornar sua profissão bastante lucrativa, pois manejando com habilidade a navalha e tesouras, consagravam-se à faceirice dos negros de ambos os sexos, igualmente apaixonados pela elegância do corte de seus cabelos. Aparentemente vagabundos, eram, no entanto, obrigados a se apresentar duas vezes por dia na casa de seus senhores, para refeições e para entregar o resultado da fêria”. [Debret.1989:71]



Os objetos utilizados pelos ambulantes da época tornaram-se, em alguns casos, referência da atividade, pelo uso contínuo. “O cesto brasileiro, que serve ao negro para transportar à cabeça diferentes espécies de objetos” [Debret.1989:76], e era feito inicialmente de taquara verde e cipó, vai ao longo do tempo se refazendo em outros materiais e funções. E a figura do negro ou do branco carregando um cesto vai chegar ao século XX, na feira livre e no comércio informal praticado nas praias do Rio.



As vendedoras de milho de outrora também iniciam um hábito que atravessa o tempo - o milho e a pipoca continuam presentes nas ruas da cidade: “o milho, colhido nas roças das proximidades e trazido ainda verde para a cidade, aí se torna um regalo para os escravos e seus filhos, que o adquirem nas praças e nas ruas, ou assado ou em pipocas”. [Debret.1989:95]

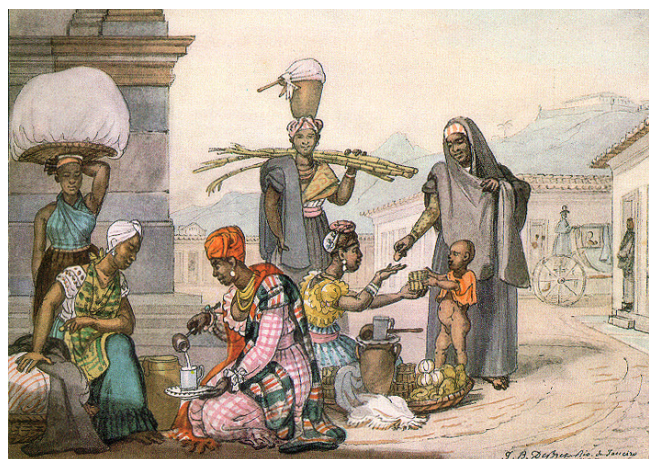


Na segunda metade do século XIX, o governo português sentiu necessidade de abrandar a escravidão, e para isso tomou algumas medidas. Uma delas foi a lei que estabelecia que “depois de dez anos de serviço, todo o escravo que possa oferecer ao seu senhor a importância equivalente ao preço de sua aquisição pode, mediante um requerimento entregue a aprovação do soberano, forçar seu amo a vender-lhe um certificado de alforria” [Debret.1989:130].



Os negros operários e a mulheres conseguem facilmente esse dinheiro: eles se oferecendo a um artifice que lhes empresta o dinheiro, em troca de seus serviços como escravo operário, até que paguem a dívida; e elas pelas relações na Casa Grande ou com seus amantes. Há também os senhores generosos que concedem por testamento, a título de recompensa, a liberdade a seus escravos. Segundo Cavalcanti [2004:126], a maioria das alforrias computadas foi obtida com ônus [50,6%], indicando uma economia local que permitia ao escravo poupar o suficiente para comprar sua liberdade.

Nos desenhos de Debret: o barbeiro, o cesteiro e as vendedoras de milho, angu, refrescos e doces no movimento das ruas e praças



R. Walsh, capelão inglês que por aqui esteve de 1828 a 1829, nos informa que “quase todas as pessoas que vendem verduras nas ruas ou em bancas são negros livres”. [Walsh.1985:197]. Esse autor destaca, ainda, que naquela época a população negra cresceu consideravelmente, com a importação do maior número possível deles. Só no Rio de Janeiro, em 1828, foram adquiridos quarenta e cinco mil, parte deles mandada para o interior [Walsh.1985:197], mas o maior número permanece nos arredores desta cidade.

Nos registros de Flavio dos Santos Gomes [apud Cavalcanti: 2004, 121] havia, em 1796, 109.811 pretos e miscigenados, sendo 23,4% livres. No século XIX, esse número aumentou consideravelmente, em função das leis de proibição do tráfico negreiro, do vinte livre e dos sexagenários. Toda essa oferta de mão-de-obra livre desvalorizou o preço do escravo no mercado, possibilitando o aparecimento de mecanismos de libertação dos escravos, muitas vezes definidos pelos seus senhores.

Libertados, os escravos saíam em busca de atividades possíveis para sua sobrevivência, dentre elas o comércio ambulante, reforçando a característica dessa atividade alternativa que vai fazer parte da vida do brasileiro – mão-de-obra excedente procurando no mercado de rua a sua opção de ganho.



No início do século XIX, “os ambulantes eram um grupo constituído, principalmente de escravos.....de todas as idades e de ambos os sexos, em tempo integral ou parcial” [Martins in Gomes.2006:84]. Na classe das negras livres, as ocupações variavam. As mais inteligentes tornavam-se operárias de modistas e logo aprendiam o ofício, partindo para o trabalho por conta própria. Outras dedicavam-se ao comércio de legumes - as quitadeiras - ou à venda de aluá - bebida fresca, frutas, refrescos e guloseimas, atividades de comércio informal que se manterão até os dias de hoje, ininterruptamente.

### 2.3 As imagens de Marc Ferrez

Desde Debret, que os desenhou, até Marc Ferrez, que os revelou em suas fotos, sessenta anos se separam, mas a persistência da atividade ambulante se mantém. A série de fotos “Vendedores ambulantes no Rio”, de 1895, representa bem a consolidação dessas atividades na zona urbana do Rio. Uma análise comparativa, entre os desenhos de Debret e as fotos de Marc Ferrez, nos informa sobre processo de soluções alternativas de sobrevivência desses habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

O cesteiro que já vimos em Debret se mantém, mudando o material e o trançado. O cesto com rodilha na cabeça vai chegar até 1895, nas tarefas dos garrafeiros e no transporte de alimentos e outros objetos.

Se Debret incluiu os barbeiros nos seus desenhos e observações, Ferrez fotografou o amolador vendendo seus serviços. Este, ainda hoje anda pela cidade, zoando o metal na roda de amolar para chamar os clientes.



O cesteiro e o amolador, nas fotos de Ferrez.

As fotos de Ferrez vão nos fornecer a prova incontestável do enraizamento cultural do exercício dessa atividade nos dias de hoje, como no exemplo do vendedor de vassouras, que transita pelas ruas do Rio até hoje, principalmente naquelas mais residenciais; as baianas ou quitandeiras e o vendedor de cebolas, que ainda pode ser visto na cidade, tendo trocado a cebola pelo alho importado; ou mesmo o vendedor de tecidos substituído pelo vendedor de panos e redes do Nordeste.

O vendedora de miudezas, que em 1895 trabalhava com uma cestinha, hoje, nas feiras livres da cidade, estende as mercadorias num plástico sobre o piso ou ocupa tabuleiros ou barracas dos camelôs nos diversos espaços urbanos.

A vendedor de doces, com sua banquinha, vai se transformar no vendedor de cuscuz, com um equipamento similar, ou ainda vai estar repetido um século depois, com o mesmo equipamento.

Se o negro era o ator exclusivo em Debret, o imigrante passa a coadjuvar em Ferrez. Dos tipos fotografados por Ferrez até os registros contemporâneos, já pode ser deduzida uma classificação, que vai chegar até aos tempos atuais, no comércio ambulante:

- . o que necessita somente de uma vara, um cesto ou absolutamente nada para a sua atividade, como, por exemplo, as quitandeiras, o vendedor de cebola e o vendedor de vassouras;
- . aquele cuja atividade requer um equipamento, tal como os vendedores de doces, de pão, de tecidos e de mocotó de outrora;



Nas fotos de Ferrez, os ambulantes vendendo as mesmas mercadorias que se vendem hoje na cidade do Rio de Janeiro, alguns com equipamentos similares. Alguns produtos se vendem, hoje, em veículos motorizados.



. e aqueles que exercem uma atividade num ponto fixo - os quiosques.

Os quiosques, que “fizeram seu aparecimento em 1872 e se multiplicaram: em 1898 havia 132” [Ferrez.1984:47], vão estabelecer a forma de comércio ambulante com ocupação mais definitiva do espaço público, presente na cidade até os tempos de hoje, agora em diversos formatos. Segundo Ferrez, “neles se vendia de tudo: café, refrescos, pão, manteiga, livros, cigarros, sardinhas fritas, muita cachaça, jornais, bilhetes de loteria e jogo-do-bicho” [Ferrez.1984:47].

Quiosque vem da palavra turca “kiosk” e significa pavilhão: a adesão ao termo se deu pelas técnicas construtivas dos primeiros quiosques, derivada da montagem de pavilhões. No Suplemento Ilustrado Fundições de MacFarlane citado por Cacilda Teixeira da Costa, a descrição dos edifícios do Mercado Municipal de Manaus destaca: “os outros três pavilhões trazidos e montados entre 1908-10 destinavam-se, um deles, ao comércio de tartarugas, e dois outros pequenos, de forma octogonal, à venda de refrescos” [Costa.1994:134].

Etimologicamente, o termo vendedor ambulante contrapõe-se ao comércio em quiosques. Contudo, este é o termo consagrado, surgido no tempo dos mascates e explicitado na definição de ambulante dada por Ferreira [1986:102] - vendedor ou comprador que exerce seu comércio em logradouro público ou em locais de acesso franqueado ao público. O dicionário somente consagra um uso que já se consolidou.

Segundo Villas-Bôas [1995:15], hoje, entre os ambulantes a classificação, usada em São Paulo é a seguinte:

- . camelô - aquele que tem que explicar o produto;
- . ambulante - que tem licença da prefeitura,
- . marreteiro - aquele que invade a rua, joga o “para-quedas” ou a caixa de papelão e se a polícia aparecer recolhe a mercadoria rapidamente.

Morales de Los Rios [2000:282] especifica os produtos comercializados no Rio de Janeiro pelos vendedores ambulantes do período imperial: capim de angola – forragem para os animais, sapê e capim seco – para o fabrico de colchões; milho verde ou pipoca; aves – sempre penduradas no pescoço; cestos ou samburás; alho e cebola – amarrados em tranças e as ervas de arruda – contra os feitiços. Segundo ele, as negras quitadeiras vendiam frutas doces, bugingangas e brinquedos. Outras negras vendiam café torrado, limão doce, cana de açúcar, manuê [folhado recheado de carne, servido quente], sonhos, aluá, angu, pão de ló, puxa-puxa, pé de moleque, cuscuz e cocadas.

No Rio de Janeiro mantém-se quase todos os tipos de ambulantes e de produtos vendidos nas ruas. No capítulo 3, apresentamos a tipologia dos ambulantes selecionada a partir das leis que permitem a atividade.

## 2.4 As feiras livres no Rio de Janeiro

Nossa pesquisa constatou que o comércio através de feiras é uma prática comercial tão antiga quanto a própria cidade. Nos tempos da





colônia era muito comum o comércio de gêneros alimentícios nas praças e ruas, prática que se inicia na organização das cidades. Algumas delas foram instituídas pela administração pública, outras formadas a partir das necessidades e disponibilidades para a venda dos produtos requeridos pela população. Morales de los Rios [1996:280] nos informa que a quitanda do Marisco, feira que funcionava ao longo da Rua da Quitanda, com o tempo passou a ser denominada quitanda da Cidade, pois deixou de vender somente produtos do mar e passou a ser o mercado de frutas, legumes e outros vegetais.

No Largo do Paço, localizavam-se as barracas que vendiam peixes e outros gêneros que chegavam em barcos, para o abastecimento direto da cidade. Era formado por barracas de madeira, com cobertura de telhas de canal, que não primavam pela higiene. Desde então, esse gênero de comércio só se desenvolveu.

Segundo “A História da Feira livre”, em <http://www.rio.rj.gov.br/clf/feiras/index.html>, em 1771, o Marquês do Lavradio, terceiro vice-rei do Brasil, autorizou os mercados de alimentos no Largo da Glória, conforme já mencionado.

Morales de los Rios [1996:280] declara que em 4 de Janeiro de 1822, a Mesa do Desembargo do Paço estabeleceu duas feiras e regularizou os mercados semanais naquela região.

Mas foi somente em 1904 que esse tipo de comércio teve o reconhecimento formal para toda a cidade, pela administração pública. No intuito de se exercer um maior controle sobre tal atividade para o reordenamento da cidade, o prefeito Pereira Passos editou o Decreto nº 997, de 13 de outubro de 1904, que autorizava o funcionamento das referidas feiras aos sábados, domingos e feriados.

Em 1916, em decorrência do grave problema de abastecimento pelo qual passava a cidade como conseqüência da Primeira Guerra Mundial, foi assinado pelo prefeito Azevedo Sodré o Decreto nº 1752, que autorizava o funcionamento de feiras ou mercados livres nos dias da semana previamente designados. Nessa época, as feiras livres assumiram um papel tão importante no abastecimento da cidade, que eram

Ao lado, a feira livre que ocupa semanalmente as ruas do Rio. Abaixo foto de Augusto Malta, da feira que existiu no Largo do Capim, no Rio de Janeiro.





Nas fotos acima dois tempos da Feira Hippie, as duas primeiras fotos de 1979 e a última de 2006

estimuladas e abastecidas pelo próprio governo, por meio do Fomento Agrícola. [<http://www.rio.rj.gov.br/clf/feiras/index.html>]

Hoje, semanalmente montadas nas ruas, distribuem alimentos juntamente com uma desorganização urbana, assimilada por parte da população e rejeitada em alguns bairros. No Jornal do Brasil de 20.01.2000 a notícia era um plebiscito no Leblon para votar sobre a transferência da feira da Rua General Urquiza, local onde funcionava há mais de 30 anos. Os moradores conseguiram sua transferência.

Atualmente são cerca de 210 feiras livres, com uma população de cerca de 6000 vendedores [<http://www.rio.rj.gov.br/clf/feiras/index.html>].

## 2.5 As feiras de arte e artesanato

Surgida dos modismos dos anos 70 a Feira Hippie, a mais tradicional delas, tentou organizar o comércio de artesanato para turistas. Funciona há cerca de quarenta anos, mas periodicamente enfrenta problemas com a agregação de ambulantes em seu entorno, angariando antipatia dos moradores. Esta feira é um dos estudos de caso da nossa pesquisa.

A feira de São Cristóvão, feira livre onde se comercializavam produtos regionais específicos desde 1945, incluindo o artesanato nordestino, acabou por se transformar em ponto de encontro da cultura nordestina no Rio de Janeiro. O tempo de funcionamento, que nos outros bairros não ultrapassa seis a oito horas, foi se estendendo, com início na noite de sábado até a tarde de domingo. Acabou por se transformar num pólo da cultura nordestina no Rio de Janeiro, tendo sido instalada para funcionamento contínuo no interior da estrutura do Pavilhão de São Cristóvão, em 2003, como Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, caracterizando-se como mais um exemplo da redefinição do uso do espaço público pela atividade do comércio ambulante.

## 2.6 O caso das bancas de jornais

A venda de jornais, já há mais de um século é tarefa dos meninos, ou de bancas fixas, como os quiosques do passado ou as bancas atuais, que estabeleceram um tipo de uso do solo, abordados, mas não resolvidos nos projetos urbanos mais recentes, como os projetos do Rio Cidade.

A própria Prefeitura passou por um difícil processo para regulamentar o modelo dos quiosques de venda de jornais. Tivemos, por duas vezes, participação nas tentativas de regulamentação pela administração municipal: a primeira nos projetos do Rio Cidade I, a partir de 1990, quando a Prefeitura solicitou a cada equipe que desenvolvesse uma proposta de banca de jornal e nenhuma delas foi definitivamente implantada.

Na segunda tentativa, no final dos anos 90, a Prefeitura contratou o projeto de um modelo específico, com variáveis de dimensão e acabamento, desenvolvido pelo designer Guto Índio da Costa servindo de base para decreto do Prefeito Luiz Paulo Conde “N”No 17.345 de 10.03.1999, que estabelecia novos modelos de Bancas de Jornais e Revistas. O decreto tornava obrigatória a adoção de um dos modelos estabelecidos e determinava um prazo para a troca desse tipo de mobiliário.

Em 1999, por ocasião da Licitação para Instalação de Mobiliário Urbano no Rio de Janeiro, participávamos de uma equipe concorrente, a prefeitura incluiu como contrapartida para as empresas vencedoras a doação de cento e cinquenta bancas para os jornalheiros. Mesmo com a gratuidade, as bancas não foram aceitas.

Depois de promulgada a Lei 3.425 de 22.07.2002, que regulamenta o uso da publicidade nas bancas de jornais, a Adshel, empresa de mídia em mobiliário urbano, depois denominada Clear Channel, desenvolveu um novo modelo de banca 2004. Participamos do projeto de design que foi implantado através de uma concessão da Prefeitura e um contrato com jornalheiros, no qual a empresa doa um equipamento novo, em substituição à banca antiga, em troca da publicidade em painel luminoso de 3,60m x 2,0m, instalado na parte posterior da banca, que deve estar sempre voltado para a visibilidade do tráfego e do trânsito. Esse é um processo de substituição dos equipamentos, sempre regulado e aprovado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Pelo decreto, estão proibidas as concessões de novas localizações de bancas de jornais no Município do Rio de Janeiro.

Inúmeros outros exemplos dão continuidade à atividade comercial nas ruas, consolidada por leis a partir da chegada de D. João ao Brasil. As calçadas e praças da cidade, cada vez mais, são ocupadas, sem que haja uma avaliação conjunta de todas essas interferências no espaço público. O número de leis e de suportes permitidos é grande e nunca foram estudados em conjunto.

No capítulo a seguir, apresentamos os resultados da pesquisa das relações entre o poder público e a atividade do comércio ambulante, incluindo o elenco de leis correlatas, os tipos de suporte indicados nestas leis e alguns exemplos de abordagem do poder público em relação à atividade.



Banca instalada no centro do Rio, a partir da lei que permitiu o uso de painel publicitário na parte posterior.



Estudos do projeto de design das bancas, 2004|2005

### 3. O poder público, as leis, causas, conseqüências e o controle urbano

#### 3.1 As primeiras leis

As prerrogativas e os processos de instalação do comércio ambulante vão depender da administração pública de cada cidade, em cada tempo. Os grandes centros são os que apresentam maiores problemas a respeito deste tipo de atividade. Aqui no Rio, como em São Paulo, o tema assume as tendências das diretrizes políticas de cada administração municipal. Contudo é importante destacar que, “marcado por conflitos, seja quando a decisão foi de proibição da atividade, seja nas tentativas do poder público de regular ou fixar limites para o seu exercício, o comércio ambulante sempre desafiou as autoridades, escapando do controle estabelecido” [Villas Boas,1996:10].

Algumas vezes a atividade é permitida, aqui e ali, através de permissões, que em geral são atos que legitimam uma ocupação existente. E, embora hoje já existam várias leis regulamentando a atividade, a permissão, dada sempre a título precário, pode ser permitida num período de governo, e cassada mais adiante, gerando conflitos que tumultuam a cidade.

Esse “modus operandi” é recorrente na História do Brasil. Nos séculos XVII e XVIII surgem as primeiras leis que se referem ao comércio ambulante. Naquele tempo, esse tipo de comércio era tão intenso nas ruas e praças que “El-Rei, visando proteger o comércio estabelecido, houve por bem restringir a masqueteação” [Goulart. 1967:99], expedindo vários atos, entre eles o de 24 de maio de 1794, proibindo os mercadores de negociarem com fazendas que servissem para a confecção de roupas, infringindo penalidades severas para o não cumprimento das regras estabelecidas.

Mesmo antes desta promulgação, vamos encontrar em várias províncias o mesmo procedimento, alguns anteriores como, por exemplo, em Pernambuco, quando ainda no século XVII, os comerciantes protestaram e o governo local resolveu, em socorro ao comércio estabelecido, em 26 de maio de 1685, “proibir a mascateação na província, sob pena de degredo para Angola e perda total das mercadorias” [Goulart. 1967:112]. Mas lá também a proibição não surtiu efeito e em pouco tempo os mercadores estavam nas ruas de novo.

Mas com a chegada da corte ao Brasil, “em 27 de janeiro de 1810, o Príncipe Regente declara que ficará virtualmente derogada a legislação que proibia, nas cidades e vilas, a venda de fazendas pelas ruas e casas” [Goulart.1967:100]. Declara, ainda, que “seja livre a todos os Meus Fiéis Vassallos procurar na útil divisão do trabalho, conforme a intenção, a escolha de cada um, os meios de sua subsistência, que além de concorrer com a multiplicidade de compras e vendas para

maior exclusão das mercadorias, a facilidade da extração que motiva mais entrada de fazendas, e saídas de seus equivalentes, com o proporcional acréscimo da coleta das minhas moedas” [Goulart. 1967:100, citando Coleção de Leis do Brasil, volume 1809-1810, pág. 309].

Consolidava-se o comércio ambulante, pela necessidade de uma população que em 1808 era de 60.000, segundo o padre Luis Gonçalves dos Santos, nas Memórias para servir a história da fundação do Reino no Brasil [Morales de los Rio, 2000-59], e que segundo alguns, foi acrescida de 12.000 a 15.000 portugueses que vieram com a corte. Esse crescimento, no entanto, não se ateve à época da chegada real. Foi acontecendo ao longo do tempo, de forma que em “recenseamento feito em 1821, sob a chefia de Joaquim José de Queirós, havia nas terras da carioca 112.600 habitantes, sendo 79.000 na cidade e 33.600 fora dela” [Morales de los Rios, 2000-61].

Em “O Rio de Janeiro Setecentista”, Nireu Cavalcanti [2004:96] contesta a chegada deste número de portugueses juntamente com a corte portuguesa. Para ele, de acordo com pesquisas realizadas junto ao movimento dos navios nos anos de 1808 e 1809, o número fica em “444 pessoas, entre as quais 60 membros da família real e da alta nobreza portuguesa que chegaram ao Rio de Janeiro nos dois anos em questão”. Contudo, não nega o impacto da transferência da corte para o Brasil, “fato inédito de uma metrópole transferir-se para sua colônia”.

Resultante disso pode ser observada no “Livro de Registros de Licenças Concedidas pelo Senado do Rio de Janeiro a Quitandeiras e Mascates”, nos anos de 1819 a 1822, onde verifica-se que em 1819 foram licenciados 350 mascates, 219 em 1820, 307 em 1821 e em 1822, 446” [Goulart. 1967:119]. Ainda segundo Goulart, tais números não exprimem a realidade, pois era comum, por exemplo, mascates requererem a segunda via da licença, alegando terem perdido a primeira, cedendo aquela a algum companheiro que desse modo, passava a exercer sem estar nos registros oficiais e, algumas vezes, sub-contratado pelo dono da licença.

Com a Lei de 1810, estava iniciado o processo de restrição | permissão que acompanha a atividade do comércio ambulante até hoje, sempre influenciado por motivos políticos dos respectivos governos. Como contrapartida, estava também lançada a cultura da burla neste tipo de comércio, com a segunda via da licença.

Segundo Morales de los Rios [2000], o calçado era pouco usado naqueles tempos, já que os escravos viviam descalços e as pessoas livres só os usavam para ir à rua. Com a chegada da corte e o aumento da população estrangeira, apareceram os vendedores ambulantes, que fugindo das tributações do fisco, faziam boas vendas. Percebendo a evasão de divisas decorrente desta situação, a Fazenda Real, em 1813, proíbe que se apregoe e se venda quaisquer mercadorias nas calçadas e vias públicas.

Mas em 1821 volta a ser permitido este tipo de comércio. Já naquela época o comércio se adequava à situação política. Em 1828, havia 1400 comerciantes franceses dedicando-se ao comércio a varejo e

700 ingleses que se dedicavam ao atacado. Em 1831, depois da ida de D. João para Portugal, várias crises se instalaram no comércio da cidade. Não havendo tranqüilidade, deixava de haver confiança e, por conseqüência, o crédito. Os estrangeiros voltavam aos seus países, levando o que podiam. [Morales de los Rios.2000:274]

Com a subida ao trono de D. Pedro II, a situação comercial melhora. Em 1844, “a cidade estava inundada de mercadores de fazendas, que as traziam empilhadas em tabuleiros, atravancando praças, ruas e as entradas e corredores das mansões” [Morales de los Rio, 2000-274].

### 3.2 Os quiosques e o prefeito Pereira Passos



Foto de Augusto Malta

No Rio de Janeiro do início de século XX, “os ambulantes sofreram perseguições, controle e críticas, já que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas” [Gomes.2006:221], destacando-se o controle exercido pelo poder público em relação a esta atividade, quando o prefeito Pereira Passos, “em nome da higiene e da estética, declarou guerra aos quiosques da cidade e proibiu a venda de vários produtos por ambulantes, atingindo, por conseguinte, as fontes de renda de grande número de pessoas” [Abreu:1997,63].



Por iniciativa individual, ambulante tenta reeditar na Rua da Candelária, no Centro do Rio, os antigos quiosques.

Entre outras coisas, uma série de decretos do Prefeito proíbe que “os mercadores ambulantes de leite conduzam as vacas pelas ruas para a venda deste gênero; a venda ambulante de miúdos e a venda de bilhetes de loteria” [Brenna.1985: 23].

No dia 4 de fevereiro de 1903 o prefeito manda fazer um levantamento dos quiosques da cidade e dos que funcionam sem licença. Inicia-se um projeto de retirada dos quiosques. Os da Praça XV foram os primeiros a sofrer alguma ação: a mudança da Primeiro de Março, em função da instalação de um coreto para música [Brenna.1985:28].

Na imprensa há reportagens a favor e contra. A população se divide em relação às medidas estabelecidas. Mas cresce a revolta contra a sujeira. O prefeito programa extinguir os quiosques, mas há discordâncias sobre as indenizações aos quiosqueiros [Gazeta de Notícias – 02.02.1903]. No dia 7 de julho de 1903 o ofício número 1388 da Prefeitura dispõe sobre mascates e vendedores ambulantes sem licença [Brenna.1985:80].

Em novembro de 1906, pretendendo prestar uma homenagem ao prefeito Pereira Passos, José Gonçalves Machado, arrendatário de alguns quiosques, manda fazer um retrato do prefeito, que se retirava do poder, e o instala no quiosque número 124. Alguém pendurou no quadro uma lata velha com inscrições desrespeitosas ao prefeito. O incidente provocou uma revolta, que terminou por destruir nove quiosques, sendo necessária a intervenção da polícia para estancar os acidentes [Brenna.1985:551].

### 3.3 As variáveis da gestão municipal em relação ao comércio de rua

Num dos trabalhos sobre o assunto, Villas-Bôas conclui que “algumas administrações municipais consideravam o comércio ambulante fruto de circunstâncias econômicas e sociais ou como atividade inevitável. Outras simplesmente o consideravam como atividade clandestina e ilegal, fazendo com que ação da Prefeitura fosse voltada para combater sua instalação” [Villas-Bôas.1996:11].

Segundo Maia [2006:76], “a atuação do Estado ganha visibilidade, mormente, através de seus agentes repressivos”, ressaltando que em pesquisa realizada por ela, no início dos anos 2.000, no Centro do Rio, as palavras mais utilizadas pelos informantes eram “violência, repressão, confisco de mercadorias, corrupção e suborno”.

Considerando-se que a competência do poder municipal é proporcionalmente pequena para alterar, de forma substancial, as regras do mercado de trabalho, as administrações se deparam com um problema cuja causa principal pode ser trabalhada de forma reduzida, mas que as resultantes influenciam o espaço urbano, cabendo-lhes a difícil tarefa da solução. “A fiscalização - ora exercida com ações fortemente repressivas tais como apreensão de mercadoria, remoção de barracas, detenções - ora com violência policial direta - sempre conseguiu ser burlada pelos ambulantes” [Villas-Bôas.1996:11], tornando essas ações inócuas, mantendo o problema nos espaços públicos da cidade.

Observarmos ainda que, para alguns autores, como Sorj [1993-269], que a partir de pesquisa realizada no Rio de Janeiro, em 1988, outras razões referentes à ascensão social e econômica, com possibilidade da “abertura de um amplo leque de possibilidades de crescimento do negócio”, são mais imperativas que o desemprego. Isto, conseqüentemente, reduz mais ainda a possibilidade de uma intervenção municipal no sentido de retirar o ambulante do espaço público.

Ainda, a falta de clareza e definição dos critérios legais estabelecidos e de estudos analíticos sobre o assunto, induz as administrações municipais a erros repetidos e continuados, como:

“Exemplo de tratamento bastante radicalizado pode ser encontrado na gestão do prefeito Jânio Quadros de 1985 a 1988 - em São Paulo. Jânio decretou guerra aos camelôs, cassando licenças e pontos fixos de todos os ambulantes que atuavam no centro da cidade, mesmo dos deficientes físicos, que haviam sido regulamentadas durante a administração de Mário Covas” [Villas-Bôas,1996:12].

A violência das expulsões e apreensões e a resistência dos camelôs provocaram protestos, que culminaram na criação de seis bolsões de ‘mercancia popular’ como foram denominados por Jânio, ou de ‘camelódromos’, como ficaram conhecidos pelo povo. Não foi considerado que a utilização de bolsões já tinha sido experimentada no governo anterior, com avaliações negativas.

Esse é um procedimento comum: as mudanças políticas na administração municipal, sem uma continuidade das ações anteriores, são responsáveis por atrasos de processos e novos erros. Segundo o Sr. Lúcio Costa, ex-diretor do Departamento de Controle Urbano até o início de 2008 [em entrevista], essa falta de continuidade política atrasou em 10 anos um programa planejado nos final dos anos 90 e que só em 2007 voltou a ser trabalhado.

A dedução deste tipo de ação é que a permissão do comércio informal nas ruas vai estar sempre na dependência dos humores políticos, pois “apesar da rigidez com que Jânio tratou o comércio de rua durante sua gestão, nos últimos meses que antecederam ao final do mandato, com a perspectiva de vitória eleitoral de forças políticas de oposição, o seu governo relaxou inteiramente a fiscalização, o que provocou uma verdadeira invasão de ambulantes no centro da cidade” [Villas-Bôas,1996:12]. Essa indefinição do proibido/permitido leva a conflitos tanto entre poder público e ambulantes como entre ambulantes pela disputa de pontos.

Segundo Maia [2006:67], o comércio ambulante é visto por alguns segmentos sociais como “ameaça a competitividade das cidades”, e por isso “medidas de repressão, contenção da atividade e ordenação espacial são assumidas pelo Poder Público, em detrimento de outras ações capazes de alterar qualitativamente a realidade desses trabalhadores e de suas famílias”. Estudar a gestão pública relativa ao projeto urbano, no contexto do comércio ambulante é uma forma de avaliar os limites e as possibilidades de desenvolvimento dessas outras ações.

### **3.4 A política urbana**

O entendimento das leis atuais que regulam o funcionamento e restrições para esse tipo de comércio deve definir os limites do projeto urbano. O registro deste ponto de pesquisa torna-se importante para a definição de possibilidades de projeto, e a pesquisa começa nas duas leis mais abrangentes sobre o assunto no Município do Rio de Janeiro: a política urbana na Lei Orgânica do Município e a criação do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.

A política urbana definida na lei tem como objetivo fundamental a garantia de qualidade de vida para os habitantes. Formulada e administrada no âmbito do processo de planejamento, e em consonância com as demais políticas municipais, deve implementar o pleno atendimento das funções sociais da cidade, segundo o site da Prefeitura.

Destaque-se que na lei está definida como função social da cidade a conservação do patrimônio ambiental, arquitetônico e cultural do município, cuja proteção, preservação e recuperação devem ser inseridas na política urbana. Para cumprir esses objetivos e diretrizes, o poder público poderá intervir na propriedade, visando ao cumprimento de sua função social, e agir sobre a oferta do solo, de maneira a impedir sua retenção especulativa, ficando o exercício destas premissas subordinado ao plano diretor e à legislação urbanística aplicável.



Se, como foi visto até este ponto, o comércio ambulante é uma ocupação do solo, muitas vezes, irregular e ilegal, se o exercício desta atividade, da forma como é realizada, degrada os espaços públicos, há que subsidiar-se na legislação para qualquer proposta de solução ao problema do comércio ambulante irregular instalado nas ruas da cidade. Há que se consultar o elenco de mobiliário permitido por lei para qualquer interferência de projeto urbano. O desconhecimento destas informações, quase sempre, descaracteriza o projeto logo após sua execução, uma vez que essa intervenção posterior não foi incluída nos seus requisitos.

Há ainda que se observar o Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, criado pela Lei n. 3.957/05. Trata-se de um órgão participativo e consultivo do Poder Público Municipal, relativo ao desenvolvimento urbano. Vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo, é constituído de: 4 entidades profissionais afins ao planejamento urbano, 4 entidades empresariais, 4 entidades comunitárias, Câmara Municipal e 14 órgãos municipais. O COMPUR é presidido pelo Secretário Municipal de Urbanismo. É informado pelos poderes oficiais que as reuniões são públicas, abertas a todos os cidadãos que assim desejarem. A leitura da lei que o regulamenta nos permite acreditar que este órgão pode ser um bom fórum de discussão de uma política urbana que inclua em sua pauta a questão do comércio ambulante instalado nas ruas do Rio de Janeiro.

Há também o Plano Diretor, [1993] e alguns pontos que podem e devem ser considerados no caso de projetos de urbanização que visem à solução de problemas urbanísticos. No Plano, o uso comercial e de serviços está distribuído preferencialmente segundo a organização do sistema de centros de comércio e serviços, e admitidos em áreas industriais, agrícolas, residenciais e de usos diversificados, de acordo com as especificidades. Porém são estabelecidas as Áreas Especiais de Interesse Urbanístico, Turístico, e de Serviços, que podem ter projetos elaborados com objetivos de requalificação do espaço urbano e dinamização das economias locais, o que possibilita a proposição de projetos que se adequem a essas premissas. Essa proposta abre oportunidades de repensar pequenos mercados populares, desde que estejam inseridos num projeto maior, que considere, como definido anteriormente, a atratividade como dado fundamental.

### **3.5 A legislação específica com destaques relativos ao projeto urbano**

O estudo das leis que abrangem o comércio ambulante, definindo usos do espaço público, foi pesquisado na publicação Legislação Fiscal de Nelson Curvelano Junior. Com intuito de compreender a abrangência das leis, recorreremos a uma entrevista com esse autor, já que ele exerceu o controle urbano, por seis anos. Para ele, a Lei nº 1.876/92 é “perfeita e atende aos anseios de qualquer administrador público que queira ordenar a cidade e foi amplamente discutida pelos vereadores, membros do executivo e representante dos vários segmentos de ambulantes”. Considera ainda que “o único ponto a ser abordado é que o ordenamento urbano, na cidade do Rio de Janeiro,

só será bem executado [e fiscalizado], quando um Administrador Público [Prefeito] decidir aplicar a Lei, sem aceitar a interferência política”.

Em contraponto, a mesma pergunta foi dirigida ao ex-diretor [até o início de 2008] da Coordenadoria de Controle Urbano - CCU, arquiteto Lucio Costa, que considera que “as leis que regulam as diversas atividades nunca consideraram a existência de um mercado econômico e que, historicamente, os vereadores da cidade são populistas logo, as leis que regulam estas atividades, geram comoção política e só são tratadas em momentos de crise. É necessário um amplo estudo para incluir as variáveis na legislação além de enxugá-la”.

A avaliação do painel de leis relacionadas à ocupação do espaço público por comércio vai nos mostrar um panorama das possibilidades desta ocupação. Destacamos nelas os aspectos de interesse para o design e para projetos urbanos que farão interferência em áreas com incidência deste tipo de atividade. A compilação destas leis, com destaques analíticos resumidos dos pontos de interesse do nosso trabalho, visa compreender a ocupação dos pontos de comércio nas ruas da cidade e complementar esse estudo com informação orientadora para consulta rápida de requisitos de projeto urbano. Esse painel faz parte do anexo 3 e serviu de base para a análise que se segue.

### **3.6 Análise das relações da legislação com o objeto do nosso trabalho**

A primeira conclusão que podemos tirar do estudo desta legislação é a característica de passividade na elaboração das leis. Pelo próprio texto de cada uma, e pelo elenco de leis, percebe-se que a maioria delas foi criada a partir de uma atividade informal existente, tratando de regulamentá-la de acordo com as características apresentadas na ocasião. Essa postura traz uma temporalidade que leva a duas conseqüências: artigos que em pouco tempo passam a ser ignorados ou modificados depois, como, por exemplo, as distâncias pretendidas entre os pontos de comércio ambulante de que tratam as leis, que se alteram a cada nova abordagem e não são seguidos, nem exigidos pela fiscalização.

Um bom exemplo pode ser analisado observando-se a lei 1876, de 29.06.1992, que define para os ambulantes com ponto fixo na areia das praias, uma barraca de 2m de perímetro. O Decreto 20.225 de 13.07.2001 vai rever esta definição, instituindo a barraca de 2m x 2m “padronizada” pela Prefeitura, mas que já era utilizada anteriormente pelos vendedores. Este mesmo decreto estipula uma distância de 50 m entre as barracas, que não é seguida pelos ambulantes, apesar de definida também no Manual da Praia, editado pela Prefeitura e que pode ser encontrado no site da Secretaria de Governo.

Um outro dado importante é qual setor do poder público referenda a forma da cidade. Se levarmos em conta que o mobiliário urbano e a ocupação do espaço público livre são dados importantes na caracterização formal, e podem “definir uma idéia de território comum, desde seu desenho e localização até a formalização da paisagem urbano”

[Creus.1996:7], esse é um dado fundamental de avaliação para este estudo.

Na análise das leis que regulamentam o exercício da atividade do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro, vamos perceber que a Secretaria Municipal de Fazenda, neste momento substituída pela Secretaria Municipal de Governo, é a responsável por este detalhe formal da cidade. Em aproximadamente 75% dos casos, as aprovações dos elementos urbanos citados nas leis são de sua responsabilidade, e somente em 25% dos casos, todos eles específicos, ela atua em parceria com outros órgãos, como a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Instituto Pereira Passos [antes IplanRio], a Diretoria de Parques e Jardins e a Secretaria Municipal de Cultura.

Um outro ponto que se observa nas próprias leis resumidas no anexo 3, no que tange a passividade, refere-se a ilegalidade que permeia a atividade, podendo-se considerar que 12% das leis e decretos elaborados até 2004 eram especificamente relativas às posturas fora da lei, já observadas na atividade deste tipo de comércio e transformadas em lei para coibir o que já ocorria.

Um detalhe importante pode ser considerado também para efeito deste trabalho: uma lei específica regulamenta o uso do comércio ambulante em um projeto de caráter social é a Lei 3.549/2003 que cria a cadeira de engraxate para o exercício da atividade por menores carentes, critério que pode motivar algum tipo de projeto específico.

Ainda em relação ao atendimento de questões sociais, no site da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, no link da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização, estão estabelecidos os critérios de seleção dos ambulantes, com pontuação específica para vários critérios estabelecidos para determinar quem pode receber a licença de ambulante. Os critérios mais pontuados referem-se às pessoas com deficiência visual, incapacidade física para locomoção, outros tipos de deficiência ou incapacidade física ou ainda egressos do sistema penitenciário. Mas nossa pesquisa nas áreas selecionadas não encontrou esse tipo de ambulante, embora no depoimento de Marcelo Veras, presidente de associação de ambulantes, ele declara haver muitos ex-presidiários.

A principal análise que se retira do elenco de leis estudadas é a tipologia de mobiliário urbano, necessária e permitida para o exercício legal da atividade de comércio ambulante. O quadro completo destes tipos é uma ferramenta de compreensão das possibilidades de ocupação do espaço público da cidade do Rio de Janeiro e como tal, peça importante deste trabalho. “Pode ser que não seja possível legislar sobre o bom desenho, mas certamente será útil obter algumas diretrizes orientadoras nos livros oficiais” [Whyte. 1985:74].

A tipologia, apresentada nas páginas seguintes, permite uma visão da quantidade de equipamentos que podem ser instalados no espaço público. Juntamente com a leitura dos destaques das leis apresentadas no anexo 3, possibilita perceber a impossibilidade de se atuar em projeto urbano sem o conhecimento dessas premissas já estabelecidas pela administração pública.

São muitas as possibilidades de comercialização no espaço público e a organização deste quadro tipológico é uma forma de tentar perceber o conjunto de elementos permitidos .

Tipo de ambulante	Equipamento exigido	Leis relativas
1. ambulante em tabuleiro ou barraca	tabuleiro de 1m x 1.10m, com cobertura de 20 cm além da área do tabuleiro	Lei 1.876, de 29.06.1992
2. ambulante sem ponto fixo	bujão, cesta ou caixa a tiracolo, mala com 70 x 45 x 30 cm, pequeno recipiente térmico	Lei 1.876, de 29.06.1992
3. ambulantes com veículos	módulo ou veículos motorizados com dimensões máximas de 2.50 x 1.80 x 2.50m [alterado pela lei 2.766/99]	Lei 1.876, de 29.06.1992
4. ambulantes em trailers	trailers com comprimento de 2.51 a 7.0 m, largura de 1.81 a 2.50 m e altura de no máximo 3 m	Lei 1.876, de 29.06.1992
5. engraxates	cadeira padronizada, nas áreas de recuos de edifícios ou em pequeno módulo transportável. Pode exibir publicidade.	Lei 1.876, de 29.06.1992 Lei 3.549, de 16.04.2003
6. fotógrafos	não especificado	Lei 1.876, de 29.06.1992
7. baianas	requerido o uso de caixas envidraçadas com dimensão máxima de 1.0 x 0.70 m, fixadas em cavaletes	Lei 1.876, de 29.06.1992
8. vendedores de angu	requerido um veículo de material inoxidável e vedação perfeita.	Lei 1.876, de 29.06.1992
9. quiosque de flores e plantas em praças públicas	requerido modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundação Parques e Jardins	Lei 1.876, de 29.06.1992 Lei 772, de 03.12.1985 Decreto 14.608, de 04.03.1996 Decreto 22.553, de 03.01.2003
10. pintores e artistas plásticos	exposição em cavaletes ou outro suporte desmontável, aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda	Lei 1.876, de 29.06.1992
11. vendedores ambulantes de praia em ponto fixo	barraca tipo guarda-sol com 2 m de perímetro	Lei 1.876, de 29.06.1992
12. vendedores ambulantes de praia em carrocinha	modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda, sendo proibido o estacionamento	Lei 1.876, de 29.06.1992
13. vendedores ambulantes de praia	com uso de pequeno recipiente térmico ou outros determinados pela Secretaria Municipal de Fazenda; módulos padronizados de ambulantes da areia da praia e elementos para venda ambulante a tiracolo	Lei 1.876, de 29.06.1992 Decreto 20.225, de 13.07.2001

Tipo de ambulante	Equipamento exigido	Leis relativas
14. ambulantes de aves, ovos e derivados	veículos motorizados, devidamente aparelhados com caixa térmica ou freezer, ou veículos não motorizados frigoríficos [trailers]	Decreto 12.113, de 26.03.1993
15. fotógrafos de cabinas automáticas	cabinas destinadas a equipamentos de fotos automáticas com dimensão máxima 1,50 m <sup>2</sup> , instalada somente em calçadas com mais de 3m	Lei 2.547, de 13.05.1997 Decreto 16.937, de 13.08.1998
16. quiosques de frutas padronizados	estrutura removível, com modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Secretaria Municipal de Urbanismo de, no máximo 9m <sup>2</sup> , com implantação em 15m <sup>2</sup> .	Lei 2.567, de 16.09.1997
17. quiosques da Lagoa	projeto especial da Prefeitura, com instalação de 24 a 30 conjuntos de mesas e cadeiras	Resolução Conjunta SMS/SMG nº 1, de 11.06.1999
18. quiosques de livros	parâmetros definidos pelas Secretarias Municipais de Governo e Cultura. Modelo a ser aprovado pelo Instituto Pereira Passos	Decreto 23.864, de 19.12.2003 Decreto 23.927, de 26.01.2004 Lei 2.934, de 24.11.1999
19. ambulantes de prestação de serviço de massagem e outras terapias corporais	uma maca e um guarda-sol não ultrapassando a área de 4 m <sup>2</sup>	Decreto 24.520, de 12.08.2004
20. bancas de jornais e revistas	comprimento até 6 metros, largura até 3 metros e altura até 3 metros	Lei 3425, de 22.07.2002
21. ambulantes da feira de antiquários do Rio de Janeiro	barracas de 2.20 x 1.60m	Decreto 15.503, de 03.02. 1997
22. ambulantes da feira noturna turística de Copacabana	barraca de 1.0 x 1.10 m com cobertura de lona branca	Decreto 17.332, de 19.02.1999
23. ambulantes das feiras especiais de arte - Feirartes	barracas de no máximo 2.0 x 3.0m ou em painéis de 1.25 x 3.00m e barracas de 4.0 x 4.0m, exclusivamente para ambulantes de comidas típicas	Lei 1.533, de 10.01.1990
24. ambulantes de feiras alternativas	sem especificação	Lei Complementar nº 50, de 05.04.2001
25. ambulantes de feiras-livres	tabuleiros com lona verde para o feirante-produtor; lona listada de vermelho e branco para o feirante-mercador; lona amarela para os feirantes de cabeceira de feira e veículos refrigerados para vendedores de aves e peixes	Lei 492 de 04.01.1984
26. ambulantes das feiras móveis	comercialização exclusiva em veículos	Decreto 13.195, de 09.09.1994

Segundo Delgado [2006:198], o poder público “tem a prerrogativa de fixar preceitos relativos ao uso do bem público pelo particular... mas percebe-se que a efetividade entre a conduta prescrita e o comportamento social é baixo”, o que atribui “à sofisticação dos diplomas normativos”, “ao excesso de burocracia” e pela “forma de atuação das entidades fiscalizadoras”. Assim, observar os aspectos legais e a gestão pública é um caminho para o estudo deste tema.

### 3.7 Exemplos de gestão 1: cadastramento

Além do conhecimento dos regulamentos oficiais, consideramos importante analisar projetos da administração pública cuja experiência poderia acrescentar ou reforçar parâmetros para este tema. para trabalhar o comércio ambulante:

A Prefeitura conta hoje com dois órgãos da Secretaria de Governo . A Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização, que “permite a utilização do espaço público, com emissão de alvarás para comércio e eventos, autorização para instalação de quiosques, publicidade, bancas de jornais e colocação de mesas e cadeiras” [www.rio.rj.gov.br/governo], sendo responsável pela definição de critérios de pontuação para seleção de comerciantes ambulantes e o número máximo de ambulantes por região administrativa [www.rio.rj.gov.br/clf]; . A Coordenação de Controle Urbano - CCU, criada pelo Decreto no 27.574, de 29 de janeiro de 2007, que ordena o espaço público, estabelecendo normas, reprimindo e vistoriando o espaço público.

Em São Paulo, com o objetivo de planejar e coordenar as ações de controle urbano e fiscalização do exercício do comércio e prestação de serviços de ambulantes, foi criada através da Lei Municipal 13.866 de 1º de julho de 2004, a SUFIME - Superintendência de Fiscalização do Comércio Ambulante e Atividades Afins, Mediação de Conflito e Gerenciamento de Crises da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

A perspectiva de um órgão específico para tratar do problema, atos recentes da gestão pública, talvez seja um caminho possível, desde que administrado com participação de vários setores da administração. Destaque-se que, para ser efetivo, este órgão deve ser estabelecido a partir de um planejamento urbano, com ordenamento do espaço público, observando-se a possibilidade de comércio ambulante, com reuniões de informação e treinamento tanto para fiscais como para ambulantes, e leis que definam claramente o permitido e o proibido.

Ressalte-se que, um órgão que vai lidar com problemas de urbanismo, projeto urbano, legislação e comércio no espaço público, incluindo atividades lícitas e ilícitas, não pode estar vinculado somente a uma instância pública, ou estabelecer ações que dispensem uma avaliação do entorno.

Sinaliza-se, então para as interrelações do problema: projeto urbano, gestão pública e legislação. Atente-se para o fato que a política urbana é a diretriz possível do processo de urbanização, e cada vez mais, se constitui em uma das peças mais importantes no contexto político geral, tornando-se, então, essencial entender as relações entre o poder e a cidade, nas diretrizes propostas na política urbana e nos resultados alcançados nos projetos urbanos.

No Rio de Janeiro, a idéia de um departamento de controle urbano foi iniciada com um trabalho do governo Marcello Alencar, quando pela primeira vez é tratado como uma política pública, e é realizado um cadastramento geral dos ambulantes, com propostas de organização deste setor. Uma experiência como essa deve ser avaliada, do

ponto de vista do processo, para servir de referência a outros estudos futuros. Por isso, buscamos esse trabalho realizado em toda a cidade do Rio de Janeiro. Essa ação foi empreendida pelo então Secretário Extraordinário de Assuntos Especiais, Jaques Zajdsznajder, em 1992, que nos cedeu dados e forneceu todas as informações.

Como a Secretaria tinha o caráter extraordinário, não possuía uma infra-estrutura estável, houve perda de grande parte da documentação deste projeto. O ex-secretário, a nosso pedido, nos cedeu alguns documentos, que possibilitaram a compreensão dos fundamentos do projeto de cadastramento e organização dos ambulantes realizado nos anos de 1991 e 1992 pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Analisando o material deste programa de cadastramento encontramos um primeiro documento [cópia no anexo 5], de diagnóstico do problema, onde foram apresentadas as bases de orientação do projeto. Foram levantados os pontos fracos decorrentes da atividade do comércio ambulante no espaço público, com destaque para os principais prejudicados, salientando seus prejuízos diretos:

- . A população prejudicada pela ocupação desordenada do espaço público em seus fluxos de deslocamento; pela falta de controle sanitário na venda de alimentos, comprometendo aspectos de saúde; pela impossibilidade de defesa do consumidor diante de qualquer ato lesivo promovido por ambulante não regulamentado;
- . O ambulante prejudicado pela instabilidade no exercício da atividade, tanto quanto ao ponto, quanto aos custos, sujeitos às flutuações da demanda financeira de seus achacadores;
- . O comércio estabelecido prejudicado pela concorrência desleal, uma vez que contribui com os impostos e despesas de instalação e operação em contraposição ao ambulante, que obstrui os acessos do estabelecimento, além de gozar da possibilidade de abordar o comprador antes do mesmo entrar na loja;
- . Os governos Municipal, Estadual e Federal, pela evasão de receita;
- . A Prefeitura da Cidade, pelo desgaste político da não solução de um problema que afeta a cidade de uma forma geral;
- . As transportadoras e empresas de seguro pela facilidade de comercialização de mercadorias receptadas dos roubos praticados;
- . Os empregados das empresas clandestinas, pela instabilidade e falta de direitos trabalhistas.

Uma análise da legislação existente até aquele momento fez parte do diagnóstico, bem como uma previsão do que poderia acontecer caso o problema não fosse abordado. O documento também estabelece os limites das ações que poderiam ser analisadas e estabelecidas a partir de um trabalho da Prefeitura e sugere “a organização de seminários com a participação de técnicos especializados, representantes da área acadêmica e, obrigatoriamente, com representantes associativos da economia informal”[minuta do diagnóstico], com 13 temas pré-definidos.

Outra questão importante é a descentralização do programa, através das Comissões Regionais de Comércio Ambulante, instituídas pelo inciso II, do artigo 6º da lei nº 1876/92, publicada no Diário Oficial do Município de 02.07.92.

Examinando os documentos encontrados deste programa, o que se percebe são algumas posturas de trabalho que devem ser resgatadas por qualquer projeto dentro deste tema: reconhecimento do comércio ambulante como um problema social de difícil solução; preocupação com a degradação do espaço público; trabalho multidisciplinar, envolvendo todos os órgãos e departamentos da Prefeitura e do Estado que de alguma forma são atingidos pelo problema e, principalmente, criando um sistema de comunicação direta com o ambulante, tanto através de seminários e reuniões, como de material impresso que esclarecia todos os pontos do programa proposto.

Não nos é possível avaliar o desdobramento deste programa, uma vez que, a mudança da equipe política, aqui no Brasil, significa quase sempre a interrupção de projetos anteriores deste tipo. Contudo, em entrevista, o Sr. Lucio Costa, nos informa que em 1993, em decorrência deste processo, que não foi adiante como programado inicialmente, surge o Núcleo de Controle Urbano, órgão destinado a estudar esta questão, mas que até “a estruturação da Coordenação de Controle Urbano em 2007, muitos foram os avanços, mas muitos foram os retrocessos por falta de continuidade da política pública”.

### **3.8 Exemplos de gestão 2: Projeto Rio Orla**

Um exemplo de projeto que envolve toda a complexidade do projeto urbano, da gestão administrativa, da participação da sociedade organizada e da repercussão na mídia foi, sem dúvida, o ‘Projeto Rio Orla’. Textos encontrados na “Minuta para o Relatório Projeto Rio Orla”, na Biblioteca Pereira Passos sob o nº 711.51[815.31] L64M 1993 e um conjunto de cópias de documentos, denominado Informações Rio Orla, cedido pela arquiteta Helena Rego e entrevista com Criatina Micaelo, ambas assessora da coordenação do projeto, podem nos dar uma perspectiva da situação que motivou a realização do projeto:

- . Nos últimos anos, o Rio vinha perdendo, progressivamente, o controle da sua orla marítima. Os problemas eram muitos. Poluição ambiental e visual causada por carrocinhas sem higiene, barracas com ligações clandestinas de água e esgoto, garrafas espalhadas pela areia.
- . Degradação causada pela ocupação desordenada do espaço, com trailers excessivamente próximos uns dos outros, estacionamento desordenado, carros invadindo a areia e destruindo a vegetação nativa.
- . Utilização desgastante da praia para fixação de placas, faixas e balões de propaganda, e para realização de grandes eventos promocionais de empresas privadas.



. Praias rústicas, sem qualquer tipo de urbanização, na Barra e no Recreio. Nas outras praias, onde equipamentos urbanos já existiam, diversas áreas precisando de melhorias para atender a demanda de lazer.

. Congestionamento no calçadão, com cultura do corpo demandando mais espaço para a coexistência de banhistas, transeuntes, ciclistas, skatistas e praticantes de jogging numa área já excessivamente ocupada por carrinhos de alimentos.

. Utilização inadequada do calçadão intermediário, primeiro como estacionamento, que, reprimido, deu lugar aos vendedores ambulantes.

. Uma compacta parede de automóveis no estacionamento junto às praias atrapalhando a circulação de pedestres e bloqueando totalmente a visão do mar.

Tudo isso contribuía para degradar, cada vez mais, um dos maiores recursos de lazer e turismo do Rio, que são suas praias. “Nos domingos ensolarados, cerca de um milhão e meio de pessoas iam à praia. Portanto, era preciso disciplinar a orla e garantir, para essas pessoas, condições adequadas de uso, circulação e higiene na prática do seu lazer favorito” [Minuta.1993].

Em Copacabana, onde já existiam os calçadões propostos por Burle Max no final dos anos 60, os problemas também se acumulavam: perto da praia, os transeuntes se esbarravam, nos poucos espaços resultantes da ocupação de quiosques e trailers; o calçadão do centro, foi a princípio transformado em estacionamento, e depois de uma efetiva repressão, ocupado por ambulantes; e o calçadão dos prédios, ocupado de maneira caótica pelas mesas dos bares, retirando espaço para circulação de pessoas e gerando uma grande concentração de pedintes, mendigos, camelôs, prostitutas e traficantes de drogas.

Sem nenhum processo de urbanização planejada, os espaços públicos da Barra e do Recreio tinham sido ocupados de forma desregulamentada e já tinha sido destruída parte da vegetação nativa.

Segundo Ivan Ferreira, arquiteto consultor do IAB, a partir da publicação de fotos da orla, na coluna do arquiteto Paulo Casé, no JB, e de uma carta da APDI – Associação Profissional de Desenho Industrial, no mesmo jornal, sugerindo um concurso, iniciou-se uma série de reuniões, que contaram com a participação do Secretário Municipal de Fazenda, arquitetos, designers e público interessado, nas quais foi tomando forma a idéia de um concurso para toda a orla. O IAB/RJ – Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Rio de Janeiro ficou responsável pela organização do concurso. O Iplanrio [atual Instituto Pereira Passos] – órgão da Secretaria Municipal de Urbanismo - ficou responsável pela elaboração do edital, definindo a base conceitual e diretiva dos projetos concorrentes. Surgiu então a proposta de um projeto urbanístico para essa área, divulgado pelo Jornal do Brasil em 19 de março de 1989.

Para o Projeto Urbanístico da Orla Marítima da Cidade do Rio de Janeiro

ro foram definidas diretrizes urbanísticas de organização das vias, do mobiliário urbano, do paisagismo, da programação visual e da veiculação de propaganda, divididas em duas áreas distintas: área I, do Recreio dos Bandeirantes à Barra da Tijuca e área II, de São Conrado ao Leme.

Conceituou-se o objeto do concurso “Orla Marítima”, com limites e características de uso. Foram estabelecidos parâmetros de dimensionamento e operacionalização do mobiliário urbano compreendido por quiosques, barracas, bares, lava-pés, equipamentos esportivos e de sinalização, coletores de lixo, equipamentos e iluminação pública, postos e pontos de salvamento e vigilância.

As soluções deveriam priorizar o pedestre, se necessário, em detrimento do automóvel. As obras, com exceção dos quiosques, não poderiam invadir a areia. Os quiosques deveriam ser padronizados e possuir infra-estrutura de luz, água, esgoto e telefone. Em cada praia deveriam ser previstas áreas para eventos e atividades esportivas, e a instalação de postos de salvamento para as áreas da Barra e Recreio.

O paisagismo deveria considerar o mobiliário urbano e a preservação da flora, nativa ou não, além da definição de novas áreas de plantio.

Depois do lançamento do edital em 07.06.1989, foram realizadas reuniões que culminaram num Seminário sobre a Orla Marítima, no dia 12 de julho, para os participantes do concurso e interessados. Os concorrentes solicitaram outro seminário de caráter técnico, com a participação de consultores específicos. No dia primeiro de agosto, debateu-se das 19h às 23:30h, na sede do IAB, com a presença de engenheiros e técnicos em engenharia oceânica, paisagismo, desportos, design, educação ambiental, turismo, sanitário, comércio de praia, eventos, engenharia do meio ambiente, lixo urbano, água e esgotos, resultando numa transcrição enviada a todos os concorrentes.

A comunidade participou intensamente e houve grande interesse por parte da imprensa, incluindo a participação dos moradores da orla nas reuniões, com elaboração de documentos relacionando suas preocupações, envio de críticas, sugestões, documentos e fotografias de outros exemplos estrangeiros, projetos de auto-organização dos vendedores das praias e das calçadas, dos desportistas da orla, dos promotores de eventos, sempre com depoimentos nas reuniões, registrados em ata.

Inscreveram-se do concurso 32 equipes de todo o país, apresentando os trabalhos em estudo preliminar. “Um júri de sete profissionais de renome, indicados pelo IAB, selecionou o projeto vencedor: equipe de Sergio Moreira Dias” [Minuta do Relatório].

Os projetos selecionados [em estudos preliminares] foram expostos no IAB, e foi aberto um espaço para críticas e sugestões da comunidade, que através de associações participou ativamente, como por exemplo, em relação à diminuição de 528 para 380 ‘trailistas’, quando a associação destes vendedores estipulou os critérios de seleção. Embora esse número tenha sido reduzido mais tarde, todo o processo passou por

difíceis discussões conjuntas entre as associações e o poder público, algumas das quais participamos.

Houve sugestões das associações de ciclistas, skatistas e patinadores em relação à ciclovia e os praticantes de vôos de asa delta relativas a urbanização da praia do Pepino.

Foram ouvidas as diversas entidades interessadas na orla, como: Fee-ma, Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural, Instituto Estadual de Florestas e diversas organizações ambientais. As associações de bairro foram ouvidas, sugerindo mudanças registradas em atas.

Talvez exatamente pela participação intensa da sociedade nas críticas e sugestões durante o processo de desenvolvimento do projeto, ou mesmo porque a obra em si causou grandes transtornos para a população daqueles bairros, a polêmica foi intensa. A repercussão na imprensa era grande e por várias vezes as obras tiveram que parar por embargos na justiça, conforme coleção das matérias publicadas na época, encontrada na Biblioteca do IPP - Instituto Pereira Passos.

Em maio de 1991, atendendo a um pedido dos representantes da associação de moradores da barra da Tijuca e da Praça Cardeal Arcoverde, as obras foram paralisadas. O argumento era a falta do Relatório de Impacto Ambiental [RIMA]. Como contrapartida, 30 representantes de associações de moradores e de sociedades civis solicitaram audiência ao Prefeito Marcelo Alencar para explicitar o apoio ao projeto.

A polêmica atingia a todos os envolvidos, e como o IAB tinha participado ativamente do processo, também se tornou alvo de críticas respondidas por seu presidente em artigo no Jornal do Brasil [26.08.91].

Uma das conseqüências da polêmica foi o convite feito pela Prefeitura ao paisagista Burle Marx para projetar os novos calçadões. Ele somente aceitou o convite depois que o Governo do Estado tombou os calçadões da orla marítima, assegurando a preservação do projeto paisagístico [O Globo. 28.06.91]

Quanto aos quiosques, interesse específico deste trabalho, o processo foi longo e conturbado. Segundo os jornais da época em dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Fazenda, o empresário cearense João Barreto Pereira da Costa, de 47 anos, que presidia a Associação dos Proprietários de Trailers, instalou-se no Quebra-Mar em 1962, controlando em 1990, 75% dos pontos de venda, através de quatro empresas: John's, Orlamar, Sand's e Camargo. Seus trailers eram arrendados no sistema comodato, ou seja, os trailistas nada pagavam, mas se comprometiam a comprar apenas alimentos da John's e bebidas da Coca-Cola, com quem Barreto estabeleceu também um contrato de exclusividade em troca da publicidade nos trailers. Logo no início do projeto ele foi à Justiça e impetrou oito ações contra o Rio Orla.

Muitas reuniões foram realizadas na tentativa de negociar as questões reclamadas e a Prefeitura, que de início tinha planejado uma licitação para ocupação dos quiosques, e acabou por ceder e em junho de 1991

concordou em aproveitar os trailistas que trabalhavam do Leme ao Pontal.

O IplanRio fez o cadastramento dos trailistas que chegaram a 500 em contraposição ao número estipulado pelo projeto: 220. Foram, então, realizadas algumas reuniões para se discutir quais os critérios a serem adotados para a escolha daqueles que poderiam trabalhar nos novos quiosques.

A Prefeitura chegou a encomendar pesquisas ao Ibope sobre o projeto e sobre os quiosques, sendo a maioria da população a favor. O projeto executivo dos quiosques foi apresentado à imprensa em agosto de 1991, em três tipos. Na orla do Leme a São Conrado as especificações divulgadas eram: área de 5 m<sup>2</sup>, fabricados em madeira e fibra de vidro; Na Barra da Tijuca e no Recreio, os quiosques, duplos, uns de 10 m<sup>2</sup> e outros de 20 m<sup>2</sup> em madeira e fibra de vidro, com cobertura de sapê. No projeto foi apresentado também o Manual de Operação dos quiosques, abordando os seguintes itens: sistema de água potável, sistema de esgoto sanitário e sistema de energia elétrica.

Diante da complexidade das obras, coube ao IplanRio [atual IPP – Instituto Pereira Passos] acompanhar as obras. Como resultado deste acompanhamento, foram gerados uma série de “croquis” denominados Registro de Complementação de Projetos [RCP] para as eventuais adaptações demandadas pelas solicitações da sociedade civil e necessidades de adaptação do projeto. Pode-se destacar, dentre os setenta desenhos gerados, os seguintes:

- . reformulação e adaptação das rampas para paraplégicos e travessias no projeto em geral;
- . diversas modificações no Sistema Viário, principalmente na Barra da Tijuca;
- . detalhamento de instalações dos quiosques;
- . localização e distribuição dos bicicletários;
- . reformulação das ciclovias de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra.



Quiosque do projeto Rio Orla

Quando os nove primeiros protótipos foram instalados para testes e avaliação dos quiosques, em janeiro de 1992, houve uma reação em cadeia, provocada por uma charge do Millor, no Jornal do Brasil. Por fax, vários arquitetos e designers criticaram o novo modelo e uma comissão de arquitetos e designers foi formada para criar uma nova proposta. Desse grupo constaram, Ivan Ferreira, Cláudio Taulois, Joaquim Redig, José Abamovitch e eu. A nova proposta incluía sugestões dos trailistas e foi apresentada ao IplanRio.

Contudo, as modificações possíveis em função de críticas ao novo modelo eram restritas a modificações de layout de funcionamento, não modificações estruturais, uma vez que todo o ferramental para execução dos quiosques já teria sido desenvolvido. Dessa forma, o modelo permaneceu o mesmo, com algumas alterações internas. O processo de ocupação dos quiosques foi lento e gerou ainda mais polêmica. Mas depois de algum tempo todos eles estavam ocupados e funcionando.

Em 1999, a Orla Rio, empresa do empresário João Barreto, venceu a licitação da prefeitura para construir e explorar comercialmente por vinte anos 309 novos quiosques do Leme à Prainha, com projeto da Índio da Costa Arquitetura e Design, com estrutura subterrânea e todo em vidro, para desobstruir a visão do mar, uma das maiores críticas do modelo anterior. Esse processo tem sido continuamente interrompido por disputas judiciais entre os quiosqueiros estabelecidos no projeto Rio Orla de 1992, uma vez que o projeto atual privilegia restaurantes para instalação nos quiosques. Este é um processo em andamento e ainda não existem dados para uma análise mais precisa.

A ordenação do comércio na orla, no início dos 90, foi fundamental para resolver problemas de higiene, segurança e ocupação desordenada do espaço público. Contudo, ambulantes estão sempre se instalando na Orla ou no calçadão, requerendo uma ação contínua de vigilância dos órgãos da Prefeitura, que em períodos eleitorais, quase sempre é relaxada. Atualmente aos domingos já podem ser vistos uma série de ambulantes que começam a invadir as calçadas.

O comércio ambulante na areia da praia também foi regulamentado por lei, mas é difícil vê-la cumprida. Observe-se que a distância entre as barracas fica longe do estabelecido por lei, ou seja, 50m.

De acordo com Tsiomis [1996:26], a nova modernidade é a complexidade das formas sociais e espaciais e da leitura das diferentes lógicas que produzem, pensam e analisam a cidade, ao que eu acrescentaria a lógica de ocupar espaços. "Trata-se igualmente da complexidade dos saberes e dos savoir-faire dos diferentes atores – o político, o empresário, o usuário, etc".

Trata-se, a meu ver de um programa continuado de projeto/gestão do espaço público na cidade, que deve ser analisado, questionado e repensado. Esse é um dos objetivos deste trabalho. Para tal, será apresentado uma pesquisa sobre o comércio de rua no Rio de Janeiro de hoje, no próximo capítulo; as possibilidades de abordagem do comércio ambulante no projeto urbano, no capítulo 5, e o suporte para o comércio ambulante, no capítulo 6.



Nas fotos acima, em Ipanema, os ambulantes irregulares e as barracas instalada fora da distância estabelecida por lei.

## 4. O comércio de rua no Rio de Janeiro de hoje

### 4.1 Considerações sobre a pesquisa

A premissa mais importante a ser destacada na análise do comércio ambulante nos dias de hoje é a presença e persistência desta atividade ao longo dos anos, demonstrada nos capítulos anteriores: opera no espaço das cidades brasileiras há mais de duzentos anos, caracterizando-se como atividade estabelecida, ainda que de forma conflituosa. Raras vezes é uma atividade considerada a priori, como dado de projeto urbano a ser resolvido.

O planejamento das cidades, as causas históricas do início da atividade e as relações do comércio ambulante com o poder público ajudam a compreender a influência de fatores econômicos, sociais e culturais, e permitem uma análise da necessidade de abordagem dentro de um projeto urbano, considerando-se a inserção ou previsão de um comércio ambulante ativo. O exemplo Rio Orla ratifica esta questão. A inclusão não consolidada nos projetos do Rio Cidade também, pela percepção da necessidade de inclusão num projeto urbano deste porte.

Dois levantamentos são fundamentais para que este trabalho tenha sentido. O primeiro se refere à tipologia desta atividade exercida no espaço público, incluindo todo tipo de suporte permitido, tratada no capítulo anterior. O outro, a ser estabelecido neste capítulo, refere-se à observação do ambulante que exerce esta atividade no espaço público. Constituem-se, dentro da proposta deste trabalho, dados a serem utilizados, analisados e complementados por quem se interesse sobre a compreensão da ocupação desses espaços na cidade.

A conjuntura econômica tem sido apontada como a causa mais direta do desenvolvimento da atividade de comércio ambulante: “quanto mais recessão e desemprego mais se desenvolve essa atividade.” (Villas-Bôas. 1996:10). A intermediação entre a produção e o consumo é fundamental para o escoamento e crescimento das atividades produtivas. Dependendo basicamente de produtos a ofertar e da demanda consumidora, os ambulantes encontram no espaço público pleno de transeuntes o lugar ideal para sua atividade informal, dentro de suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Segundo Gomes [2006:220], “o que caracteriza o camelô nos dias de hoje é justamente o papel de maximização dos lucros de empresas que se encontram no mercado formal”, e se examinarmos uma banca vendedora de alimentos e bebidas, vamos encontrar essa realidade.

Mas há conclusões nas últimas pesquisas realizadas sobre a atividade, em São Paulo e no Rio, que indicam outros fatores importantes a serem considerados, pois são premissas importantes para qualquer

trabalho a ser desenvolvido no espaço público.

A pesquisa de São Paulo foi realizada em 1991, numa parceria entre Ibope e Cepac, a pedido da Associação Comercial. Os dados dessa pesquisa, publicados em artigo da revista Polis, no 23, serviram de base para a formulação das perguntas dos questionários e entrevistas da nossa pesquisa de campo, e fazem parte do estudo do comércio ambulante apresentado no capítulo 2.

No Rio de Janeiro, Bila Sorj, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, coordenou em 1987, pesquisa sobre os ambulantes, publicada no artigo “Camelôs: o sonho perseguido”, publicada na revista Ciência Hoje de outubro de 1988. Uma comparação entre a nossa pesquisa de campo e os resultados dessa pesquisa, no final deste capítulo, pretende uma compreensão dos desdobramentos dessa atividade até os dias de hoje, para uma possível previsão de possibilidades futuras.

Para que a análise dos dados nos permitisse uma base de evidências considerável, o questionário foi organizado de forma a computar as respostas através de critérios percentuais, que indicassem as tendências mais expressivas. Os resultados revelaram alguns dados surpreendentes, principalmente quando comparados à imagem construída sobre essa parcela da população nos meios de comunicação que, em geral, priorizam as notícias mais conflituosas e tratam esse personagem do espaço público como um marginal.

A análise desses resultados foi desenvolvida de forma comparativa, entre os três locais pesquisados, num intuito de checar as particularidades e semelhanças e construir um quadro final o mais detalhado possível sobre as características deste universo de estudo.

É importante destacar que os questionários e entrevistas foram realizados entre os ambulantes que possuem licença ou que estão em processo de conseguir.

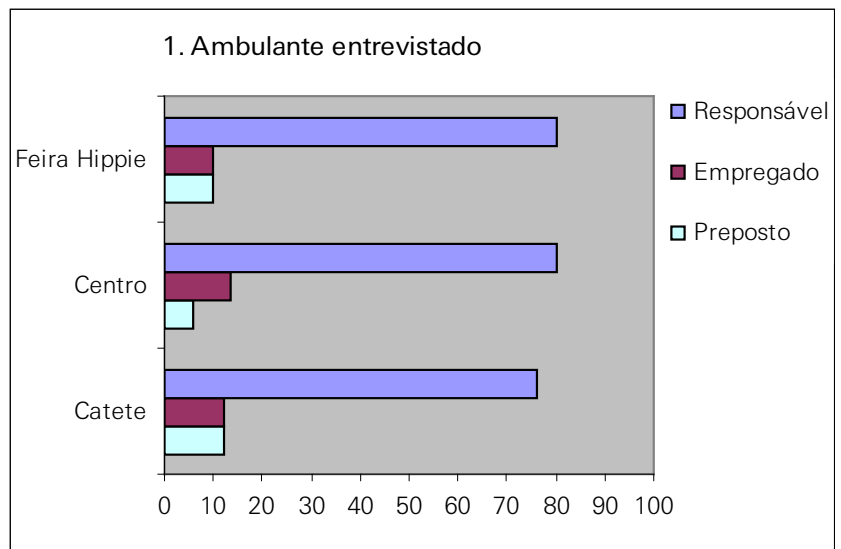
## **4.2 Análise das respostas dos questionários**

Para chegar aos gráficos comparativos, foram realizados quadros resumos de cada questão, depois trabalhadas em conjunto.

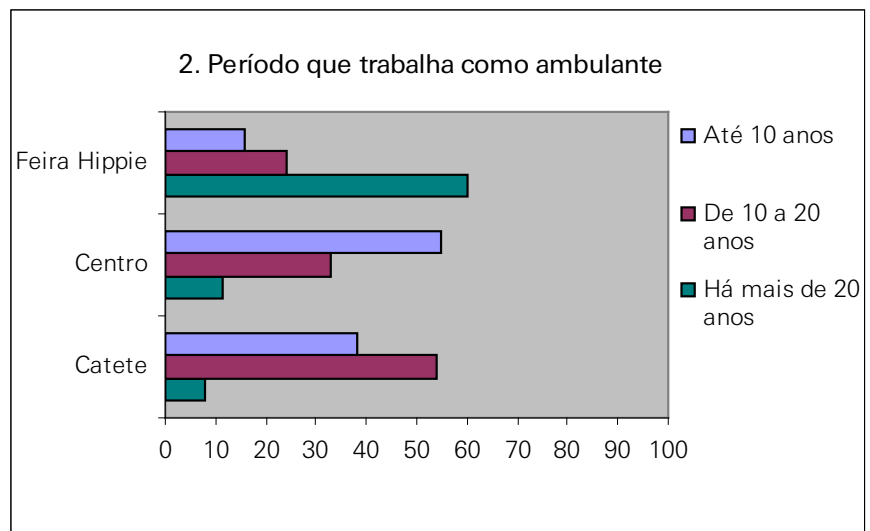
A primeira parte da análise se refere às questões de caracterização, imagem profissional e localização do ambulante. Dessa forma a primeira questão era saber qual a posição de cada um em relação à licença de trabalho naquele espaço.

### **4.2.1 Condições dos ambulantes no exercício da atividade**

Dos que responderam ao questionário nos três espaços de estudo, a maioria era de responsáveis pelo ponto, ou seja, aquele que legalmente possui a licença da Prefeitura, conforme quadro a seguir:



Outra questão importante, e que se relaciona com o projeto urbano, é o tempo de permanência na atividade, que sinaliza para a consolidação desta atividade no espaço público.

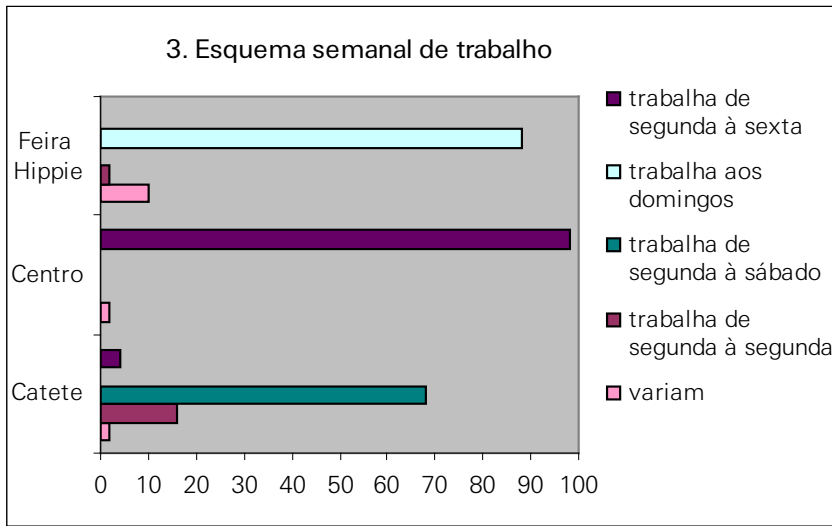


Neste caso destaca-se uma peculiaridade. A Feira Hippie, surgida nos anos 70, influenciada por movimentos alternativos de sobrevivência, instalou seu comércio no espaço público tendo por base um modo de vida que se manteve, apresentando vários casos de permanência de até quarenta anos. Contudo, ainda existem alguns dos mesmos problemas questionados pelos ambulantes das outras áreas. No quadro 2, acima, podemos perceber que a área do Centro é a que apresenta o maior índice de ambulantes em atividade há menos de 10 anos, sinalizando para uma renovação mais intensa dos ambulantes.

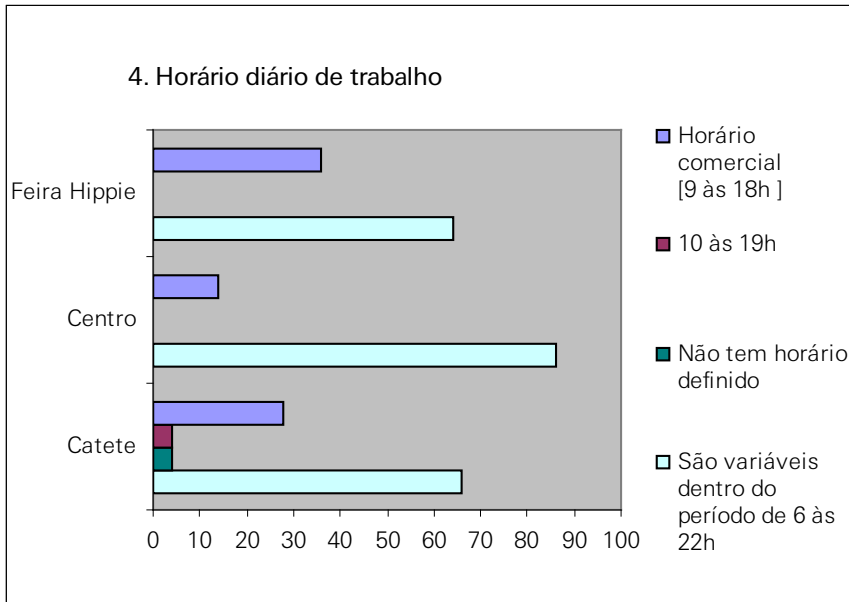
O esquema de trabalho, em relação aos dias da semana escolhidos, é definido em relação às peculiaridades de cada espaço.

O quadro 3 confirma a expectativa detectada nas primeiras observações informais, de que cada área teria seu esquema específico de funcionamento: a Feira Hippie somente aos domingos, o Centro de segunda à sexta e o Catete de segunda à sábado.

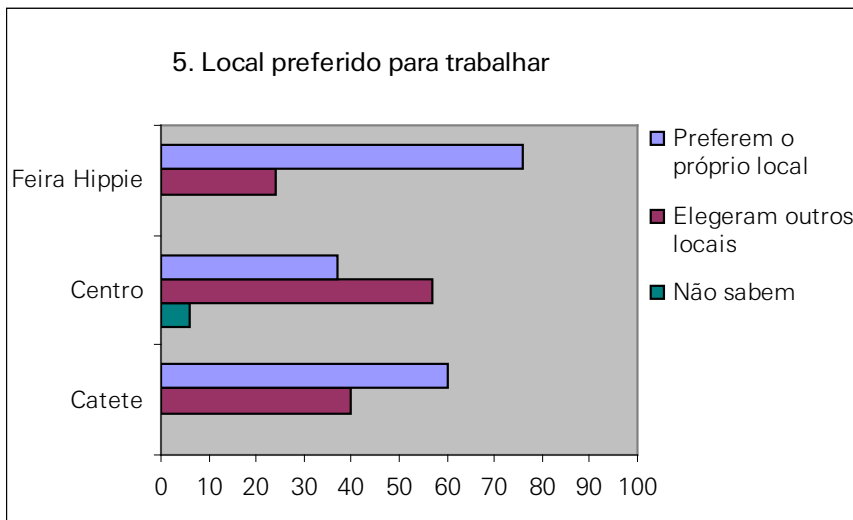




Já em relação ao horário de trabalho, o quadro 4, abaixo, demonstra que a tendência maior, nos três casos estudados, é a escolha pessoal de um horário que mais interesse a cada ambulante.

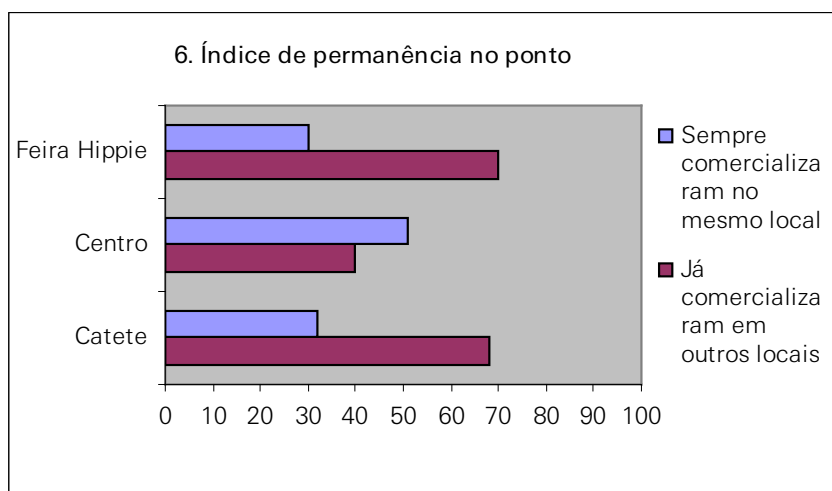


Uma questão importante, para observação desta atividade no espaço público, é a escolha do local de comercialização. As perguntas sobre



qual local escolheriam, caso fosse possível uma mudança e se já comercializaram em outros locais nos dá algumas indicações:

No caso da Feira Hippie, 76% preferem o próprio local, mais ainda há 24% que elegeram Copacabana e Tijuca, além de outros menos votados. No Catete 60% preferem continuar onde estão, e o resto pulveriza as escolhas entre Méier, Centro, Ipanema, Copacabana e Botafogo. Mas uma parte que comercializa nas ruas transversais optou pela escolha da Rua do Catete ou Largo do Machado. No Centro, encontramos o menor índice de desejo de permanência, aproximadamente 40%. No caso, os principais locais escolhidos foram: a Rio Branco [local proibido], definido por 15,68% e Uruguaiana [11,76%]. As outras escolhas foram variadas, todas como deslocamento na própria área central da cidade, com exceção de Copacabana que aparece de forma minoritária.



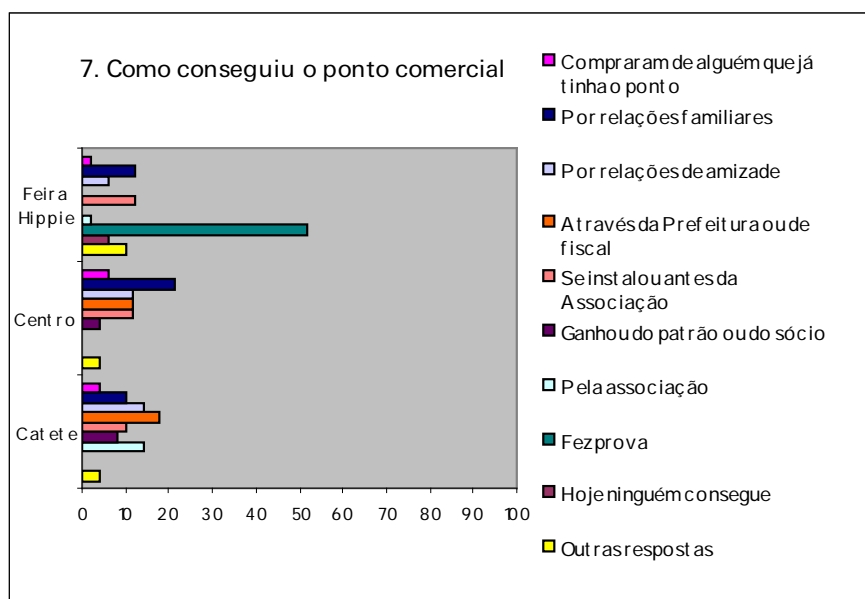
O índice de permanência no local, quadro 6, nos dá a medida do deslocamento das licenças de comercialização no espaço público.

Neste caso, há que se fazer uma observação: a Feira Hippie, com funcionamento só aos domingos, proporciona aos seus vendedores a opção de trabalho nos outros dias da semana, em outros espaços da cidade, de outros estados e até no exterior. Desta forma, percebeu-se pelas respostas, que o entendimento não foi total, uma vez que somente eles forneceram alternativas de comercialização em diferentes espaços públicos, na mesma semana.

Ainda assim pode-se perceber que o índice de permanência do Centro é o maior, mas se combinado ao tempo de trabalho como ambulante [quadro 2], que neste caso é o menor, nos sinaliza para uma redução da dimensão deste dado.

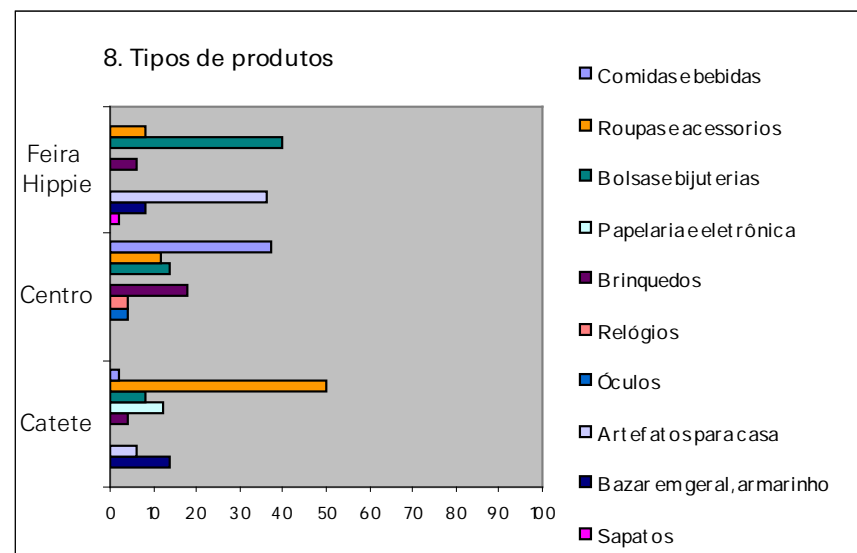
Uma das questões mais interessantes para nossa análise é a forma que cada ambulante conseguiu a vaga para vender naquele espaço. Esse dado tem algumas respostas que acontecem em todas as três áreas pesquisadas e outras que são específicas. Há desde os que se instalaram há muito tempo, antes do comércio ambulante se organizar em associações, até aqueles que recebem o ponto de familiares ou amigos, o que acontece nas três áreas.

Os resultados da Feira Hippie, no entanto, indicam que mais de 50% dos ambulantes fez prova de artesanato, no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, que os habilitou a ter um ponto na feira. Nas demais áreas foram elencadas várias formas de estabelecer-se no comércio ambulante, nenhuma delas ultrapassando 20% do total de respostas.



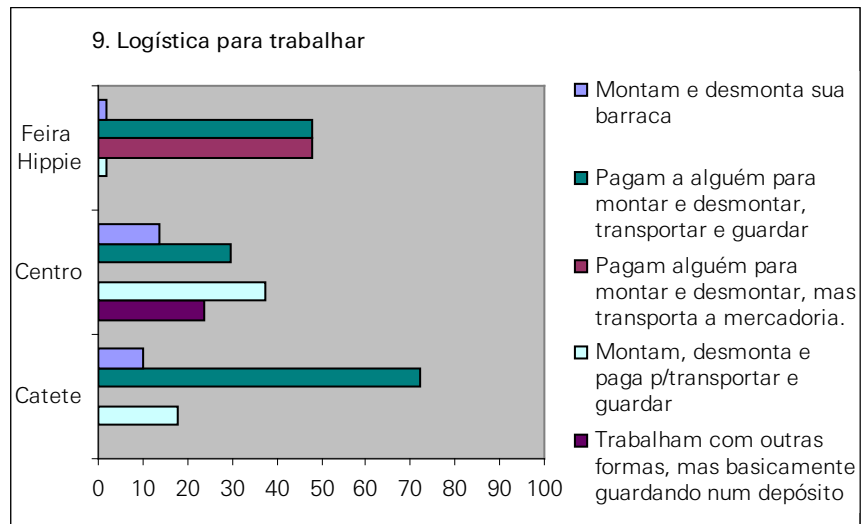
Um dos pontos mais interessantes a serem observados, e que indica uma consolidação deste tipo de atividade é a especialização de produtos vendidos em relação a cada área.

No quadro 8 podemos verificar que no Catete há um predomínio significativo de comercialização de roupas e acessórios. Já no Centro o índice maior indica a venda de comidas e bebidas e na Feira Hippie dois tipos de comércio se sobressaem sobre os outros: bolsas e bijuterias e artefatos para casa.



Essa especialização indica um atendimento às preferências de cada público, demonstrando uma relação de mercado construída.

As necessidades operacionais dos ambulantes movimentam outros atores que passam a trabalhar para que esse evento diário no espaço público seja possível. Assim a logística de montagem e desmontagem das barracas, passa pela utilização de terceiros nas três áreas.



Nas três áreas há pessoas pagas para montagem e desmontagem das barracas, incluindo a guarda das mercadorias. Na Feira Hippie, encontramos um bom percentual que só paga o trabalho com as barracas, responsabilizando-se cada ambulante pelo transporte e guarda da mercadoria.

Uma diferença significativa entre as áreas se refere às questões de identidade. Em cada área existe uma autodenominação específica.

Nota:

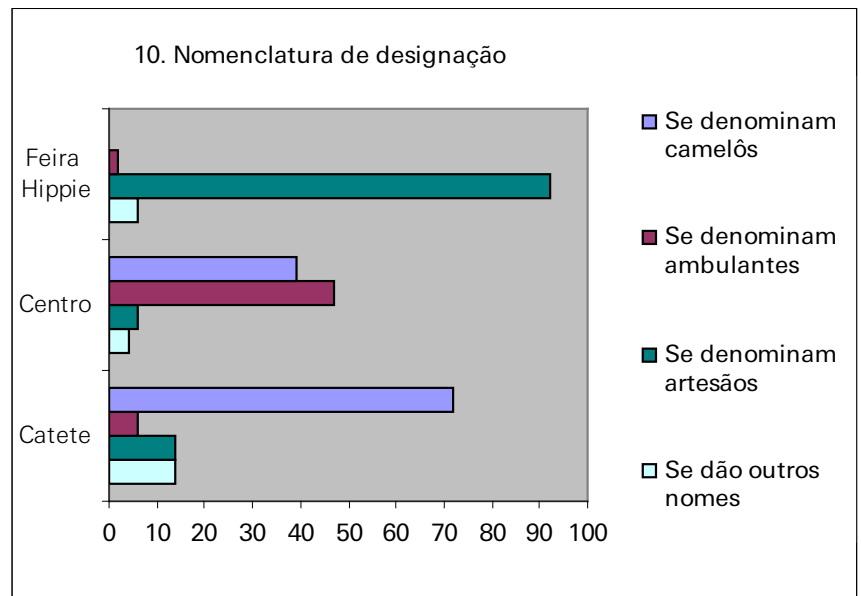
Monnet [2006:172], em trabalho realizado na rede de pesquisas "Ambulantage entre Global et Local", com pesquisas em diversos países, explora as designações, constatando que, ao mesmo tempo, apresentam semelhanças e diferenças significativas:

- . *hawker ou pedlar/pedler* na Inglaterra e nos Estados Unidos;
- . *colporteur* na França;
- . *camelot* em Quebec ou na África Francófona;
- . *camelô*, no Brasil

Para identificar a atividade de uma forma geral, comércio informal é o termo dominante em todas as línguas, "como se o vocabulário de saber economicista fosse hegemônico nos discursos políticos, midiáticos e científicos".

Contudo quando é necessário identificar a atividade específica, existem diferenças de abordagem:

- . *street vendors*, em inglês, destacando o local do exercício da atividade;
- . comércio ambulante em português,
- . vendedores ambulantes em espanhol e
- . *marchand ambulants* em francês, estes três últimos reforçando a mobilidade como determinante.



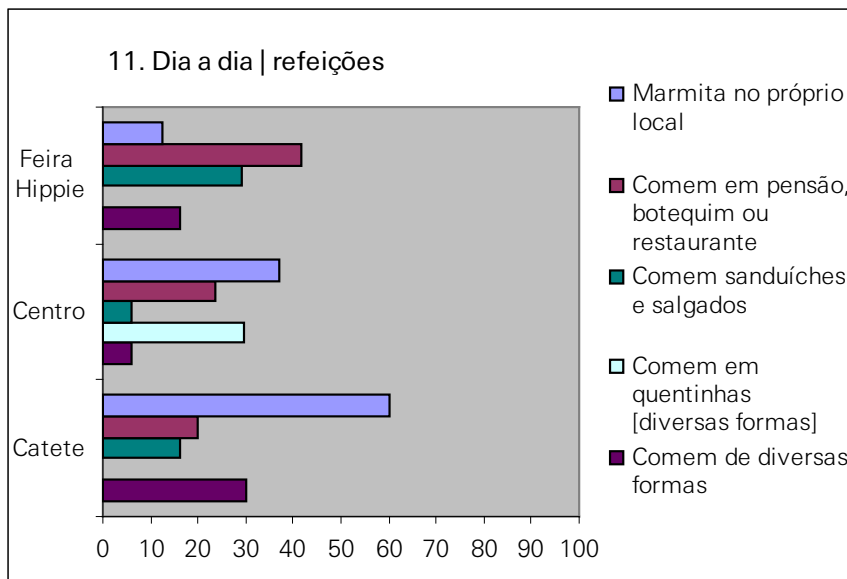
Na Feira Hippie a grande maioria se denomina artesão, decorrência da formação daquele tipo de mercado público. No Centro, a identidade está dividida entre camelô e ambulante e no Catete a palavra camelô é a mais assumida. Nos índices menores destacam-se tentativas de criação de uma outra nomenclatura para designar o vendedor, tais como: artesã plástica, expositor, empresária das calçadas ou do asfalto, autônomo ou comerciante informal.

Se juntarmos a indefinição da denominação da atividade aqui, com as várias formas de denominação internacional, apresentadas na nota ao lado, vamos nos deparar com uma fluidez, que segundo Bauman [2001], caracteriza o tempo atual. Mas vai significar também, diferentes maneiras de cada grupo se inserir no espaço público.

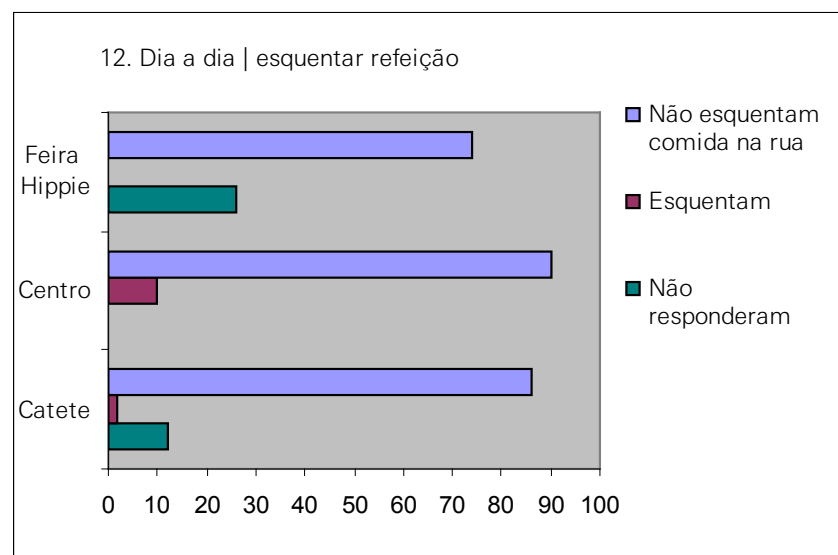
#### 4.2.2 Necessidades cotidianas

O cotidiano de comércio ambulante exhibe necessidades que devem ser solucionadas naquele espaço público da cidade. Entender como isso se processa é um dado importante para a compreensão do problema. A primeira questão refere-se às refeições de cada dia.

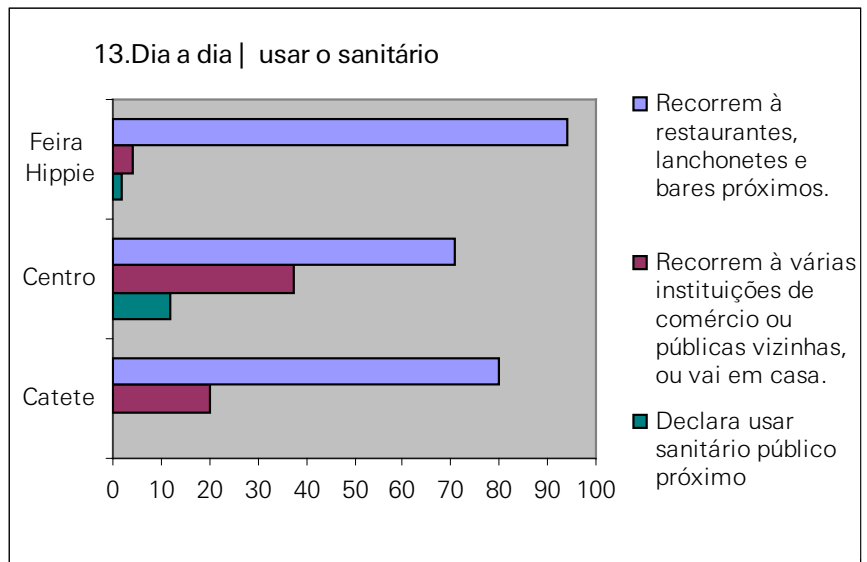
Na Feira Híppie, a preferência é por comer nos estabelecimentos à volta, o que de acordo com alguns, facilita a relação no local. No Catete e no Centro, esses índices são mais baixos do que a adoção de marmitas ou quentinhas. Isso inclui nestas áreas outros atores fornecedores àquela população instalada no espaço público.



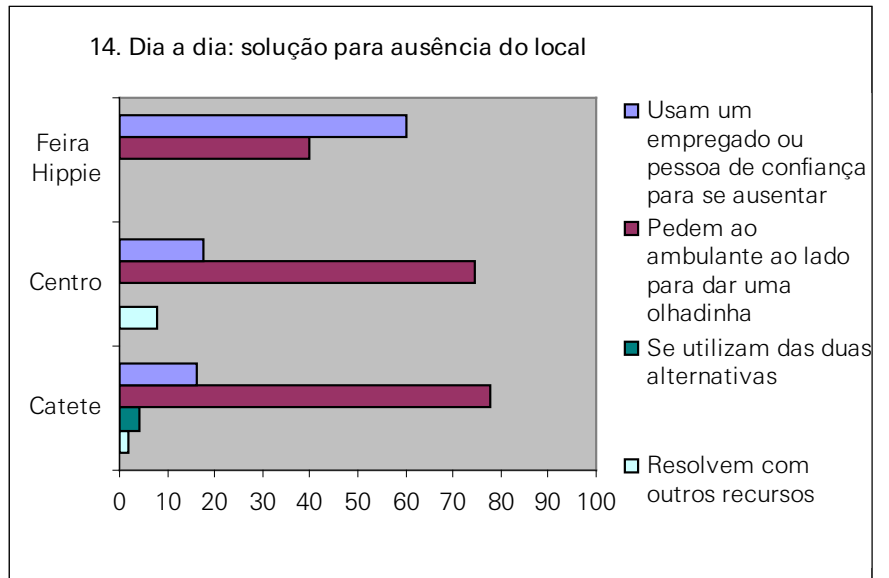
Em nossas primeiras observações, percebemos alguns ambulantes esquentando comida na própria barraca, daí a inclusão da pergunta no questionário. O resultado da pesquisa, no entanto, revelou uma incidência baixa desta postura, só detectada no Centro, em menos de 10% das respostas.



Nas primeiras conversas informais, o uso do sanitário foi constantemente mencionado como um grande problema para quem trabalha todo o dia no espaço público. A grande maioria, nos três casos estudados, recorre aos restaurantes, pensões ou botequins próximos.

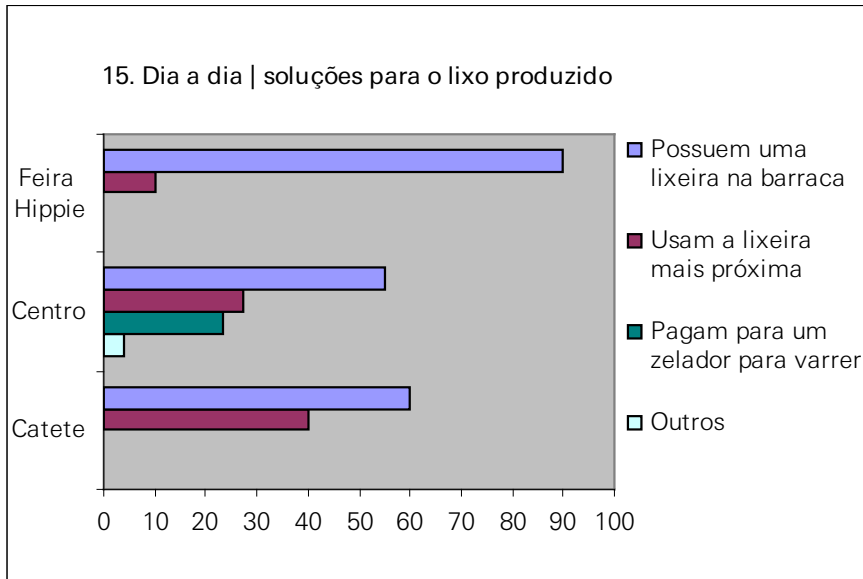


Para usar o sanitário é preciso se ausentar do ponto de venda. Os ambulantes resolvem essa questão de duas formas básicas: pedem ao ambulante ao lado para dar uma olhadinha ou usam um empregado ou pessoa de confiança. No caso da Feira Hippie este é a opção mais adotada.

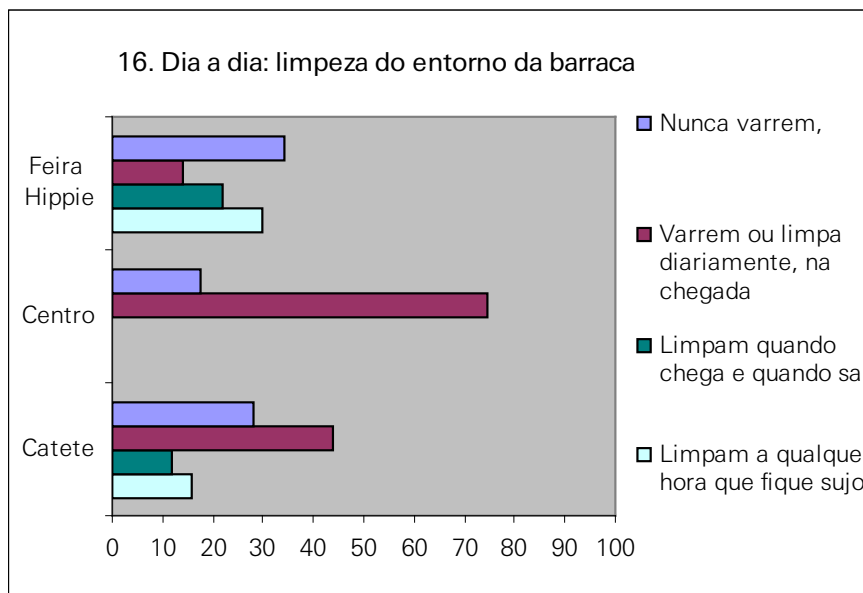


As questões de desordem e sujeira sempre estão consideradas, quando se menciona a presença de ambulantes no espaço público. Assim o questionário abordou duas questões sobre esse problema do dia a dia.

A primeira se refere ao que fazer com o lixo produzido. Na maioria dos casos, o ambulante, nas três áreas, nos mostrou a lixeira em cada barraca.

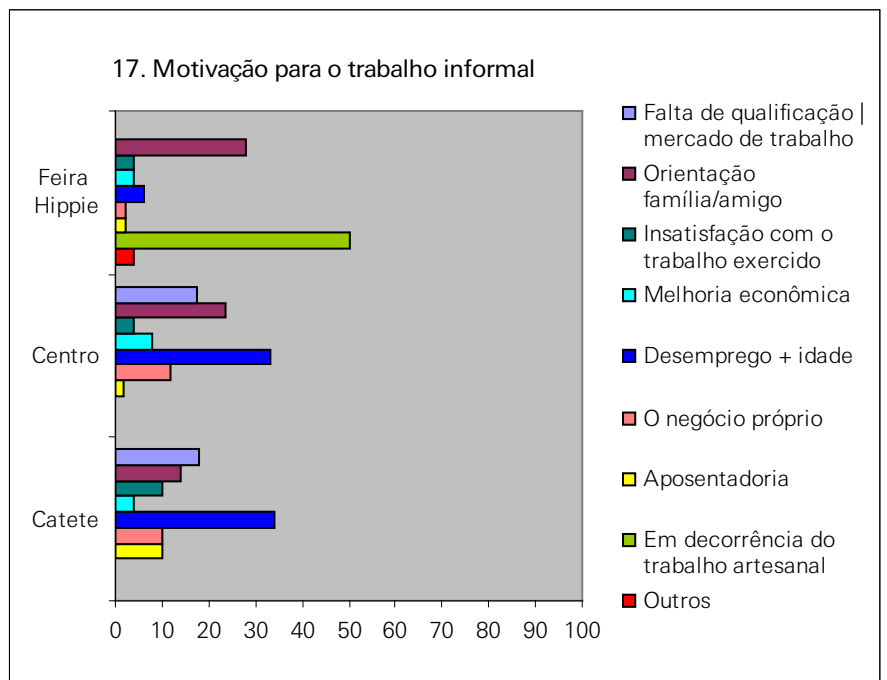


A segunda, era relativa à limpeza ao longo do dia do local público ocupado. Os ambulantes do Catete e do Centro, em sua maioria, limpam o local na chegada. Na Feira Hippie as posturas são mais variadas, mas foi o maior índice de preocupação com o problema ao longo do dia.

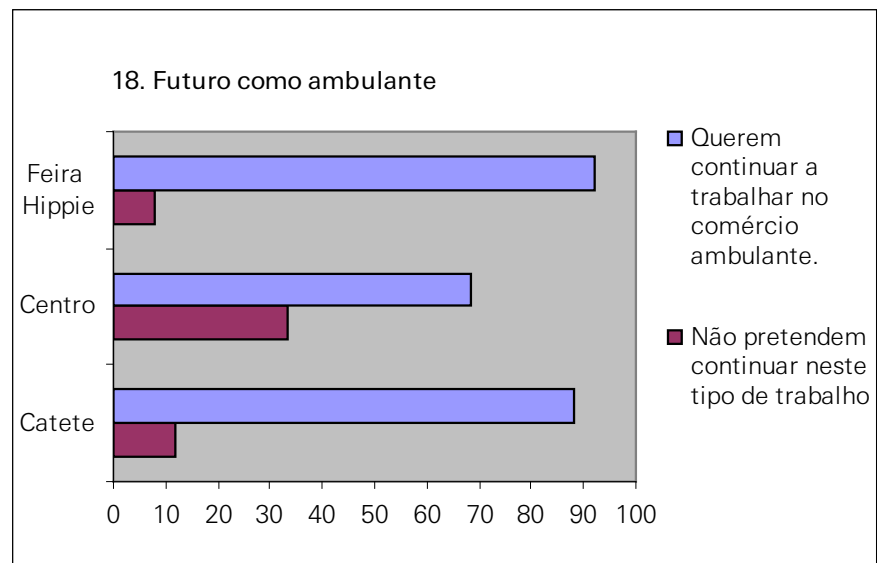


#### 4.2.3 Motivações e clientela

Uma das indagações mais frequentes, nas pesquisas sobre ambulantes encontradas, é a motivação da existência dos ambulantes nas ruas das cidades. Vários autores mencionam o desemprego e a recessão como fatores primordiais. Em nossa pesquisa, a economia ainda é um forte índice de motivação. Mas outras questões se colocaram, diversificando e inserindo outros valores de avaliação.



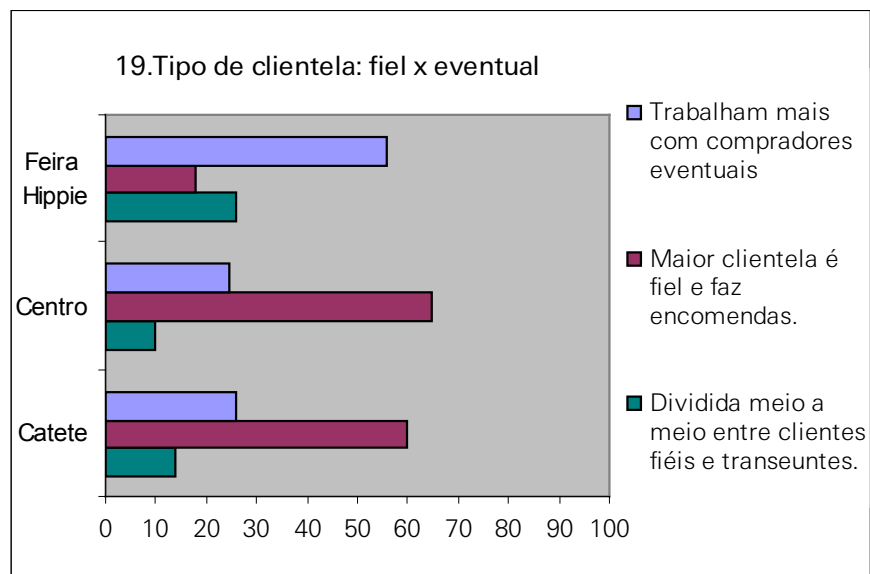
Excetuando-se o alto índice que coloca a motivação de trabalho da Feira Hippie em decorrência do trabalho artesanal, vamos perceber uma proporcionalidade entre os outros índices das áreas. Destaca-se também a orientação de familiares e amigos e a aposentadoria, que por seus baixos rendimentos impele ao retorno do trabalho.



Mas quando a pergunta se refere ao desejo de continuar ou não como ambulante, nas três áreas, a resposta é afirmativa. O maior índice negativo, no Centro, indica ambulantes que querem mudar de profissão e outros que preferem a carteira assinada e seus benefícios.

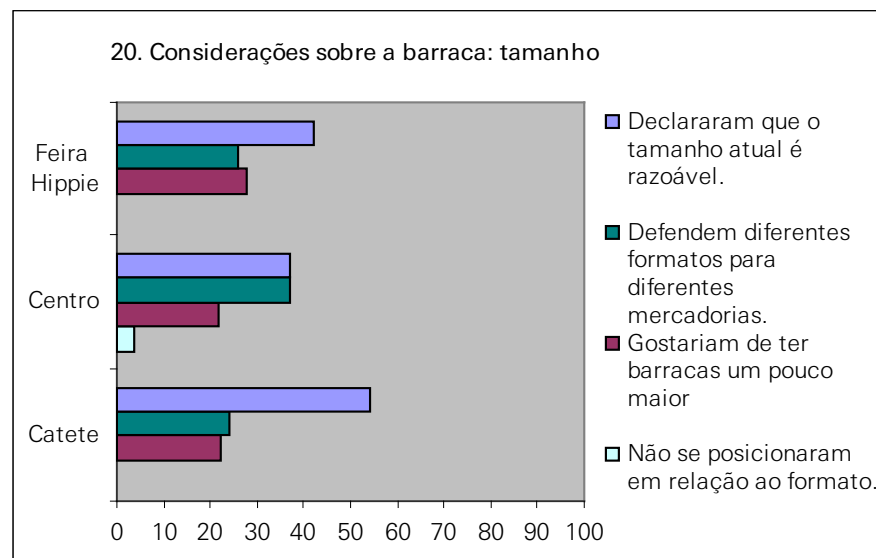


A consolidação deste mercado no espaço público é percebida pelo alto índice da fidelidade dos clientes, principalmente no Catete e no Centro. Na Feira Hippy, embora exista a encomenda de clientes fiéis, o público é, em sua maior parte de turistas, compradores eventuais.



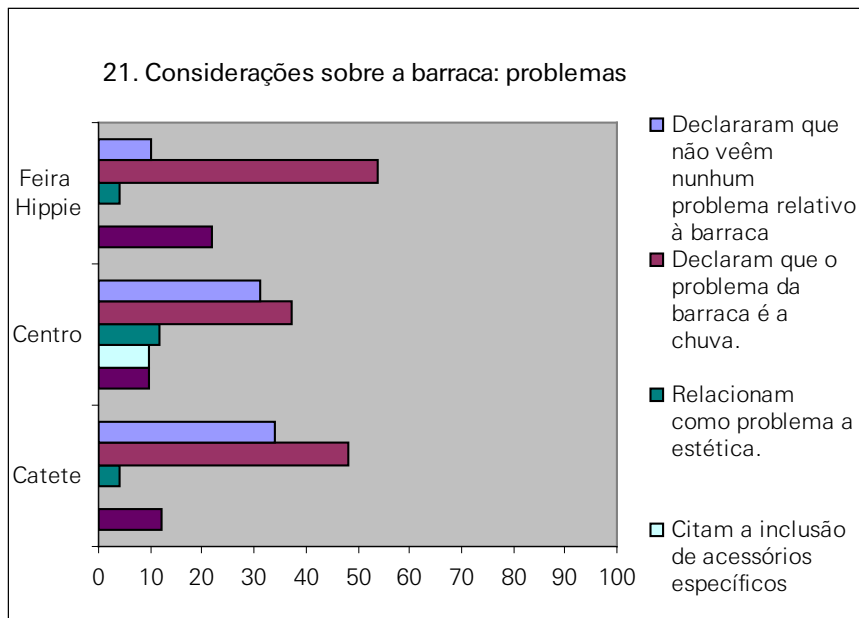
#### 4.2.4 Considerações sobre a barraca e sobre o entorno

Uma das propostas deste trabalho é definir requisitos para uma abordagem de projeto de design de suporte para comercialização na rua. Ouvir os ambulantes sobre seus problemas, é condição para uma abordagem correta de projeto. Da mesma forma, vamos avaliar os conceitos básicos para um projeto urbano que considere a questão do comércio ambulante inserida no espaço público. Questioná-los sobre os problemas da área contribui para uma visão mais ampla do espaço.



Consideradas as três áreas, a maioria declara que o tamanho da barraca é razoável. Observe-se que o formato permitido nas ruas [1 x 1,10m] é diferente da Feira Hippy [2 x 2m].

No Centro, o percentual dos que defendem diferentes formatos para diferentes mercadorias é o mesmo dos que estão satisfeitos.



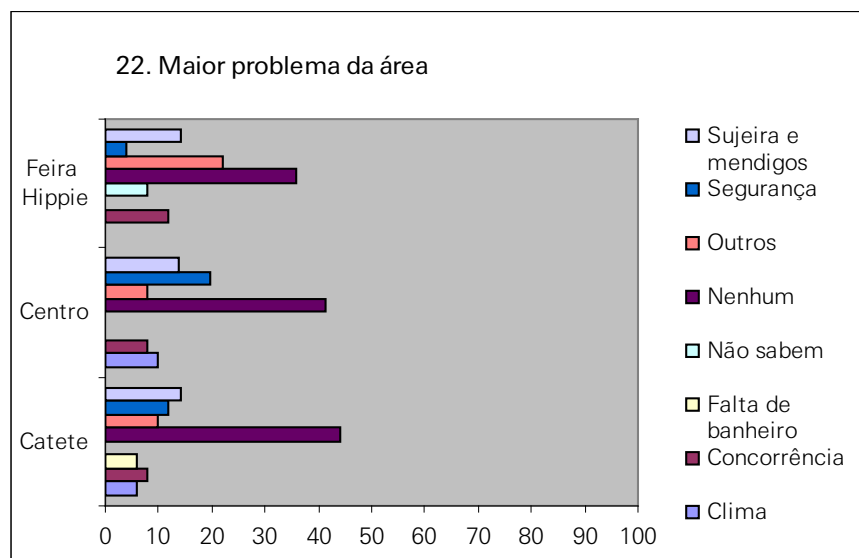
O destaque do que é considerado o maior problema da barraca nas atividades diárias do ambulante, nos permitiu ter uma série de dados sobre o assunto.

A chuva é, sem dúvida, o vilão nas três áreas. Ainda que em índices menores, alguns apontam a estética e outros indicam a necessidade de acessórios específicos. Muitos deploram o uso do plástico de sobrepôr, mas o utilizam para se proteger da chuva.

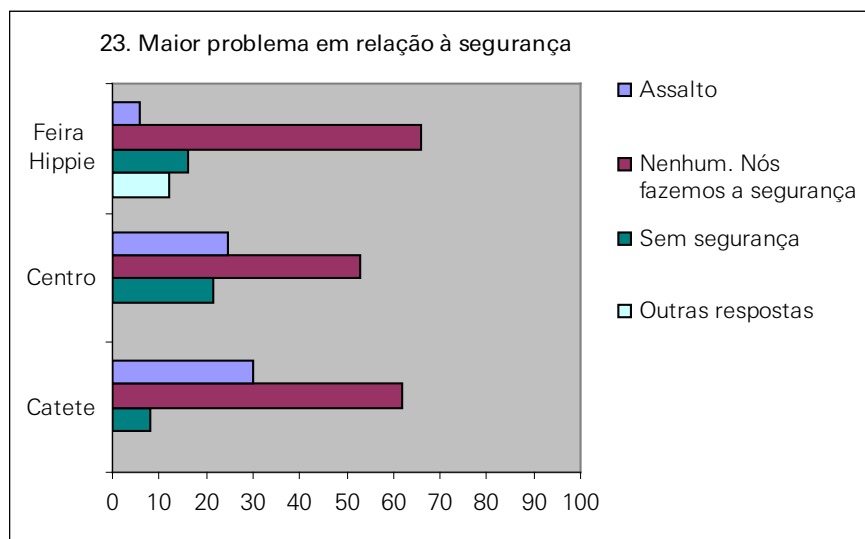
No Catete, uma minoria reivindica o uso de quiosques fixos a exemplo daqueles instalados no Metrô de Botafogo.

#### 4.2.5 Considerações sobre problemas dos ambulantes

Para a primeira questão colocada, sobre o maior problema da área, se desconsiderarmos a negação, maior índice nas três áreas, o que resta, é um mosaico de questões sobre sujeira e mendigos, segurança, clima, concorrência e falta de banheiro. Em índices mais baixos, agrupadas em 'diversos', temos buracos no chão, estacionamento, distribuição das barracas no espaço [Feira Hippie] e o sol.

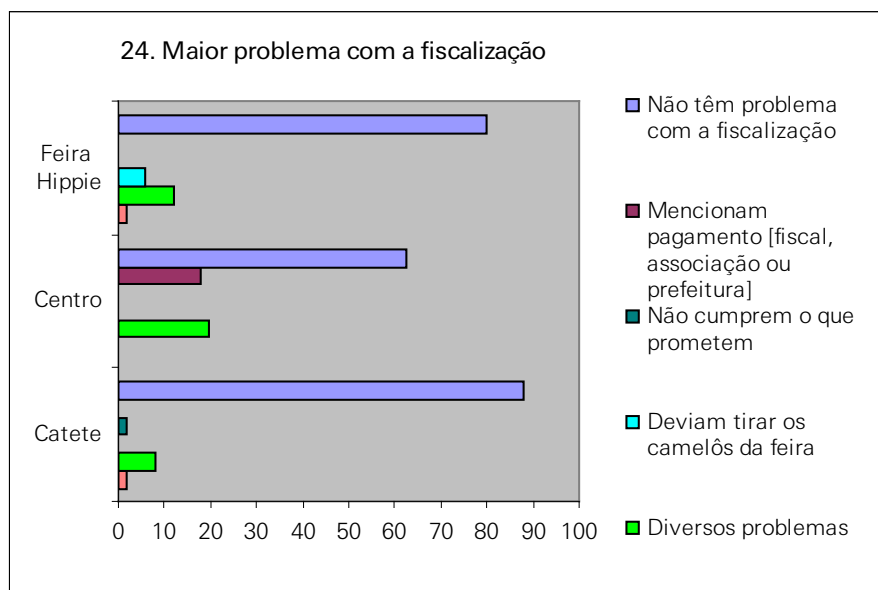


Na questão seguinte, abordamos especificamente o problema da segurança para dimensionar esse dado de forma mais acurada.



A maioria respondeu que não há problema, mas em contraposição, o assalto, somado às críticas à segurança, chegam a aproximadamente 40% no Centro e no Catete.

Uma outra questão considerada, tanto nas observações informais como na pesquisa teórica deste trabalho foram as relações entre ambulantes e fiscalização. Novamente ouve um alto índice de “nenhum problema”. Mas outras respostas, ainda que muito tímidas, nos sinalizam para algumas posturas.

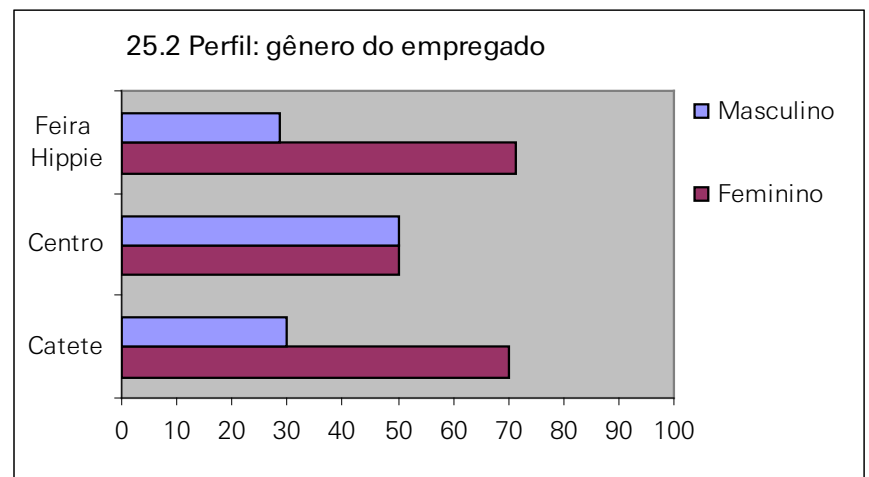
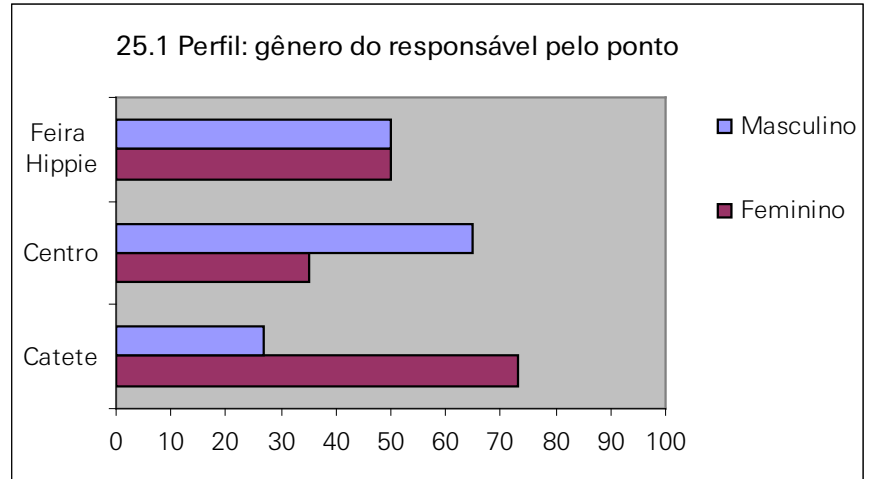


Alguns poucos ambulantes mencionaram pagamento a fiscais, associação ou Prefeitura. Uns de forma reprovadora outros, no caso da Prefeitura, como uma salvaguarda.

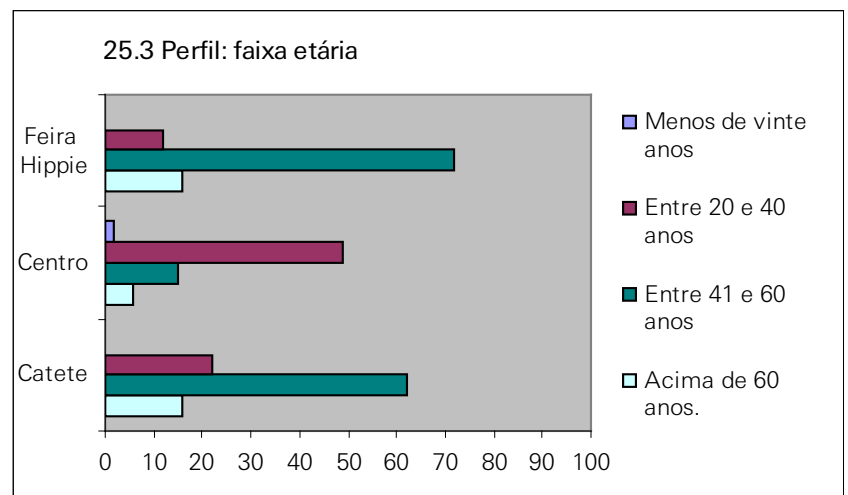
#### 4.2.6 Perfil dos ambulantes que responderam o questionário

O levantamento que segue pretende, de forma comparativa entre os integrantes das três áreas, definir o perfil do ambulante.

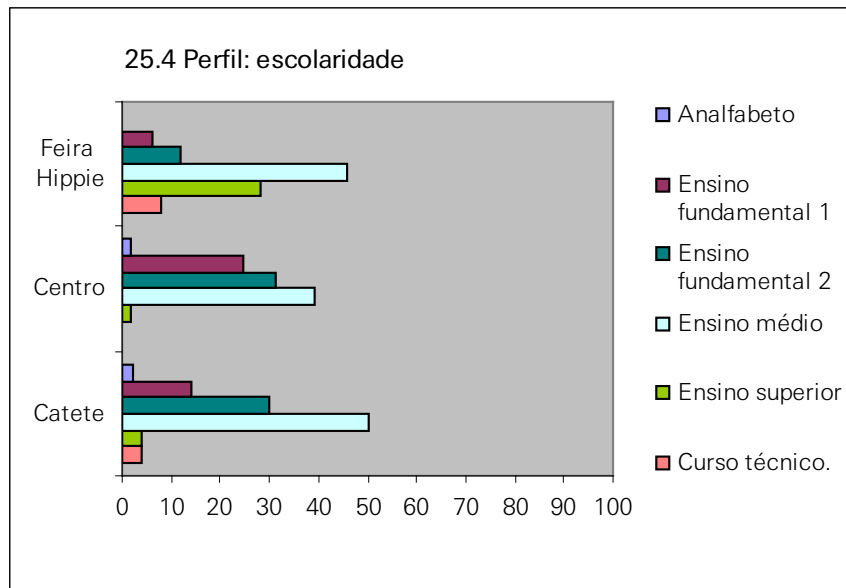
Consideradas as três áreas em conjunto, há um equilíbrio de gênero entre os responsáveis pelo ponto e uma maioria feminina entre os empregados.



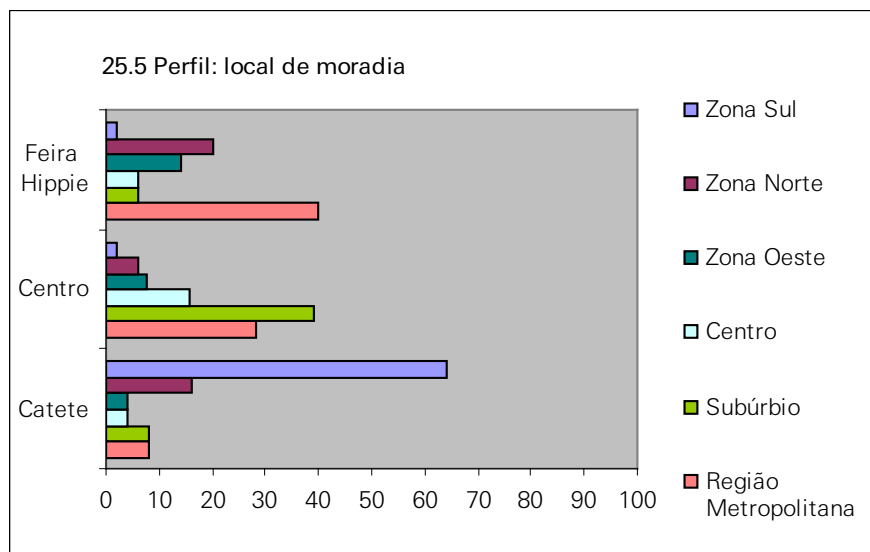
Na Feira Hippie e no Catete predominam os ambulantes entre 41 e 60 anos. No Centro a faixa etária se reduz, e o maior índice é entre 20 e 40 anos.



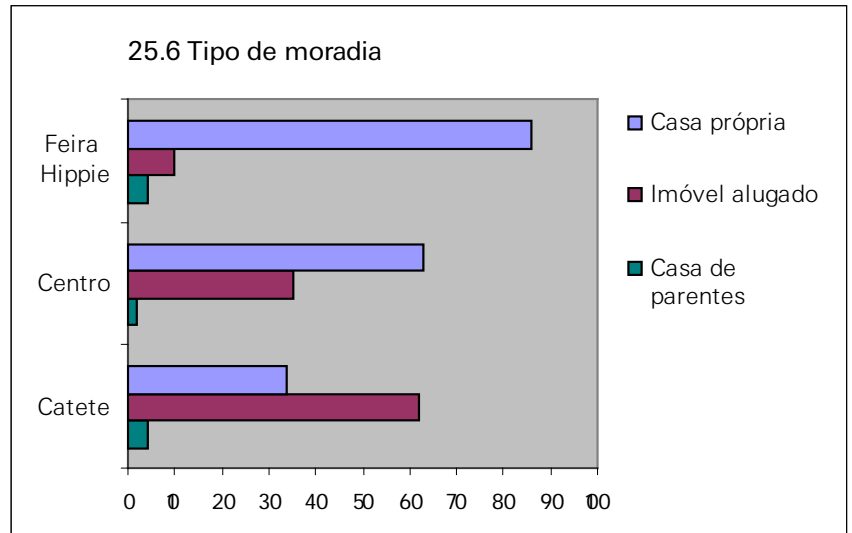
A maioria dos entrevistados nas três áreas cursou até o Ensino Médio. Destaca-se ainda o percentual de pessoas com ensino superior na Feira Hippie.



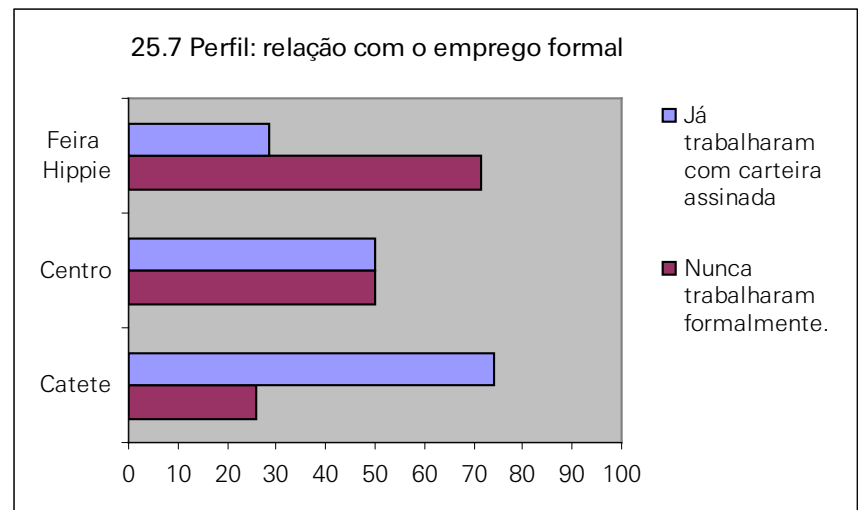
Cada área apresenta um índice maior diferente, em relação à moradia. A maioria dos ambulantes do Catete mora na Zona Sul; a maioria do Centro no Subúrbio, apresentando um bom índice de moradores da Região Metropolitana, onde mora também, a maioria dos ambulantes da Feira Hippie.



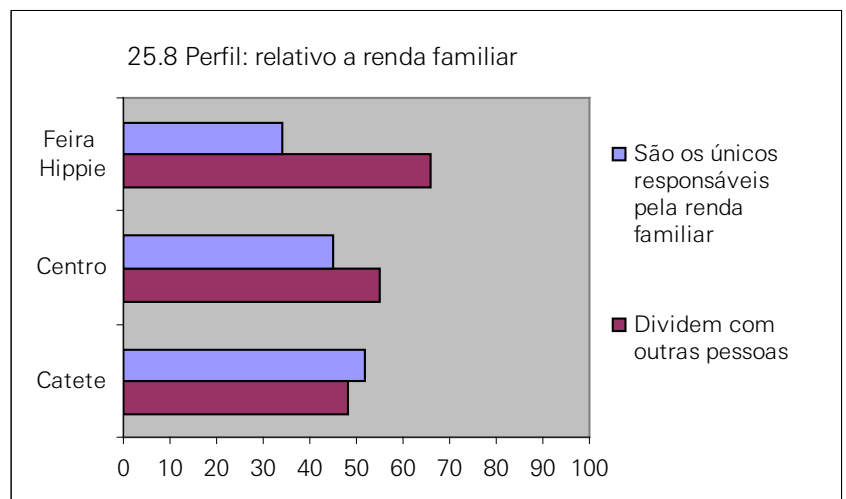
A maioria dos ambulantes do Centro e da Feira Hippie mora em casa própria. Já entre os ambulantes do Catete é maior o percentual dos que moram em imóvel alugado.



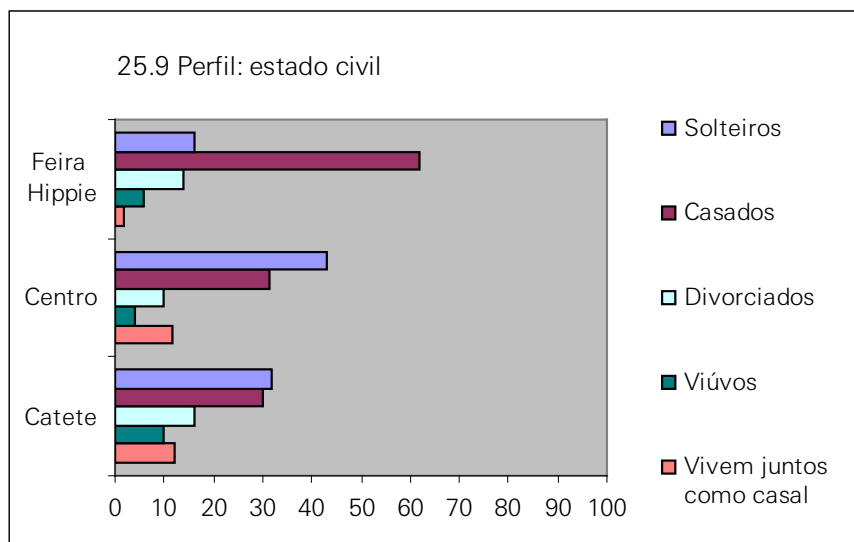
A maioria dos ambulantes da Feira Hippie, por razões históricas, nunca trabalhou com a carteira assinada. No Centro, a relação é meio a meio e no Catete a maioria já trabalhou formalmente.



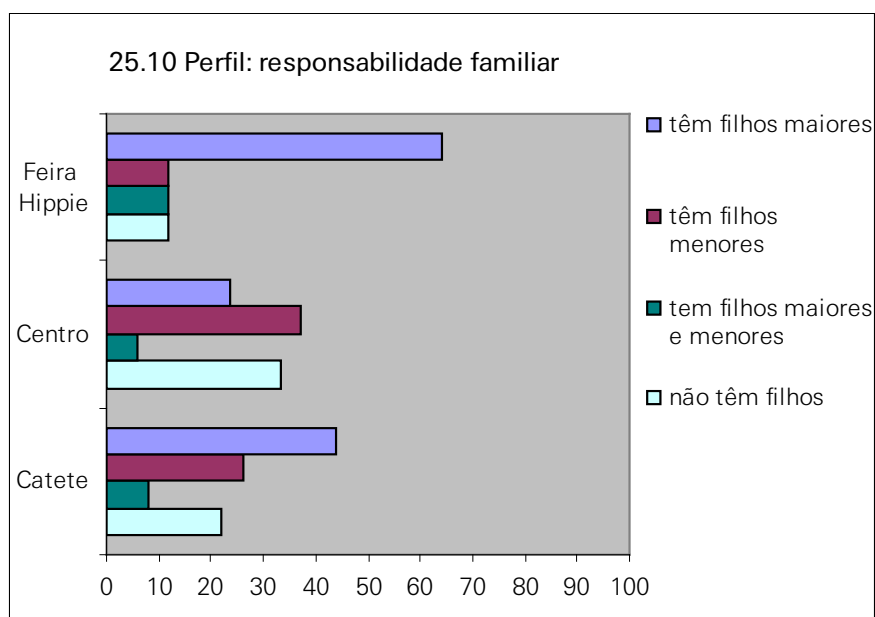
Somente no Catete, os ambulantes que responderam ao questionário tem um percentual maior de responsáveis pela renda familiar. Nas outras duas áreas, a maioria divide essa responsabilidade com alguém.



Na Feira Hippie a maioria é casada. No Centro e no Catete há mais solteiros, mas é considerável o percentual de casados.



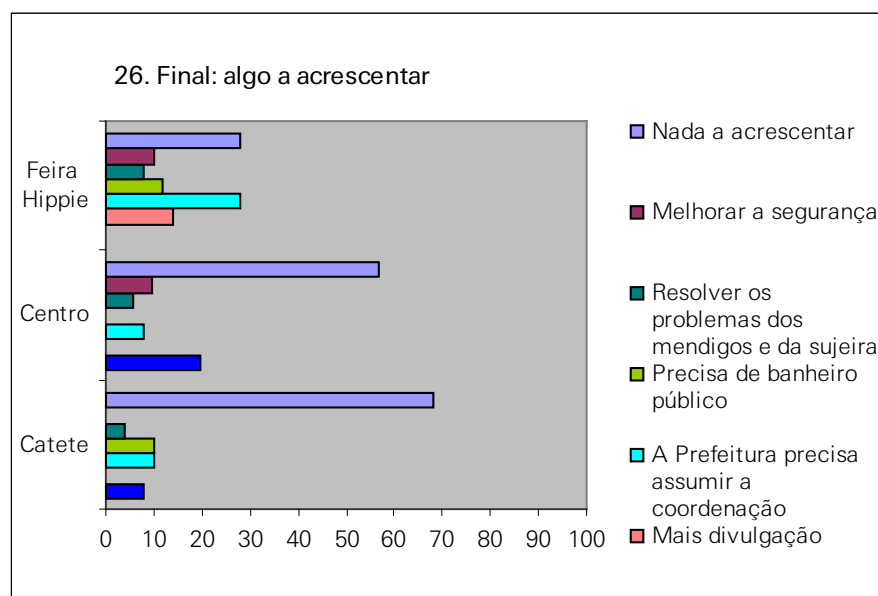
A estrutura familiar desses ambulantes se ajusta aos dados de faixa etária. Assim na Feira Hippie e no Catete, onde foram encontrados ambulantes mais velhos, os filhos são, na maioria, maiores. No Centro, onde a faixa etária predominante era mais baixa, a maioria dos filhos é menor; e como lá se encontram mais solteiros é maior o número de ambulantes sem filhos.



#### 4.2.7 Algo a acrescentar

Finalmente, no sentido de deixar cada ambulante livre para falar e de conseguir com isso outros pontos de vista, foi pedido para que eles acrescentassem qualquer comentário que achassem pertinente.

No Centro e no Catete o índice de abstenções aproximou-se dos 60%. Na Feira Hippie ficou em 28%. Nas outras respostas uma ratificação da necessidade de se resolver um problema já levantado no questionário, como por exemplo, melhorar a segurança, instalar mais banheiros públicos e resolver o problema dos mendigos e da sujeira. Há também, a solicitação de mais coordenação da Prefeitura que aparece com importância nas três áreas. A divulgação da Feira Hippie para turistas foi uma das requisições específicas importantes. Outras colocações pontuais merecem destaque: desejo de uma Associação atuante; mais fiscalização para retirar ambulantes sem licença [apontado nas três áreas]; uma defesa da imagem – “trabalho digno e honesto” e colocação de frades para proteger as barracas. Em uma das respostas fica claro que a Associação cede, aluga ou vende ponto sem licença da Prefeitura.



#### 4.3 Análise das respostas das entrevistas

As perguntas foram organizadas em cinco grupos, trabalhando de forma mais livre, cada tema já abordado no questionário de forma mais fechada.

##### 4.3.1 Das condições de se tornar ambulante daquele ponto

Só foram entrevistados os ambulantes responsáveis pelo ponto, ou seja, aqueles que possuem a licença de trabalho.

A permanência deles no espaço público, corresponde de certa forma àquela levantada nos questionários. Na Feira Hippie - entre 30 e 39 anos [média 36,25 anos]; no Catete - entre 7 e 19 anos, [média



11,6 anos] e no Centro - entre 6 e 18 anos [média 10 anos].  
No Catete, a resistência dos mais antigos ao questionário foi maior.

Quando perguntados sobre a razão de trabalharem como ambulantes, a variável das três áreas se confirma: na Feira Hippie - maior parte da motivação por filosofia de vida alternativa. Só um declarou dificuldade "Precisava trabalhar. Dificuldades da vida. Só largo quando morrer".

No Catete – a maior parte da motivação declarada foi o desemprego aliado à idade. Já no Centro, a maior parte da motivação foi ter seu próprio negócio. Só um declarou como causa seguir a família [irmã]. Se compararmos às respostas dos questionários, somente no Centro não se confirma a tendência principal. Contudo foi neste local o maior índice de respostas relativas a ter o seu próprio negócio.

Quanto aos produtos colocados à venda, as entrevistas confirmam os números detectados nos questionários. Na Feira Hippie, os produtos se concentram em artesanato em tecido, couro, madeira e vidro. São objetos de uso pessoal e para decoração. No Catete, os produtos mais vendidos são roupas e objetos de uso pessoal como bolsas e bijuterias. No Centro as balas e doces [50%] e pequenos objetos de uso pessoal, bolsas, cintos, relógios são os artigos citados nas respostas.

Quanto à permanência de seu ponto no mesmo local, as respostas dos ambulantes da Feira Hippie indicam que metade dos entrevistados só comercializou na feira, a outra metade em outros estados do país, confirmando as duas tendências já verificadas nos questionários. No Catete a maioria só comercializou ali mesmo, mas uma delas trabalhou trazendo produtos do Paraguai, antes de se fixar no local. No Centro, a tendência é a permanência na região, mas um dos casos apresentados indicou uma mobilidade grande, incluindo a comercialização em Madureira e Niterói, para depois fixar-se no Centro, onde já está há dezoito anos. Na Feira Hippie, as razões apresentadas para as mudanças são sempre razões pessoais, de postura de vida. No Centro, houve razões pessoais e de gestão público, ou seja, deslocamento exigido pela Prefeitura.

Em relação às condições para se trabalhar em cada área, as entrevistas confirmaram algumas especificidades. Na Feira Hippie há um processo difícil. A briga pelo espaço desgastou as relações. Metade deles declara que é preciso aguardar vaga na Prefeitura. Um deles menciona a comissão da feira. Foi dito que, normalmente não interessa ao ambulante divulgar a forma de inscrição, por causa da concorrência.

Entre os entrevistados encontramos um ambulante com 39 anos de feira, Luciano de Holanda, que publicou um livro "Pagode em Ipanema" de pequenos textos sobre eventos da Feira Hippie, descrevendo as dificuldades e toda a tensão que envolve a disputa de um local de comércio naquela área.

Já no Catete, todos responderam que é preciso ir a Prefeitura. No Centro, como cada entrevistado era de uma rua diferente, as respostas variaram desde a declaração explícita que comprou o ponto; passando pela organização local através de lideranças, como na rua Araújo Porto



R. Dois de Dezembro



R. Arno Konder



R. Machado de Assis



R. do Catete



Travessa Galeria São Luiz

Nas ruas do Catete, a predominância é da venda de roupas. Observe-se o teto branco, instalado pelo ambulante, na R. do Catete, fora das normas permitidas.



Av. Nilo Peçanha



Praça Melvin Jones



R. Debret



R. México



Av. Amte. Barroso

No Centro, os itens menores são os mais vendidos, principalmente comidas e bebidas.

Alegre, onde o líder, “por estar neste comércio há muito tempo”, organizou o local; até a liderança da rua Erasmo Braga, que implantou toda a distribuição de ambulantes, como descrito abaixo:

“Depois de longos anos de ambulante, a gente já conhece o pessoal da fiscalização, do controle urbano. Quando organizaram esse pedaço [em 2000], havia dois projetos: um [o meu] que previa 33 ambulantes e outro com 65. Acabou ficando o meu. Foram quatro meses para dar entrada na documentação. Eles fizeram levantamento para saber se todos eram moradores do Rio. Nós só ganhamos a licença definitiva depois de três anos”.

Questionados sobre o revezamento na posse dos pontos, na Feira Hippie todos declararam que não havia. Um deles, contudo, mencionou um fato interessante: a hereditariedade foi cassada em processo judicial. Não é possível, agora, passar o ponto de pais para filhos. Se existiu a lei, é porque existia a prática.

No Catete, a maioria declarou que atualmente está estável. No Centro, houve divergência de opiniões de acordo com cada rua. Em dois casos há muito revezamento, em outros casos, há aqueles que já se estabilizaram. Foi mencionada a compra do ponto para revenda, outra prática não mencionada nos questionários.

Quanto ao tempo que estão instalados os mais antigos, temos: Feira Hippie, há 40 anos; Catete, os mais antigos têm 20 anos de trabalho na rua e no Centro, na maioria, estão lá há somente 8 anos. Somente um dos entrevistados da r.Araújo Porto Alegre, já comercializa ali há 20 anos.

Uma questão confirmada nas entrevistas é a questão da nomenclatura. Cada área adota um nome preferido: na Feira Hippie, artesão; no Catete, camelô e no Centro, ambulante, confirmando a tendência das respostas do questionário.

Essa questão decorre diretamente da falta de identidade. Há um bom número de leis que tratam dessa prática nas ruas do Rio, contudo, não existe nem uma política social, nem uma política urbana que trabalhe sobre o assunto, refletindo-se na nomenclatura adotada.

#### 4.3.2 Questões sobre o suporte para comercialização e a logística de funcionamento

As questões relativas ao suporte de comercialização e sua logística de funcionamento, procuraram opiniões sobre as mudanças que estes vendedores acham pertinentes, suas sugestões e observações no uso dia a dia.

A necessidade de mudança foi defendida por 75% dos entrevistados da Feira Hippie, que sugeriram estratégias de merchandise e de exploração turística, no tratamento das lonas de proteção. No Catete, 40% acham que deve mudar e ressaltam a estética; 40% acha que deve ser

fixa, como a de Botafogo, perto do Metrô e 20% não acha que deve mudar. No Centro, todos acham que devem ser modificadas e mencionam o novo modelo em teste na rua Miguel Couto.

Entre as maiores dificuldades no uso da barraca, foram mencionadas: na Feira Hippie, a estrutura pesada e o toldo, sugerindo-se um modelo básico com módulos convenientes para cada um. No Catete, 60% apontaram a deficiência na proteção da chuva. Também foi mencionada a dificuldade de montar e desmontar. No Centro, foram apontados vários pontos: fator estético, tamanho, dificuldade de montagem e desmontagem e problemas com a chuva.

Numa tentativa de permitir uma análise mais específica, questionamos que produtos têm a venda prejudicada pelo formato da barraca. Na Feira Hippie, 75% declararam que nenhum produto é prejudicado pela forma de exibição e 25% acham que todos ficam e que é preciso melhorar. No Catete a opinião de 75% é que os produtos menores ficam muito prejudicados e 25% acreditam que nenhum fica prejudicado. No Centro 50% declararam que nenhum produto fica prejudicado, 25% acha que os pequenos ficam e 25% não quis responder.

Mas, incentivados, sugeriram alguns acessórios: na Feira Hippie, arara com eixo para rodar; no Catete, 60% dos ambulantes já adaptaram às suas barracas, um arara, copiada de uma loja e no Centro, houve a sugestão de suporte para coisas pequenas e vitrines de vidro.

Em relação ao formato, a maioria declarou não ter problema. Mas, em relação ao material utilizado na produção desses suportes, foram citadas as seguintes observações:

Na Feira Hippie, o material do toldo é pesado e não funciona; no Catete, novamente o toldo e as soldas da estrutura; no Centro, o problema é que a barraca precisa ser mais pesada, para não voar com o vento e também apontam problemas no toldo. Como tínhamos respostas nos questionários que indicavam que as barracas eram muito pesadas, questionamos e nos foi explicado que aquelas de produção mais recente, usam tubos metálicos muito finos, que propicia uma quebra constante e a necessidade de contrapeso, para que não voem.

A barraca desejada se configura com as seguintes características: na Feira Hippie, estrutura de alumínio, cobertura ao redor da praça, como nas feiras de livro, toldo mais leve e colorido; no Catete, quiosque fixo, arara [já utilizada por alguns], mudança no teto, ferros quadrados e mais avançados para proteção da chuva; no Centro, suporte para separar objetos grandes e pequenos, mudança no teto e avanço nas laterais para proteção da chuva.

Quanto à logística para montagem e desmontagem das barracas foram confirmadas as tendências das respostas dos questionários. Nas três áreas existe o esquema de montagem e desmontagem das barracas, serviço pago a terceiros. O depósito pago das mercadorias também é utilizado em alguns casos. Mas há uma minoria que realiza todo o trabalho por conta própria.



Fotos da Feira Hippie, com sua diversidade de produtos e escassez de espaços de circulação.

Questionados se esse esquema deve continuar, tiveram as respostas divididas: na Feira Hippie – 75% responderam que sim, com sugestões de incluir merchandise e melhores ferragens. No Catete - 60% acham que o esquema deve ser modificado, inclusive por causa do teto, montado por cada ambulante. Outros 40% acham que o quiosque deveria ser fixo, como o de Botafogo. No Centro - 50% acham que está bom, 50% que deve mudar, para facilitar o trabalho e dar mais segurança.

### **4.3.3 Questões sobre política e organização**

Estas questões visam estabelecer as relações da comunidade de vendedores como sistema social. E começa por questionar o que cada ambulante faria se tivesse o poder para organizar o espaço. Na Feira Hippie mencionaram testes mais rígidos para permanência, a organização do espaço, coibir a revenda, só permitindo artesanato e melhorar o marketing da feira, incluindo uma marca.

No Catete, todos os entrevistados fariam quiosques fixos como os de Botafogo. No Centro, alguns declararam que restringiriam o número de barracas. Uma das respostas destacou que já tinha organizado o espaço da forma que considerava melhor, ou seja, uma barraca para cada árvore [na Erasmó Braga].

Dentre as maiores dificuldades do cotidiano, a falta de banheiros públicos foi mencionada na Feira Hippie e no Catete. Um dos entrevistados fez a seguinte conta: são 600 expositores na Feira Hippie, mais um ajudante em cada caso: só aí já são 1200 pessoas mais os clientes. É um público muito grande, para um só banheiro automático. No Catete, um dos entrevistados desconhecia um banheiro público instalado do outro lado da rua [Largo do Machado]. No Centro o transporte das mercadorias nos ônibus, todo o dia, foi citado como dificuldade.

Questionados sobre o trabalho da Associação de cada área, responderam de forma divergente. Na Feira Hippie foram mencionadas cinco associações envolvidas com a feira, e ainda há quem queira uma outra 'que funcione'. No Catete, 100% citam a Associação, quanto pagam e quem os representa. No Centro, 100% não aprova as Associações.

Como, várias vezes, a solução proposta para os ambulantes é a construção de um local para abrigá-los, procuramos questioná-los sobre este assunto. Na Feira Hippie e no Catete as opiniões ficaram divididas, no Centro, 75% considera interessante, dependendo do local, mas 25% não aprovam e sugerem outra estratégia: uma parceria com os ambulantes licenciados para o controle do espaço.

### **4.3.4 Questões sobre legislação e segurança**

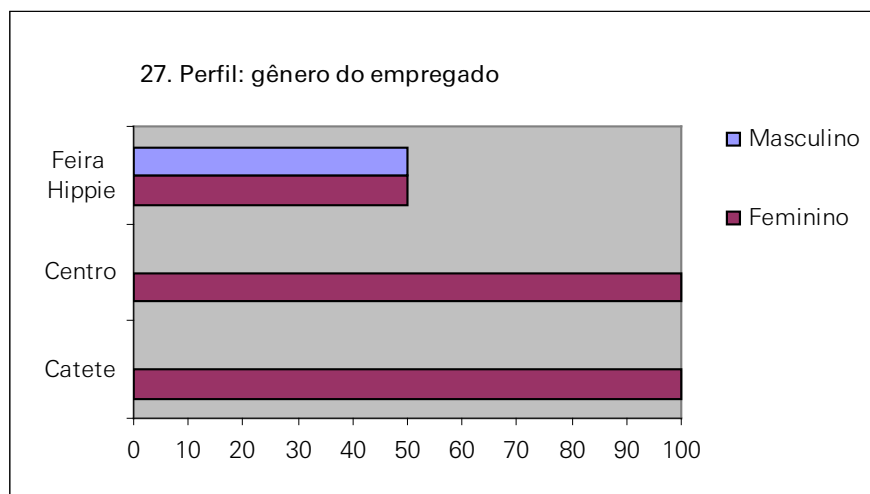
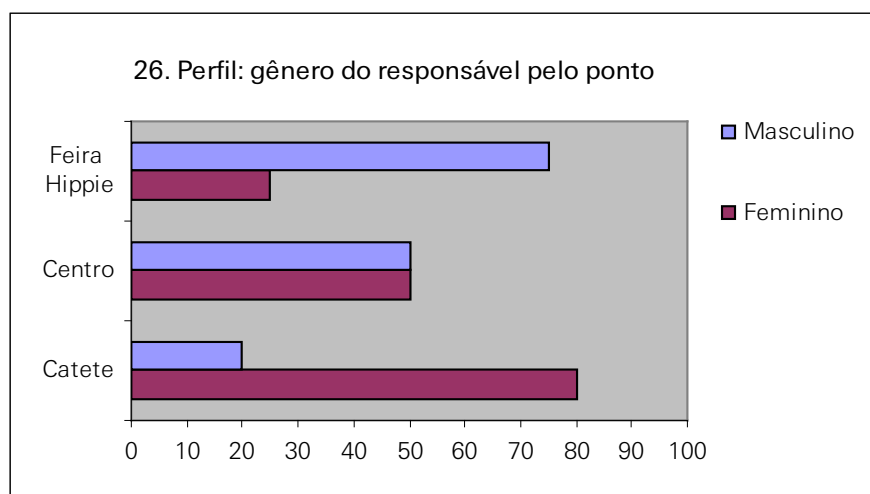
Na Feira Hippie, questionados sobre as leis que estabelecem as condições do comércio ambulante, a resposta foi afirmativa. No Centro, 50% conhecem, sendo que um deles tem a cópia da lei e o outro sabe até o código de ambulante na Receita Federal. No Catete, desconhe-

cem a lei, mas sabem que produtos são proibidos comercializar.

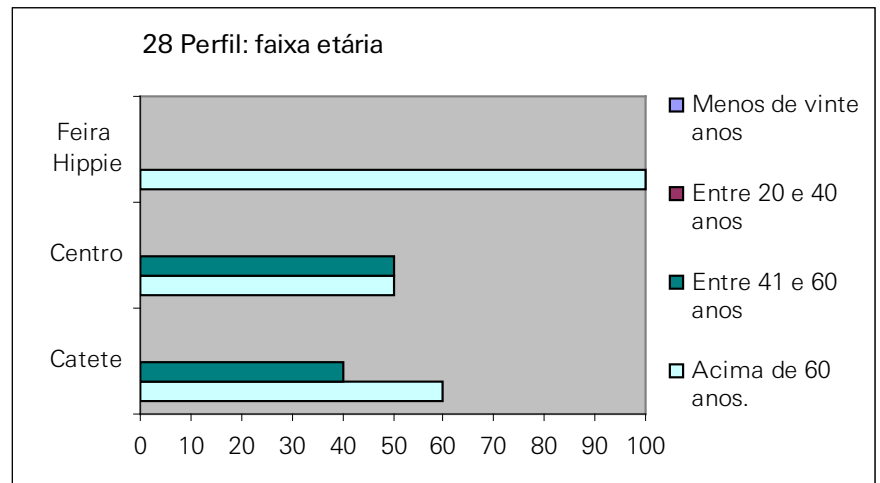
Sobre a segurança, a pergunta procurou saber a incidência de roubo, chantagem ou ameaça e as providências tomadas. Na Feira Hippie, houve uma resposta para assalto e o recebimento de um livro que conta as agruras através do tempo, no Centro, metade dos entrevistados sofreu furtos e no Catete a maioria não teve problema.

#### 4.3.5 Perfil dos ambulantes entrevistados

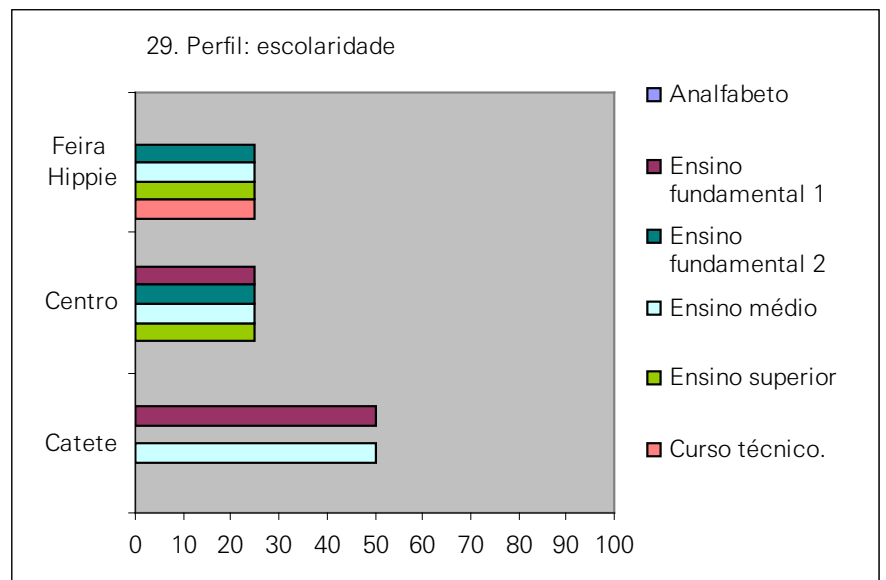
Também foi levantado o perfil dos entrevistados. Confirmam-se as tendências dos questionários; entre os responsáveis pelo ponto, há um equilíbrio de gênero; entre os empregados, a maioria é do sexo feminino.



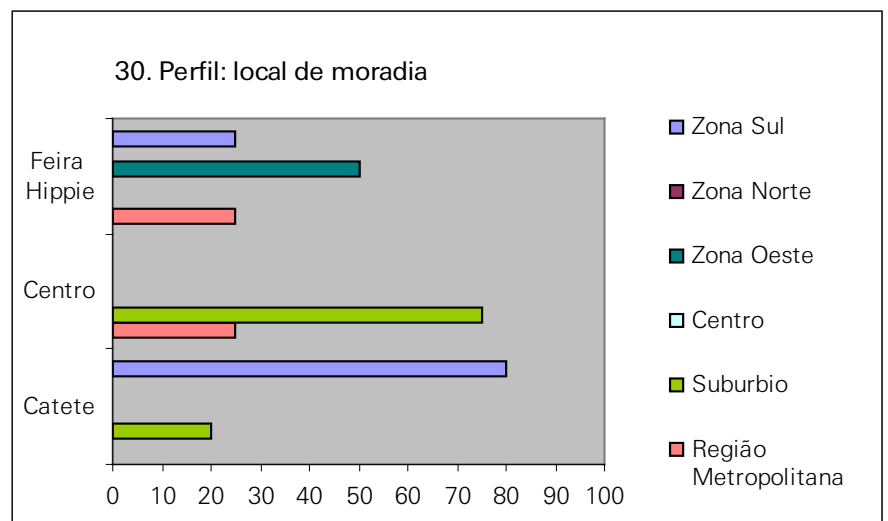
Como o critério de escolha dos entrevistados era de antiguidade, a faixa etária dos entrevistados é acima de 41 anos.



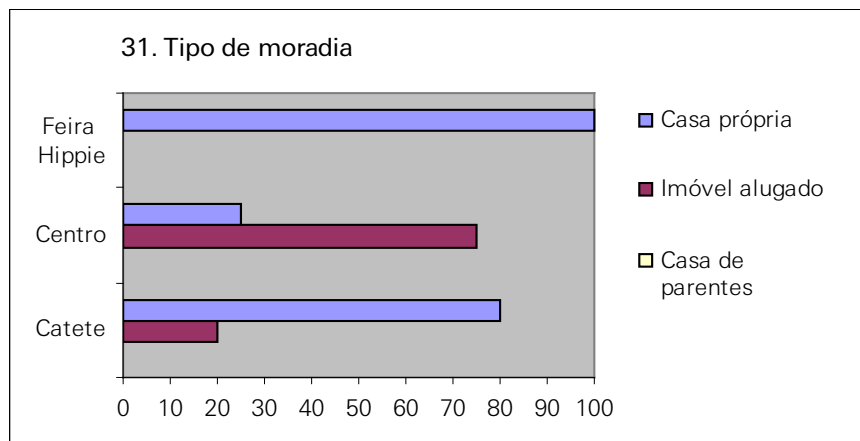
Os entrevistados apresentam-se distribuídos nas diversas faixas de escolaridade.



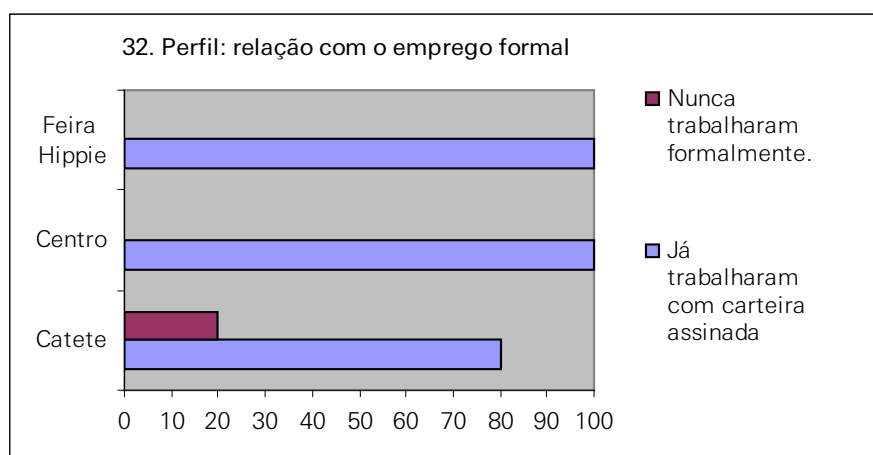
Os entrevistados moram na Zona Sul, Zona Oeste, Subúrbio e Região Metropolitana.



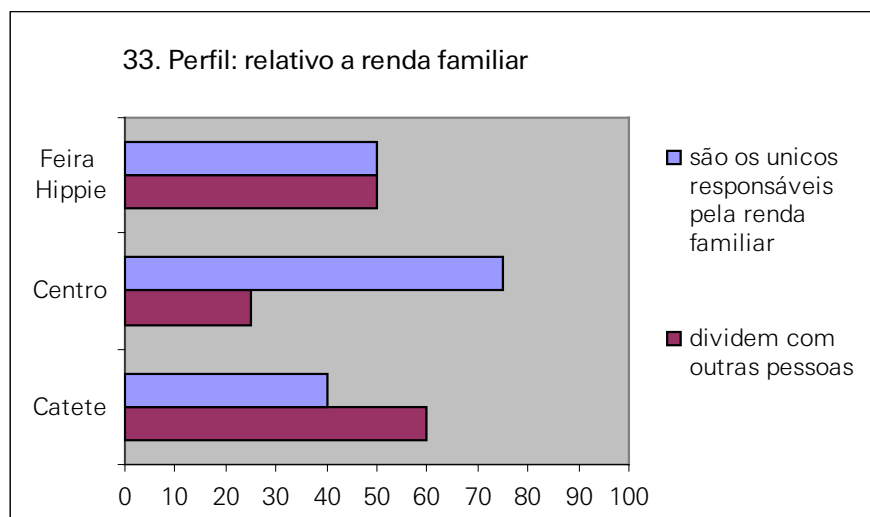
O índice de moradia em casa própria da Feira Hippie e do Catete confirmou-se, assim como o índice de moradia em imóvel alugado, no Centro.



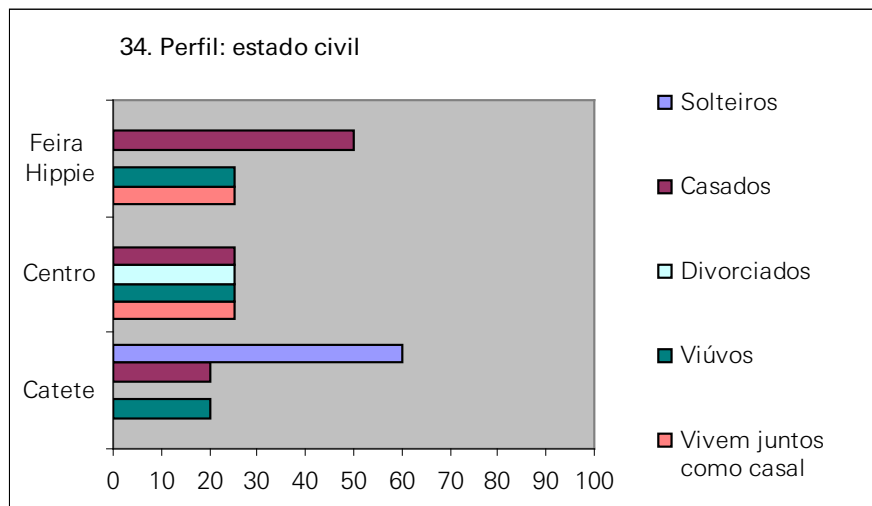
A maioria dos entrevistados já trabalhou com carteira assinada.



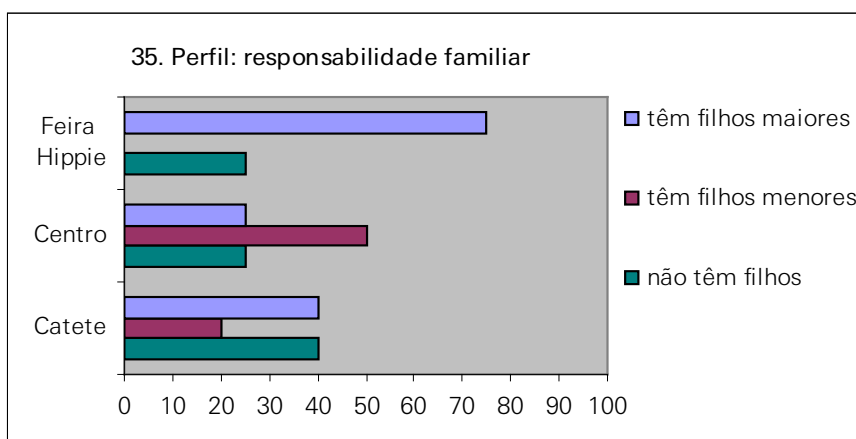
A responsabilidade da renda familiar é maior no Catete.



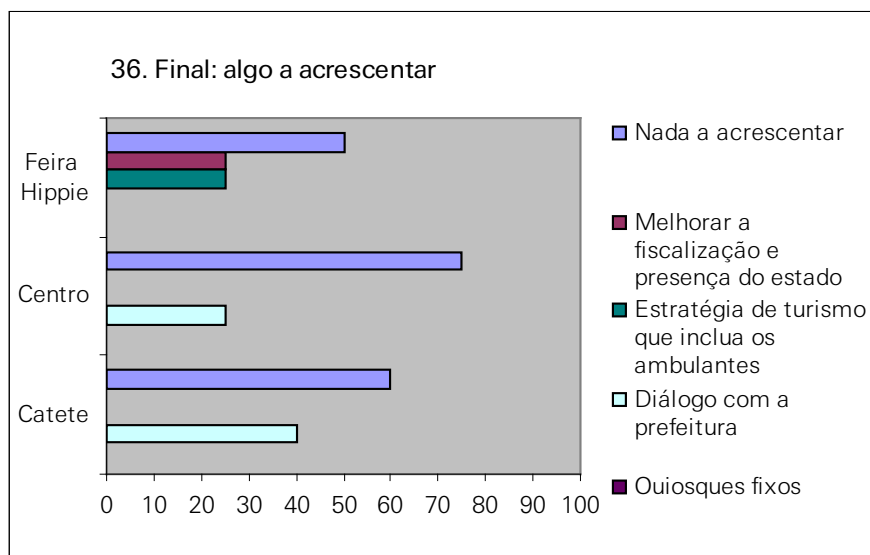
Cruzando os dados do quadro 34, com os do quadro 33, podemos deduzir que apesar da maior parte ser responsável pela renda familiar, boa parte dos entrevistados do Catete é de solteiros. Na Feira Hippie os casados são em maior número, no centro há equilíbrio



Completando o perfil dos entrevistados para saber em que medida há a responsabilidade por uma família constituída, as principais tendências se confirmaram



Nas respostas a pergunta mais aberta, pedindo um sugestão a mais sobre o tema, a maioria declarou que nada tinha a acrescentar. Contudo três tendências precisam ser registradas: tanto no Centro como no Catete, houve a proposta de um diálogo maior com a Prefeitura e na Feira Hippie foi solicitado que se melhorasse a fiscalização e a presença do Estado.





## 4.5 As Associações

Fundada em 1986, a Associação dos Vendedores Ambulantes do Centro do Rio de Janeiro registrava mil filiados, mas alguns meses mais tarde, o número de associados pagantes ficou reduzido de tal forma que dificultou seu funcionamento [Sorj. 1993:24].

Hoje as organizações se estabelecem por ruas e têm um trabalho político de tentar manter a atividade sem muitos conflitos, além de funcionarem como defensores dos ambulantes em seus problemas cotidianos.

Mas o contato com essas entidades foi difícil. Por três vezes estivemos na Associação do Centro, na rua Santa Luzia, tentando uma entrevista, e só conseguimos contato quando não era mais possível, em função do tempo.

Através da CCU, conseguimos contactar o Sr. Marcelo Veras, que nos proporcionou um encontro com três Associações. Em nossa reunião com o próprio, presidente da Associação dos Ambulantes do Largo de São Francisco [desde 1992], Av Chile [desde 1994], Presidente Vargas [2001], Senador Dantas [ e Evaristo da Veiga [2002]; juntamente com Leila da Lapa, que representa os ambulantes dos Arcos da Lapa, e Pedro de Copacabana, foi esclarecido que todas as Associações atuantes no momento são novas, ou seja criadas a partir dos anos 90.

O trabalho destes líderes é, na maioria das vezes político e de mediação dos conflitos no espaço público. Segundo eles as associações têm tentado contribuir com o Controle Urbano, com sugestões e parcerias. Este ano, completam-se trinta anos da Lei Federal 6.586, de 6 de novembro de 1978, cujo primeiro parágrafo considera comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exercer pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta, definindo a profissão, inserida a partir de então no código da receita federal e previdenciária.

Dos assuntos abordados na reunião destacam-se tanto as dificuldades do exercício da atividade no dia a dia, grande parte já inserida em nossa pesquisa de campo, outras mais explicitadas, como a corrupção dos agentes da fiscalização e a postura de alguns ambulantes que dificultam o trabalho conjunto.

Foi mencionado que o Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado Rio de Janeiro tem sede própria, mas não tem ainda ligação com as Associações. Abriga somente os vendedores autônomos, ligados a empresas formais. Há tentativas de reforçar a atividade, através desta instituição.

Foi muito debatida, também, a tendência atual de concentração dos ambulantes em terrenos vazios, com a criação de mercados populares, muito bem sucedidos do ponto de vista econômico.

#### 4.6 Uma comparação entre as pesquisas de 1987 e a atual

Um das grandes dificuldades de gestão pública relativas a este setor informal é o desconhecimento sobre suas interrelações e de dados conclusivos para uma análise mais precisa das possibilidades de trabalho, para soluções urbanas.

Bila Sorj [1989], empreendeu pesquisa para avaliar questões socialmente pertinentes, concluindo, já naquela época, que muitos dos conceitos que se considerava corretos sobre essa parte da população, eram inadequados. Uma comparação, entre alguns dos dados levantados naquele tempo e agora, pode nos permitir uma análise das tendências deste setor em nossa comunidade.

Em primeiro lugar, a questão de se trabalhar ou não com empregados: em 1987, 50% tinham empregados e 33% tinham se tornado titulares após um período como empregados. Hoje, se cruzarmos os dados dos quadros 1 e 14, do item 4.3.2, vamos perceber que o número de empregados diminuiu significativamente. Dos que responderam ao questionário, 80% eram responsáveis pelo ponto, e a exceção da Feira Hippie, em nenhum momento tinham a companhia de outra pessoa. Este dado se confirma no quadro 14, onde menos de 20% dos ambulantes das áreas do Centro e do Catete se utilizam de empregados ou pessoas de confiança para se ausentar do local.

No passado as licenças eram dadas seguindo-se preferências tais como deficientes físicos, idosos e ex-presidiários. A prática de então era o aluguel do ponto pelo deficiente, permitindo ao ambulante um pouco mais de estabilidade, contra a apresentação da autorização e uma desculpa sobre a ausência temporária dele no local. Isso permitia ao ambulante um planejamento melhor dos seus estoques, consolidando uma clientela própria.

Se nos ativermos ao quadro 19 do item 4.3.3 da pesquisa atual, percebemos que os índices de clientela fiel são significativos, mesmo na Feira Hippie, local de maioria turística. Isto com certeza influencia na estabilidade do comércio e nas conseqüentes necessidades de terceirização da montagem e desmontagem das barracas, bem como do uso de depósitos para guarda das mercadorias.

Em sua pesquisa, Bila Sorj [1989], considera a motivação pela ascensão social como novo dado importante a ser observado. Hoje, 21 anos depois, pode se dizer que esses objetivos foram alcançados, uma vez que um alto percentual das áreas pesquisadas mora em casa própria, conforme quadro 25.6 do item 4.3.6. Mas se no passado 90 % moravam no Rio de Janeiro, atualmente, uma boa percentagem tem sua moradia na região metropolitana, conforme o quadro 4.5.5, do mesmo item. Uma possível dedução desta mobilidade, seria o preço da casa própria nestes locais.

Se nos anos 80, já pode ser percebida uma visão elaborada das suas chances no mercado de trabalho, hoje, como observado na diversidade das respostas computadas no quadro 17, do item 4.3.3, fica claro o entendimento da complexidade de fatores que permitem a motivação

por esta atividade informal no espaço público.

Se na pesquisa anterior, 77,5% estiveram engajados anteriormente em outros empregos, os resultados obtidos no quadro 25.7 do item 4.3.5 indicam alguma modificação nesta condição: no Centro, somente 50% trabalhou em outra atividade, no Catete 70% e na Feira Hippie 30%.

Um dado que permanece se refere às mercadorias, que constituem-se majoritariamente de produtos industrializados, a exceção da Feira Hippie. Mas, se os produtos permitidos naquela época eram basicamente destinados à alimentação, embora somente 22,5% dos ambulantes atuassem neste campo, hoje se diversificam e se especializam conforme a clientela, outro dado de consolidação da atividade.

Um dado que a partir das respostas às pesquisas atuais, se contrapõe àqueles obtidos no passado, refere-se à relação com a fiscalização. Na época, os vendedores ambulantes declararam que desembolsavam cerca de 25% do seu faturamento para subornar a fiscalização. Hoje, a exceção de umas poucas respostas tímidas, os índices de ausência de problemas neste sentido são consideráveis, conforme quadro 24 do item 4.2.5. Contudo, em conversas informais, as respostas são outras.

Uma surpresa nos dados de então: 37,5% tinham o primário completo e 25% primário incompleto; 22,5% o secundário completo, 12,5% secundário incompleto 2,5% curso superior incompleto. O quadro 25.4, do item 4.3.6 nos demonstra que a maioria dos entrevistados nas três áreas cursou até o Ensino Médio, destacando-se ainda o percentual de pessoas com ensino superior na Feira Hippie.

Tanto em nossa pesquisa de campo, como em nossa pesquisa teórica, apresentada no capítulo 3, com o estudo das leis e de exemplos de gestão, ratificamos a conclusão da pesquisa de 1987, que estabelece a existência no estado de uma estratégia de regulação e controle, não de uma política pública. Um dos indícios mais fortes é que apesar da quantidade de leis que tratam da comercialização no espaço público, em todas elas, a característica da permissão, que é dada a título precário, permanece, possibilitando um jogo político instável em relação a um assunto pouco discutido na sociedade e raramente abordado nas questões urbanísticas.

Uma das conclusões relaciona-se com a consolidação da atividade no espaço público. No quadro 18 do item 4.3.3, os resultados desta pesquisa apontam uma forte determinação dos ambulantes pela continuidade da atividade. Em todas as três áreas pesquisadas, índices de mais de 60% definem que o espaço público vai continuar a ser palco das vendas do comércio ambulante, como há séculos acontece nesta cidade. Encarar a questão no planejamento urbano e no projeto urbano é uma necessidade, que deve ser realizada com a interferência de todos os grupos que podem contribuir para a melhoria do espaço público. A leis, a gestão, o planejamento e o projeto, que inclui o urbanismo e o design devem servir de base para a formulação de uma política urbana que considere a presença do comércio ambulante no espaço público da cidade.

## 5. Possibilidades de abordagem do comércio de rua no projeto urbano

### 5.1 O foco na cidade do Rio de Janeiro

O propósito deste trabalho surgiu, como declarado anteriormente, de uma inquietação, de um olhar analítico e de algumas experiências de participação em projetos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.

Em nossas pesquisas teóricas e de campo, fizemos algumas pequenas incursões em outros lugares para um olhar mais abrangente. E, embora este capítulo pretenda uma visão geral das possibilidades de abordagem e inserção do comércio ambulante no projeto urbano, é importante destacar que as conclusões aqui explicitadas resultam de um olhar analítico na cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo, apresentamos observações sobre a organização da estrutura das cidades, desde os primeiros planos, para destacar que, as centralidades e os fluxos de deslocamento, nesses exemplos, eram os locais escolhidos para o comércio no espaço público. Esta postura ratifica, racionalmente, a escolha dos ambulantes pelas vias e espaços livres públicos para a venda de seus produtos.

Segundo os relatos históricos, nos tempos de colônia, e principalmente com a chegada da família real em 2008, a cidade do Rio de Janeiro não dispunha de uma estrutura comercial que atendesse a demanda da sua população. Segundo Cavalcanti [2004,75], os comerciantes miúdos, chamados 'retalhistas', 'homens de vara' ou ainda 'comerciantes de loja', formavam o grupo mais frágil da estrutura comercial. Segundo Lessa [2000:62], "o camelô do presente tem seus antepassados na vila do século XVII. O homem livre e pobre que sobrevive nas brechas da circulação mercantil acompanha a cidade de longa data". No capítulo dois, as pesquisas indicaram que instituímos a prática da venda pessoal, de porta em porta ou no espaço público com os mascates e com os "negros de ganho" atuando desde então. E esse tipo de prática nunca deixou de existir nesta cidade. Agora mesmo, ao escrever estas linhas, escuto pela janela, o vassoureiro apregoando seu produto.

A análise da gestão pública em relação a esta atividade, incluindo as leis pertinentes e exemplos de projetos que abordaram o comércio ambulante, completados por uma pesquisa de campo sobre a atividade, nos indicam questões de abordagem sobre o assunto.

Será possível trabalhar para que a existência da atividade seja de alguma forma considerada no planejamento e no projeto urbano? Esta atividade, que usufrui do espaço público para uma atividade privada, é característica dos países em desenvolvimento ou vamos encontrá-la em outros locais? Quais as possibilidades de abordagem possíveis

para que essa atividade seja incluída nos estudos, planos e projetos desta ou de outras cidades? É nossa pretensão que este capítulo consiga apresentar algumas considerações a respeito.

## 5.2 Uma questão internacional

É comum o comércio ambulante ser tratado como um problema exclusivo do terceiro mundo. Mas em outras partes do mundo, não só existe esse tipo de comércio, como o contexto e a reação são similares. Segundo White, “os comerciantes estabelecidos odeiam o aparecimento de vendedores, e como há um excesso de regulamentações, é fácil enquadrar o ambulante, com ou sem licença. Em algumas áreas de Manhattan, Nova York, a atividade mais freqüente da polícia é aplicar multas aos ambulantes de comida. Algumas vezes, eles também chegam com caminhões para forçar sua retirada. Esses confrontos, geralmente, tendem a uma aglomeração popular, claramente a favor dos vendedores” [Whyte.1985:50].

“O comércio de rua está conhecendo uma nova expansão” [Monnet.2006:178], tanto pela mão de obra excedente, que atua no mercado informal, em razão do subemprego nos países em desenvolvimento, como pela atuação dos imigrantes, nos países centrais, e também de “modo formal, nos lugares onde as empresas se adaptaram para ter acesso a clientela de passagem” [Monnet.2006:179].

Os ambulantes, tanto na cidade do Rio de Janeiro, como nos países da Europa, fazem parte de um movimento de migração que encontra no comércio de rua nos dias atuais, as mesmas perspectivas de ganho que movimentaram os mascates no início do Sec. XIX.

Encontramos, em Paris exemplos de comércio ambulantes, a grande maioria gerida por imigrantes, sendo um dos casos de real interesse para este trabalho. A loja de departamentos “Galerie Fafayette” instalou, ela mesma, as barracas que se situam nas calçadas no entorno de suas lojas, acreditamos que com o intuito de sanear o espaço público e deixá-lo organizado. Mas até o presente momento nenhuma das tentativas de abordagem sobre o problema, incluindo uma ida a Paris especificamente para pesquisar o assunto resultou em um esclarecimento da empresa sobre o assunto. O máximo de informação obtida foi a declaração de uma das vendedoras afirmando que o design das barracas tinha sido desenvolvido pela equipe da “Galerie”. A impressão, em todos os contatos, é que não se gostaria de disseminar a informação desta estratégia da loja na participação do mercado informal. Ficou contudo o registro de uma realidade. Há tempos as “Galeries Lafayette” mantêm a sua volta barracas de comércio ambulantes, com diferentes projetos para cada loja. Registros fotográficos em diferentes épocas revelaram diferentes modelos de cada loja.



2008



2008



2008



2001



2008



1994



1994

Em três endereços das Galeries Lafayette, diferentes modelos de barraca de comércio ambulante foram fotografados nos anos de 1994, 2001 e 2008.



1



2



3



4



5

As fotos de 1 a 5 são do comércio de rua de Veneza, e foram feitas em fevereiro de 2008. Conversei com alguns ambulantes, e eles declararam que se mantem em atividade por todo o ano.



6



7



8



9



10



11



12

As fotos de 4 a 10 foram tomadas em Florença. Eles se localizam nos principais locais turísticos como perto do Batistério, na Ponte Vecchio, na praça da República, e principalmente, numa instalação contínua, ao redor da Igreja de São Lourenço.

Em Roma, acontece da mesma forma: as fotos 13, 14 e 15, foram tiradas na Praça de Espanha, no caminho para o Vaticano e nas cercanias do Coliseu.



13



14



15

Em Veneza, Florença, e Roma há comércio ambulante com regras e atuações similares às nossas. Entrevistas com os ambulantes de Florença revelaram que, as taxas pagas no paralelo são bastante superiores àquelas recebidas pela administração pública. Cada ambulante de Florença paga anualmente aos cofres públicos oito mil euros de taxa pela ocupação do solo público, mas pode pagar três mil euros mensais de aluguel do ponto ou comprá-lo, no mercado paralelo, por trezentos ou trezentos e cinqüenta mil euros, dependendo da localização. Os locais mais valorizados são a Loggia del Porcellino [Piazza del Mercato Nuovo] e os arredores da Igreja de São Lourenço. [fotos da Loggia del Porcelino, no capítulo 1, pag. 15]

Percebemos que o problema existe em vários locais e precisa ser abordado corretamente. Mas, qual a capacidade efetiva de inserção de ambulantes no espaço público, que critérios podem ser inseridos no projeto urbano, que limite essa capacidade ou pelo menos a organize? Serão critérios urbanísticos ou legais? O projeto não resolve problemas legais, mas alguns critérios de projeto urbano podem ser inseridos em planejamentos oficiais.

### **5.3 A cidade dividida**

Iniciando com um olhar macro da organização dos espaços, a nossa primeira observação nos mostra que “as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história.” [Castells, 1999:440]. Quanto mais a organização social se basear na lógica desconectada da história, mais a lógica do poder global vai escapar ao controle sócio-político das sociedades locais.

Ainda, segundo Castells, o desenho das cidades passa a retratar uma “fragmentação sócio-espacial”, onde parte da população segregada passa a atuar em grupos diferenciados. A segregação ocorre tanto pela localização como pelo controle da segurança de certos espaços abertos somente a determinadas camadas sociais. “Estabelecem-se então hierarquias sócio-espaciais, que passam a repetir em escalas, os símbolos de poder. No topo a caracterização do estilo global, que unifica o ambiente simbólico da elite em todo o mundo, desprezando qualquer especificidade local.”

A cidade do futuro é, com certeza, aquela que planejamos, projetamos e construímos agora. Quanto mais segregação no presente, mais conflitos no futuro. Segundo Tsiomis[1996:20], é preciso combinar interesse público e interesse privado, única garantia para combater a exclusão social, que torna a cidade inacessível para importantes camadas da população.

No nosso ponto de vista, quando há exclusão, todas as camadas da população são atingidas pela inacessibilidade a determinadas partes da cidade, uma vez que a exclusão cria zonas cinzas no espaço público onde “os padrões de interação pública são marcados cada vez mais pela tensão, discriminação e suspeita, aumentando-se a restrição aos



movimentos, alargando-se as zonas proibidas nos mapas mentais dos habitantes da metrópole” [Caldeira in Frúgoli. 1995:89]; e onde, como consequência, a segurança se torna frágil. Um bom exemplo disso é que a grade dos grandes condomínios é uma prisão nos dois sentidos: uns do lado de dentro e outros do lado de fora.

“Na verdade, a arquitetura e o design - porque suas formas ou resistem à materialidade abstrata do espaço dominante de fluxos, ou a interpretam - poderiam tornar-se dispositivos essenciais de inovação cultural e autonomia intelectual na sociedade informacional através de duas avenidas principais. Ou a nova arquitetura constrói o palácio dos novos senhores, assim expondo sua deformidade escondida atrás da abstração do espaço de fluxos, ou cria raízes nos lugares, portanto na cultura e nas pessoas” [Castells, 1999:447]. Sob essa ótica, este trabalho buscou relações interdisciplinares, objetivando entender a mecânica da preservação da atividade através dos tempos e das formas de ocupação no espaço urbano, sempre com o objetivo de entender o problema para criar caminhos e soluções possíveis.

Há que se destacar, entretanto que, como um processo de ordenamento, o projeto urbano é intrinsecamente restritivo. E para criar restições é preciso estabelecer critérios. Alguns deles já foram estabelecidos em lei, outros no entanto podem surgir no próprio projeto específico. Mas é preciso considerar quem é o personagem que vende nas ruas da cidade.

Para tal, nossa pesquisa de campo procurou um retrato do ambulante, dentre aqueles que estão cadastrados ou em situação tolerada, ou seja em processo de cadastramento. Seria esse ambulante capaz de trabalhar e se organizar para responder às demandas de um projeto urbano, dentro de um processo de discussão e negociação?

Acreditamos que o processo, embora difícil, é possível, se considerarmos algumas características do perfil do ambulante, indicadas em nossa pesquisa:

- . nas três áreas pesquisadas, vendem produtos específicos para cada área e com exceção da Feira Hippie, apresentam a maioria de clientes fiéis, o que caracteriza o pleno conhecimento dos mecanismos de venda local;
- . é considerável o percentual de ambulantes do sexo feminino, muitas delas responsáveis pela renda familiar;
- . no total, predominam os ambulantes entre 41 e 60 anos de idade, estabelecidos há muitos anos neste tipo de comércio;
- . a maioria têm casa própria, por consequência um desejo de estabilidade que pode facilitar as condições de negociação.
- . a maioria apresenta as notas fiscais das compras dos produtos que colocam à venda, segundo declaração dos diretores das Associações entrevistados.

Alguns dados são, se bem administrados, facilitadores da compreensão de uma parceria para o projeto urbano:

- . a maior parte dos entrevistados pretende continuar como ambulantes e prefere o próprio local de trabalho;
- . reconhecem todos eles os mesmos problemas relativos às áreas

onde atuam: sujeira, mendigos, segurança, concorrência [de outros ambulantes não cadastrados], e o clima [relativo à proteção da barraca].

. a maioria atingiu o ensino médio;

. a maioria é de solteiros, mas é significativa a presença de ambulantes casados.

Existe também a tendência empreendedora, confirmada na comparação com a pesquisa de Bila Sorj. Por isso acreditamos que, após algum trabalho de qualificação, de órgãos como o Sebrae, procedimento já tentado pelo CCU, é possível criar com esses vendedores, parcerias que conjuguem atores e atuações dos diversos segmentos envolvidos, para novos projetos.

Somente através da compreensão de todos os lados da questão, apreendidos pelo conjunto, será possível uma solução mantida por este próprio conjunto. O exemplo Rio Orla ratifica esta questão num projeto concreto, em que se buscou a participação de vários atores, ainda que sem a metodologia que estamos sugerindo neste trabalho. O cadastramento do comércio ambulante, que continha uma política de abordagem do problema também é um exemplo desta premissa. Neste caso, em outro tempo e com os mesmos objetivos, caminhou-se por conceitos semelhantes, incluindo a qualificação.

Assim, para que se possa começar um trabalho urbano que considere esta questão, alguns pontos devem ser observados.

#### **5.4 Conceitos de urbanismo para trabalhar**

Segundo Ascher [1995:223] “na gestão pública urbana.... as negociações têm um lugar de destaque. O urbanismo é então uma ocasião de encontros de trabalho comum de atores diferentes”. Nossa pesquisa teórica indica este procedimento. Não há como trabalhar o urbano sem ler a vida que nele se desenvolve. Este é o conceito fundamental que pode orientar toda a metodologia de atuação com os camelôs.

Zeisel [2006: 77] cita os procedimentos transdisciplinares, quando os membros da equipe tomam decisões em conjunto, contrapondo à interdisciplinaridade, que pressupõe responsabilidades separadas para uma decisão final em conjunto. Consideramos a equipe transdisciplinar essencial para este tipo de trabalho.

Destacamos aqui que atualmente, ainda que sem o enfoque do projeto urbano, já existe uma prática de negociação dos ambulantes através das suas Associações, conforme levantamento no capítulo 4.

Tsiomis [1993:42] declara que não se deve acumular conhecimentos unilaterais no processo de projeto urbano. “É preciso trabalhar com a articulação dos saberes, sob o cruzamento das lógicas....”. Citando Barthes ele afirma ainda que a metodologia transdisciplinar “se desenvolve ao nível da inteligibilidade, mas também do trabalho e dos dispositivos que não se nutrem de uma ficção de uma totalidade esmagadora”.

Um projeto urbano que trabalhe com a possibilidade de inserção do comércio ambulante deve ser desenvolvido de forma a aplicar conceitos gerais de forma específica em cada contexto. É em Tsiomis [1996:27] que vamos encontrar conceitos gerais, sobre o urbanismo, que podem permitir a especificidade de cada área, no desenvolvimento de projetos:

- . correção que contém a gênese do novo”, que trabalhem com a História com perspectivas atuais e futuras;
- . articulação entre o antigo e o novo, entre o social e o espacial;
- . especificidade local, um “urbanismo de contexto”, um urbanismo que recusa modelos formais;
- . abordagem de temas, “um urbanismo temático”, que desenvolve temas que se transcrevem no espaço;
- . um “urbanismo de atores”, com participação em termos de confrontação, negociação e parceria;
- . “hierarquia das ações no tempo”, ou seja um dado de negociação e estratégia;
- . um “urbanismo de coordenação da ações públicas e privadas”, com articulação da participação dos agentes econômicos e financeiros. Neste item, é preciso acrescentar os agentes dos procedimentos legais também.

Com base nestes conceitos, que critérios de projeto podem ser adotados? Algumas probabilidades serão consideradas a seguir.

#### **5.4.1 Urbanismo em rede**

Citado por Arantes, Sennet defende, “em oposição ao controle pré-planificado da cidade moderna funcional, um “urbanismo anárquico”, que propiciasse uma vasta rede de contatos sociais diferenciados entre camadas diversas da população e em lugares de atividades múltiplas, de modo a gerar novas formas de instituições urbanas e de autorregulamentação mais eficazes” [Arantes 1993:118] De certa forma, a municipalidade de Paris já aplica esse tipo de relação em seus “vingt arrondissement”, quando fazem reuniões periódicas com os moradores interessados de cada parte para receber sugestões e analisá-las, conforme relatórios de reuniões do Atelier Parisian d’Urbanisme.

Base da nossa proposta, consideramos o urbanismo em rede, uma contraproposta ao projeto urbano macro e de regulamentação geral, ou seja, aquele que pode ser planejado em micro-projetos desenvolvidos a partir de um constante refazer do espaço público, tendo por base os argumentos das diversas representações dos ocupantes da cidade, com certeza, sub-divididos em suas localidades e trabalhados por equipes de projeto urbano específicas. Conforme nossa pesquisa indicou, os ambulantes se organizam a partir de lideranças específicas, por local [ruas ou praças], algumas delas muito bem aceitas e atuantes, outras em divergências com os ambulantes. Assim, deve ser realizado um processo inicial de qualificação junto a essas lideranças para que se obtenha resultados positivos em todas as áreas.

Para tal, há que haver a possibilidade de se trabalhar com os gru-

pos, referentes às principais áreas envolvidas, para que eles mesmos levantem informações e sugiram ações, e de forma representativa, trabalhem junto a um grupo central, composto de atores envolvidos nos diversos aspectos do comércio ambulante, para discussão, nova interação, projeto e implementação.

Em nossa pesquisa de campo ficou claro, como por exemplo no Centro, que há lideranças distribuídas entre as presidências das Associações e líderes locais, todos eles representando os ambulantes nas discussões junto ao Controle Urbano. Essas lideranças existentes devem trabalhar e serem trabalhadas dentro de um programa de trabalho que permita o desenvolvimento de projetos.

Essa estratégia deve permitir que uma atividade comercial regulamentada seja exercida no espaço público sem degradá-lo, muito pelo contrário, estabelecendo novos usos que possibilitem a melhor manutenção deste espaço ou até mesmo sua recuperação. O importante é buscar, em cada espaço, a possibilidade de alteração de pequenas áreas do espaço público, ou mesmo de criação de micro-espacos interrelacionados que permitam a acomodação deste comércio, em áreas similares às que atuam.

Caso contrário o que se tem, é uma ocupação fora da regulamentação, ou mesmo regulamentada, mas que produz áreas de precariedade formal, de ocupação intensa, e de convivência com aspectos ilegais, que tornam esses núcleos, como se organizam hoje, espaços públicos geradores de problemas urbanos, conflitos e agregados não desejados, como demonstrado na análise dos questionários.

#### **5.4.2 Posturas específicas**

O procedimento definido no item anterior passa por projetos que tragam no seu desenvolvimento a necessidade de se estabelecer códigos de postura específicos para aquelas áreas e que devem ser discutidos, formalizados e consolidados pelos atores interessados, como no exemplo do projeto Rio Orla.

Essa estratégia é fundamental para evitar inadequações existentes, decorrentes da observação de que os projetos urbanos de organização das cidades, na maioria das vezes, tendem a teoria da cidade ideal. Segundo Jacobs [1992:06], as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, na construção e no design delas. É preciso estudar o comportamento de cada área para criar formas de atuação baseadas em conceitos gerais, mas que vão formular regras específicas. Para a formulação dessas regras é fundamental a participação de cada grupo de cada área, já que as diferenças apontadas entre as áreas estudadas no capítulo 4, são um indício desta necessidade.

Há, ainda, normas estabelecidas pela Municipalidade que devem ser consideradas para adequação ao entorno [IBAM/CPU.1996:15]:

- . a definição dos limites de instalação;
- . a relação com o perfil volumétrico das edificações no entorno;

- . a incidência da arborização em sua relação direta com o arranjo local;
- . as condições de visualização do mobiliário;
- . a configuração do entorno específico.

Assim, “não é pela renúncia à responsabilidade de dar forma aos lugares, caindo nas neutralidades cômodas dos diagnósticos e dos planejamentos que só cuidam de generalidades, que iremos encontrar saída”. [Santos.1988:17] O necessário é a troca de conceitos entre a teoria e a prática. E o exercício da complexidade explícita da vida urbana. E principalmente definir que ações devem consolidar a implantação. Para isso, considerando a hierarquia do tempo, há que se estabelecer procedimentos que possam comprometer a continuidade das ações implementadas e ditá-los como posturas específicas. Isto pode incluir os produtos a serem vendidos naquele local, o número de barracas e sua identificação, o desenho urbano a ser mantido, o design das barracas, o horário de funcionamento, e outros fatores considerados importantes para o local.

Há que se analisar também as normas de implantação nas calçada estabelecidas tanto pelas leis, quanto pelo Manual para Implantação do Mobiliário Urbano, que tendo sido editado em 1996, foi ultrapassado por algumas leis, mas que apresenta uma série de considerações que poderão ser avaliadas especificamente, em cada projeto.

#### **5.4.3 Promoção de um ambiente seguro**

A violência urbana tem sido um problema das cidades nestes tempos. Para uma rua ser considerada de qualidade e implicitamente segura deve apresentar, segundo Jane Jacobs [1993:35], três características principais: uma demarcação nítida entre espaço público e espaço privado, a possibilidade de observação pelos olhos de seus habitantes e a plena utilização de suas calçadas para atrair os olhares de quem se encontra dentro dos edifícios. A inutilidade das soluções arquitetônicas que incluem distanciamentos através de paredes ou grades, tão comuns na cidade do Rio de Janeiro, pode ser comprovada pelos assaltos aos condomínios considerados protegidos.

A demarcação nítida entre público e privado, no caso do comércio ambulante é complexa. O que existe, no caso dos pontos de comércio ambulante licenciados pelo Município, é o direito de uso do solo público, taxado pela Secretaria de Finanças, através da TUAP – taxa de uso das áreas públicas.

Segundo Arantes [1994:191] ruas, praças e monumentos transformam-se em “suportes físicos de significações compartilhadas, num arranjo de superposições, que em sua ambivalência, não se classificam em nenhuma das posições atribuídas e escalonadas pelo direito, pelo costume e pelas convenções oficiais, tornando-se poluidoras”. Esses contextos, dentre eles os aglomerados de comércio ambulante, podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias e algumas áreas das cidades apresentam uma concentração maior desses ambientes.

Para Santos [1988:89] “a rua deve ser tratada como suporte de múltiplos usos” porque as pessoas não caminham pela rua sem razão. Ela deve existir como lugar de encontro, de troca, de festejo, de protesto e não só a passagem ou caminho. Cidades sem vida nas ruas tornam-se inseguras, apáticas. A rua deve ser planejada de forma a atrair os transeuntes. “Seu papel na rede de associações, base da sociedade humana, é fundamental.”[Czarnowski.1986:210]

Nas nossas observações de campo pudemos perceber, principalmente no Catete e no Centro, uma sólida relação entre ambulantes e usuários. Presenciamos conversas sobre notícias familiares, encomendas estabelecidas a partir de uma relação de confiança entre vendedor e comprador e atitudes solidárias para com o transeunte que não se sentiu bem. Os índices de clientes fiéis sinalizam que a relação existe nas áreas pesquisadas. Segundo Jacobs, “Em uma rua, a confiança se estabelece através de uma série de numerosos e minúsculos contatos, dos quais a calçada é o cenário” [1992:56].

Da mesma forma que St. Andrews Plaza in New York, que é considerada uma dos lugares de maior integração social de Nova York, os quiosques da praia e da Lagoa, criaram agradáveis espaços de convivência onde, anteriormente, havia desregulamentação, sujeira e perigo.

A proposta então é transformar o problema em solução. A questão central pode estar no direito ao uso do espaço livre público. “Examinando uma variedade de parques, praças e outros espaços, torna-se evidente que graus diferentes de liberdade e controle existem em diferentes situações. O equilíbrio preciso entre estes dois fatores, em momentos específicos, vai depender de um número de fatores, incluindo normas e comportamentos dos indivíduos e grupos que usam o espaço, o desenho urbano e a administração do espaço” [CARR et al, 1992:34]. A solução será buscar o estabelecimento desses graus de liberdade e controle, bem como as normas e comportamentos e analisar como podem se tornar critérios de desenho urbano.

Segundo Alexander [1981:23], “é possível precisar um processo mediante ao qual um grupo de pessoas, independentes entre si, dão vida a uma parte da cidade. Também há uma seqüência definível de atividades, neste caso mais complexas, que estão no centro de todos os processos coletivos de construção, e é possível especificar exatamente quando esses processos infundirão vida às coisas”.

É óbvio que Alexander referiu-se às construções formais e legais. Aqui, tomamos emprestado seu pensamento e, por analogia raciocinamos que é possível, a partir de determinados critérios de projeto pré-estabelecidos, construir em conjunto com os atores interessados, espaços urbanos de convivência com o comércio ambulante, que trarão como contrapartida a presença e o movimento em espaços públicos, possibilitando mais segurança a transeuntes; nosso terceiro critério.

#### 5.4.4 Adequação e diversidade no uso do espaço público

A permanência da atividade comprovada pelos contínuos registros pintados e fotografados ao longo dos séculos XIX, XX e neste início do século XXI, apresentados nos capítulos 2 e 4, comprovam que a população mantém este tipo de comércio. Este princípio nos informa que a atividade se adequa à população e que seu desaparecimento das ruas da cidade não é um pressuposto nem do presente nem de um futuro próximo. Constatamos também na pesquisa teórica, que a repressão como única medida, não resolve a questão.

Planejar a distribuição destes pontos de comércio em função da adequação a diferentes misturas de usos necessárias à manutenção de atividades em espaços públicos, para sua permanente movimentação e conseqüente diversidade nos parece uma saída viável. Um espaço ocupado e movimentado torna-se vivo e por conseqüência torna-se humano. Ruas vazias são mais assustadoras do que ruas movimentadas. Adequação e diversidade no uso do espaço público é nosso quarto critério.

Há locais da cidade que passam a ser considerados perigosos porque, sendo vazios urbanos são comumente ocupados por mendigos, viciados e marginais que precisam do afastamento geográfico. “A melhor forma de retomar um espaço ocupado pelos indesejáveis e torná-lo atrativo para qualquer pessoa” (Whyte.1988:63). Assim, estratégias de recuperação, com projetos urbanos que incluam o comércio ambulante como opção, sinalizam para uma possibilidade de ação para a cidade.

É ainda Whyte [1988:60] que cita os indesejáveis, como pessoas que a sociedade teme e contra quem são estabelecidos diversos critérios de projeto no espaço público: bancos estreitos, inclinados e curtos para evitar a dormida, jardins com bordas com ferros pontiagudos e, sobretudo, espaços não projetados porque se acredita que os indesejáveis vão ocupar. Consolida-se então o problema das áreas de percepção diferenciada e que criam espaços de desconexão.

Para essas áreas poder-se-ia estabelecer um princípio de implantação, organizado através de uma estratégia, estudadas as possibilidades de introdução de novos elementos suplementares, que reorganizem o espaço público, com a participação dos atores envolvidos. A discussão principal deve incluir as possibilidades de um comércio ambulante que possa atrair interesse da população usuária aquele espaço e com isso trazer àquela área características de vitalidade. Para isso haverá inclusive questões de avaliação das necessidades comerciais do entorno.

O exemplo do Terminal Ferroviário do Brás, citado no capítulo 1, é sem dúvida um bom exemplo de solução de ocupação de uma área, na qual o empreendedor procurou analisar as características que poderiam transformar aquele local abandonado numa área ocupada. E, embora a implantação visasse o empreendimento comercial, era importante criar situações de atratividade para que a área pudesse funcionar. A solução dos problemas dos viajantes que chegavam de fora, para compras em São Paulo e tinham de esperar horas até o co-

mércio abrir, criou tal atratividade que em aproximadamente dois anos já abriga 4000 ambulantes.

Uma das características de atratividade que um lugar precisa ter é a capacidade de triangulação, ou “o processo pelo qual um estímulo externo provê uma ligação entre desconhecidos, que os faz conversar como se fossem velhos amigos”, apresentada por Whyte [1988:97], como uma característica especial que pode ser introduzida no espaço público. Na terra do samba e da música, esta não é uma dificuldade. Prever para um espaço público, um canto de apresentações musicais, teatrais ou de performances, que diariamente aconteçam em horários previstos ou não pode ser um novo caminho para construir fora do fluxo de pedestres, espaços atrativos.

Além disso, é importante analisar carências comerciais junto a espaços de grande movimentação. Susan Karin, atual coordenadora da CCU, nos informou, em entrevista, que passam pela Estação da Central do Brasil, diariamente, milhares de usuários, grande parte deles, saídos de casa ainda na madrugada, e com fome. A volta da estação é um ponto forte de atratividade que precisa ser considerado em qualquer projeto urbano.

Muitas podem ser as críticas a esses critérios estabelecidos, mas segundo Portas [1996:38], “a teoria dos sistemas mostra que é possível integrar ações e ritmos diferentes, com atores diferentes no comando, desde que eles se encontrem em certos momentos capitais, para compatibilizar o projeto social com o projeto físico. Para isso é preciso “resultados integrados” e acima de tudo, uma implantação que garanta sua continuidade.

#### **5.4.5 Um método de implantação**

Os critérios até aqui estabelecidos estão intrinsecamente relacionados e pressupõe um planejamento em constante implantação, revisão e manutenção, para se adequar às características de evolução da cidade, que não é um organismo estático. Assim a flexibilidade das soluções de implantação deve ser uma característica importante para cada projeto urbano, com inserção do comércio ambulante. Em função disso, a implantação deverá estar periodicamente sendo analisada e reformulada, para que se mantenha dentro das premissas originais do projeto.

Se, em programa anterior, no exemplo de cadastramento dos ambulantes apresentado no capítulo 3, a proposta foi executada por uma Secretaria Extraordinária, nossa visão é da necessidade de um órgão específico de ação continuada, que analise a experiência anterior e construa uma nova proposta de tratamento deste problema, de forma a manter o continuo controle dos projetos implantados.

Já existe na Prefeitura a CCU – Coordenação de Controle Urbano, reformulada de forma a englobar as diversas atividades desenvolvidas no espaço público, pelo decreto Lei no 27.574, de 29 de janeiro de 2007.



Em entrevista com a atual coordenadora, Susan Karin, obtivemos algumas informações importantes:

. existem no Rio entre dezesseis e dezoito mil ambulantes, cadastrados ou em situações toleradas, em processo de legalização. Fora esses ainda atuam os ilegais, dispersos de acordo com as conveniências da venda. No momento, por exemplo, o excedente da plantação de abacaxis do Estado do Espírito Santo, invade as ruas do Rio, em carrinhos de mão instalados pelas ruas.

. há cinco feirantes, dentre elas a Feira Hippie, que embora sejam muito procuradas pelos turistas, possui estrutura de funcionamento específica que dificulta a fiscalização e impede modificações necessárias. Em nossas entrevistas, um das solicitações dos ambulantes da Feira era uma maior presença do Estado, confirmando as dificuldades da CCU.

Encontramos em nossa pesquisa um primeiro projeto desenvolvido pela CCU, em trecho da rua Miguel Couto, no centro do Rio, onde as barracas foram trocadas e numeradas. O modelo foi redesenhado, a partir de sugestões dos próprios ambulante, com algumas exigências do Controle Urbano, para permitir, entre outros melhoramentos uma estrutura mais durável e um avanço um pouco maior do teto na sua parte frontal. A forma de atuação deste órgão no trabalho com os ambulantes é específica e se concentra nos trechos mais problemáticos. Segundo Marcelo Veras, presidente de associação, durou um ano o período de discussão do novo modelo. Ressalta que na R. Miguel Couto a experiência foi bem sucedida, porque foi feita uma concorrência e um só fornecedor ficou responsável pela produção. No Largo da Carioca, implantação em andamento, o modelo não terá um padrão, uma vez que são diversos fabricantes e já surgiram problemas. A experiência na Miguel Couto é uma tentativa tática de criar um novo modelo exemplar, num pequeno trecho de via. Há que analisar seu desdobramento.

E neste ponto acreditamos que, apesar de indicarmos soluções específicas para determinadas áreas, concluímos que esta ação deva ser empreendida de forma estratégica, e não tática. Michel Certeau, citado por Santos [1988:26] diferencia a tática da estratégia, declarando que “as últimas têm caráter tecnocrático sobre espaços que são capazes de produzir, enquadrar e impor. As primeiras constituem um outro tipo de operação: podem apenas utilizar o que existe, manipulando-o revertendo-o”.

## 5.5 Conclusão das possibilidades de abordagem do comércio ambulante no projeto urbano

A estratégia de recuperação, com projetos urbanos, que incluam o comércio ambulante como opção; a discussão, com a participação dos atores envolvidos, as possibilidades da adoção de critérios de um comércio ambulante, que possa trazer à determinadas áreas certas características de vitalidade; a introdução de mais segurança aos transeuntes, com micro-espacos ocupados por esta atividade e a adequação e diversidade no uso do espaço público são influenciados pelas



Projeto de reorganização dos ambulantes na Rua Miguel Couto, no Centro do Rio de Janeiro. Os principais requisitos de projeto foram:

- . proteção da chuva;
- . estrutura em aço galvanizado;
- . barraca mais alta;
- . identificação do ambulante exposta mais protegida [só alguns usam];
- . identificação da barraca através de numeração.

dimensões estabelecidas por Linch [2000: 111 – 235].

A inclusão do comércio ambulante em projetos urbanos atende à dimensão da justiça ou equidade das possibilidades que uma cidade de enormes contrastes sociais pode oferecer ao mercado informal.

A participação dos atores envolvidos é fundamental para discutir de que maneira aqueles ambientes podem estar contribuindo para a sobrevivência ou não das cidades e compreender a vitalidade como argumento essencial, principalmente numa cidade como o Rio de Janeiro que precisa da sua imagem para estabelecer boas condições de recepção aos turistas, fator de importância na economia da cidade. A segurança como contrapartida, relaciona-se à dimensão do controle, que segundo Linch estabelece como usos e acessos são disponíveis a espaços e atividades, desde sua criação, manutenção, modificação, e administração.

A congruência é outra dimensão que se aplica, já que se refere à maneira como os padrões temporais e espaciais se adequam aos costumes e comportamentos dos seus habitantes.

As cidades crescem de forma intensa e não controlada, criando neste processo inúmeros problemas urbanos que afetam o cotidiano de todos. Segundo Ascher [1995:176], a cidadania nas grandes cidades está em crise, comprometida por uma série de fatores do mundo global, e a pergunta mais evidente é: como sair desta crise. Para ele é indispensável “reconstituir as modalidades territoriais concretas de gestão de interesses coletivos, que articulem uma cidadania renovada e a urbanidade, ou seja, tendo em conta os interesses e sentimentos locais”. Mas a cidadania não se constrói somente na teoria. Para existir é preciso a prática. Acreditamos que o trabalho transdisciplinar no projeto urbano pode ser uma das práticas que contribuam para que os habitantes interajam no exercício da solução de projetos específicos.

### **5.5.1 Em relação às atividades a serem desenvolvidas:**

Com base na Avaliação FISP – Fases Integradas da Solução de Problemas desenvolvida por Baxter [1998:86], desenvolvemos uma lista de questões para ajudar a pensar e avaliar cada atividade relacionada com as tarefas e com as pessoas, no processo de trabalho de uma equipe transdisciplinar, que se ocupe de um projeto urbano com inserção de comércio ambulante:

- Atividades iniciais  
Definição inicial do problema e estabelecimento da coordenação do grupo, que deve se responsabilizar pela logística de funcionamento.
- Informações a serem coletadas  
Realização de lista de informações referentes a: histórico local, leis e normas, problemas com a gestão pública, problemas específicos da área; interrelação dos problemas; clareza das informações; pessoal competente para fornecer dados.

- Geração de idéias  
Elenco de todas as idéias possíveis e impossíveis; participação de todos os envolvidos; organização das idéias em conjuntos de atributos e propostas semelhantes; nova classificação, agora selecionando as idéias mais inovadoras e aquelas mais conservadoras.
- Escolha da solução  
Defesa de cada idéia por seu proponente; seleção das idéias mais pertinentes, ou a conjugação de uma ou mais idéias; eleição da principal idéia a ser adotada.
- Desenvolvendo as idéias  
Listagem das ações necessárias e das pessoas responsáveis por sua realização; listagem dos recursos disponíveis; avaliação das possibilidades de imprevistos.
- Desenvolvimento de posturas para o uso do equipamento e do espaço, listagem das posturas possíveis e impossíveis, análise de cada ponto, definição das posturas a serem implementadas
- Avaliação da solução final  
Apresentação de alternativas de desenho; defesa das alternativas; avaliação em relação à definição inicial do problema.
- Avaliação das possibilidades de produção e implantação  
Apresentação das alternativas, avaliação da melhor proposta.
- Avaliação dos resultados e novas propostas  
Observação e avaliação de como o projeto correspondeu ao desafio da solução do problema, exame da efetividade da aplicação das posturas.

Acreditamos que um trabalho desenvolvido nestas condições possa atender melhor às necessidades de cada espaço público em questão.

Para que o projeto urbano seja completo, deve fazer parte definição do problema, a busca de uma solução de adequação à diversidade dos usos do espaço público, que vai definir a forma e a possibilidade dos equipamentos a serem desenvolvidos, de acordo com os padrões e necessidades dos residentes e/ou usuários daquele local.

O capítulo que segue, é o resultado de um estudo sobre as interseções entre projeto urbano e design dos elementos de mobiliário urbano que fazem parte desta atividade.

## 6. O suporte para o comércio de rua:

### 6.1 Suporte para comercialização: mais um mobiliário urbano

“Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”. [Santos, 2008:63] Entender esse processo e usar a capacidade criativa para cada vez mais aprimorá-lo, faz parte do nosso propósito neste trabalho.

O mobiliário urbano, utilizado com diversos propósitos: simbólicos, funcionais ou decorativos, tem sido projetado sob diversas formas de conceituar. Desde a Idade Média, “o desenvolvimento das cidades é acompanhado pelo desenvolvimento do mobiliário urbano”. [Carmona.1985:9] Marcos, mastros, pórticos, fontes, pelourinhos e patíbulos compunham o cenário das cidades medievais européias.

“A época de Haussmann foi fecunda em novos tipos de mobiliário urbano”. [Carmona.1985:9] Quiosques, alpendres e coretos se multiplicaram nos bosques e nas ruas de Paris. Suas funções eram muitas: estabelecer pequenos comércios, abrigar os transeuntes, proteger as crianças que brincavam, abrigar orquestras em concertos. Havia também os “chalets de nécessité”, anteriormente denominados “vespasienne” - os sanitários públicos.

Na cidade do Rio de Janeiro, em diversas épocas, o mobiliário urbano foi sendo introduzido, em momentos e projetos diferenciados, quase sempre, sem uma articulação entre os tipos encontrados em cada calçada ou praça.

Creus [1996:6] discute o termo - mobiliário urbano - criticando a idéia de mobiliar ou decorar a cidade: “elementos urbanos são objetos que se utilizam e se integram na paisagem urbana, e devem ser compreensíveis para o cidadão. Uso, integração e compreensão são conceitos básicos para a valorização de todo o conjunto de objetos que encontramos nos espaços públicos das cidades”. Cita ainda Oriol Bohigas para definir desenho urbano como uma “disciplina projetual que deve conter o desenho específico de cada espaço urbano e o desenho dos elementos urbanos”.

Atualmente, o mobiliário urbano vem sendo abordado de algumas formas diferenciadas. No primeiro caso, considera-se o projeto da própria Prefeitura, encomendados a arquitetos do seu próprio corpo técnico, ou contratados por concursos como no caso do Projeto Rio Orla e Rio Cidade. Neste caso, o mobiliário urbano foi instalado com um programa definido e uma regulamentação específica que, aqui no Rio de Janeiro, passou a ser coordenado e fiscalizado por diversos órgãos da Prefeitura, organizados pelo Instituto Pereira Passos.

Uma outra modalidade é a instalação de mobiliário urbano através de concorrências públicas para longos contratos, para exploração de

espaço publicitário em posters de 2m<sup>2</sup> instalados no mobiliário. A primeira licitação do Brasil, deste tipo, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, tendo início em 1998; sendo o contrato assinado com as empresas vencedoras: Adshel Ltda [hoje se apresentando através da marca Clear Channel] e a espanhola, Cemusa do Brasil, em dezembro daquele ano, para instalação de abrigos de ônibus, relógios, cabines de segurança, banheiros, totens informativos, totens de identificação e placas de sinalização de bens culturais.

Há também o mobiliário urbano surgido da regulamentação existente para o comércio ambulante, que também caminha a reboque de um movimento de ocupação do espaço público, e por isso trabalha somente no arranjo das questões já estabelecidas. Esses elementos são normalizados especificamente, sem um projeto pré-estabelecido ou um questionamento que interrelacione todos os tipos de mobiliário que ocupam o espaço público da cidade, programa que se tentou implantar nos projetos Rio Cidade.

Um dos exemplos mais característicos desse processo é o das bancas de jornais e revistas, conforme apresentado no capítulo 2. Se considerarmos os elementos de apoio ao comércio de rua em geral, podemos afirmar que são poucos os que passaram por um processo de desenvolvimento de projeto que considere as características construtivas e as características de uso e de ocupação do espaço público específicas de cada atividade. Alguns dos exemplos encontrados nas ruas da cidade são de fabricação industrial, outros são elementos desenvolvidos pela criatividade popular e caracterizam-se por apresentarem soluções primárias e específicas.

Observar atentamente essas soluções criativas desenvolvidas anonimamente pode revelar possibilidades de adequação do suporte para venda nas ruas aos diversos usos encontrados em nossos questionários.

## 6.2 Critérios de projeto de design

Olhar o projeto urbano atuando em parceria com o projeto de design em equipamentos significa questionar usos, para criar possibilidades de soluções, no caso analisar as possibilidades de tipos de mobiliário urbano e a sua inserção no espaço público.

A prática do design é antes de tudo uma atividade de mediação em diversos níveis: entre o desejo ou idéia de quem encomenda, desenvolvendo-a da abstração para o concreto - sua forma; entre produtor e a fabricação do produto e entre o produtor e quem compra e usa. São essas diferentes interfaces que vão definindo os critérios de projeto. No caso do projeto de produtos de mobiliário urbano há um outro diálogo definitivo, ou primordial que vai estabelecer os principais pré-requisitos do design: a relação do produto no espaço urbano projetado.

Neste ponto, é importante observar as seguintes situações indicadas no Manual de Mobiliário Urbano [IBAM/CPU. 1996:14]:



Elementos de venda criados pelos ambulantes. 2007

- . a fácil mobilidade sem barreiras ou obstáculos; que vai incidir nas decisões de instalação, dimensão e formato do elemento a ser desenhado;
- . a acessibilidade aos espaços e aos elementos, principalmente se considerarmos que, um dos principais critérios de permissão de comércio ambulante é privilegiar portadores de necessidades especiais;
- . o conforto e a segurança na circulação, permanência e utilização dos espaços e dos elementos, influenciando novamente no formato e na dimensão, mas também nas possibilidades de montagem e desmontagem;
- . a comunicação e a informação urbana, requerendo aqui condições de informar a população com a identificação de quem são os ambulantes cadastrados e que pagam taxas ao município.

Para estabelecer os critérios, com os quais é preciso trabalhar no projeto de mobiliário urbano a ser inserido na cidade, recorreremos a quatro fontes específicas: Gui Bonsiepe, em a “Tecnologia da Tecnologia”, Bernhard E. Bürdek em “História Teoria e Prática do Design de Produtos”, Um artigo de minha autoria: “Design para Produtos de Uso Público: as Relações Interdisciplinares”, apresentado no 3º Congresso Internacional de Pesquisa em Design, em 2005 e na experiência prática de projetos de mobiliário urbano, desenvolvida a partir de 1994.

### **6.2.1 Design e projeto urbano**

Christopher Alexander [1978:24] define que no espaço urbano “nenhum padrão está isolado, cada padrão existe, sustentado por outros padrões maiores em que se insere, da mesma ordem que o complementam, e menores que estão inseridos nele; e que nenhum padrão pode ser construído isoladamente”. O mobiliário urbano, como um elemento deste contexto, precisa antes de tudo, dessa relação com os padrões de inserção. Principalmente no que se refere ao projeto urbano em suas especificidades de uso. Também os critérios de dimensão, forma e materiais precisam estar de acordo com o ambiente e com as condições locais, tais como gases poluentes; maresia; intensidade de luz, ou seja iluminação natural ou artificial; calor; odores; local de instalação, incluindo condições do solo, no caso de suportes fixos.

No caso dos suportes fixos, é preciso considerar dados como vandalismo e possibilidade de uso das áreas mais protegidas visualmente, como sanitários, nos horários de não funcionamento. Na nossa pesquisa de campo ficou claro como problema das áreas os mendigos e a sujeira provocada pelos passantes noturnos.

Esses dados constituem-se no conceito de ambiência, “que está ligado ao desenvolvimento do ambientalismo”, [Martins. 2006:86] a partir dos anos 70, e precisam ser observados nos projetos dos suportes de comércio ambulante

## 6.2.2 Projeto de design: metodologia

Nossa experiência nos ensinou que qualquer inovação vai demandar cinco etapas fundamentais no desenvolvimento e implantação do projeto. Se estabelecidas e desenvolvidas de forma criteriosa e transdisciplinar, maximizam as chances de um produto bem sucedido:

- . a pesquisa básica para definição dos conceitos e critérios específicos de projeto, que requer decisões importantes de todos os atores envolvidos, cuidando para que interesses específicos do grupo de comerciantes, em geral bem definidos e objetivados, não se sobreponham aos interesses gerais;
- . o desenvolvimento de alternativas projetuais e a definição do anteprojeto a ser desenvolvido, que precisam estar contextualizadas e discutidas com todas as instâncias para a decisão do desenho final;
- . a avaliação das especificações para a produção junto aos fabricantes, incluindo os limites de custo, considerando inclusive a forma de pagamento;
- . o desenvolvimento do projeto executivo e testes com o protótipo para avaliação de modificações necessárias, que evitem o erro na série produzida;
- . finalização dos desenhos e especificações para produção em série.

Segundo Bonsiepe [1983:53], embora o design não se configure como ciência, podemos comparar o desenvolvimento de um projeto ao processo de investigação científica: “a formulação de uma hipótese científica corresponde, no âmbito do projeto, ao anteprojeto, como tradução de uma série de requisitos funcionais, tecnológicos, econômicos, sociais e culturais numa proposta correta”. O teste realizado com o protótipo vai demonstrar a validade da proposta-formulação [anteprojeto] e introduzir modificações e ajustes necessários, num processo de retroalimentação.

Alguns indicadores de nossa pesquisa de campo podem e devem ser analisados junto aos projetos específicos:

- . a proteção da chuva foi sem dúvida o ponto mais reclamado em relação às barracas atuais, fazendo necessário o uso do plástico azul que os próprios ambulantes deploram;
- . o material do toldo também foi questionado, uma vez que é pesado e não protege;
- . a estética foi um dos pontos questionados que podem ser bem trabalhados, tendo havido sugestão para identificação do tipo de produto pela uso de cores diferentes;
- . em alguns casos houve a indicação de um projeto de barraca padrão, mas com acessórios específicos tais como: suportes para produtos de diferentes tamanhos, araras para roupas [no Catete adaptaram uma solução, que deve ser avaliada];
- . houve consistentes reclamações em relação ao material e soldas das estruturas;
- . levantou-se a possibilidade de um material que tornasse a montagem e desmontagem mais fáceis.

### 6.2.3 Design e recorte projetual

O tipo de mobiliário urbano a ser projetado vai demandar o grau de complexidade do produto. O projeto de uma carrocinha para venda de água de coco vai demandar critérios diferentes de uma barraca para venda de artesanato. Há, em alguns casos a possibilidade de padronização de uma estrutura básica, com variações específicas, mas há outros que as necessidades de uso vão demandar formas específicas. Alguns fatores que vão precisar ser considerados na conceituação do produto: viabilidade econômica, tipo de problema projetual a ser resolvido, limites legais, dimensão estética, escala de produção e fundamentalmente o uso do mobiliário, no espaço público. A combinação da análise de cada um desses pontos vai definir o recorte projetual em que será possível trabalhar.

Uma das técnicas específicas para o levantamento destes dados é a lista de verificação, ou 'check list', um dos objetivos deste capítulo, apresentada no item 6.3. Neste 'check list' estão abordados questões de uso de alguns tipos de mobiliário para comércio ambulante, como por exemplo, acondicionamento e exposição das mercadorias, manejo dos valores recebidos na venda, recolhimento de detritos, montagem e desmontagem do mobiliário, transporte do mobiliário e das mercadorias e situação de intempéries.

Neste caso, é interessante destacar que na regulamentação a cobertura pode ter até 20 cm além do perímetro do tabuleiro. Como essa dimensão não protege da chuva os ambulantes optam por estender essa dimensão ou, mais comumente, fazer uso de um plástico azul amarrado onde for possível [árvores, postes], que confere ao ambiente uma característica de desordem. Esse é um exemplo de um dado da norma que precisa ser modificado, uma vez que a solução atual leva o ambulante a este tipo de improvisação. O próprio exemplo de modelo, desenvolvido pela CCU, já trabalha com uma projeção de teto superior à da norma, na parte frontal da barraca.

Assim, em muitos casos, será preciso trabalhar em conjunto com a gestão pública, incluindo os órgãos normativos, para que se chegue a um resultado realmente adequado.

### 6.2.4 Requisitos de Projeto

Nossa proposta demanda que o desenho de elementos, a serem instalados no espaço urbano considere alguns requisitos básicos:

- . funcionais, para atender a função para qual foi desenhado, considerando os aspectos de exposição dos produtos, de manipulação para venda e de segurança, contra furtos;
- . versatilidade, ou a capacidade de uma mesma estrutura básica atender a diversos usos; proporcionando a possibilidade da racionalização da produção que possibilita a redução dos custos finais dos elementos, apesar da adequação a situações específicas;



- . características ergonômicas, ou seja adequação das dimensões do elemento urbano à percentis antropométricos da população usuária. Um exemplo, a altura do teto das barracas atuais é muito baixa, podendo causar pequenos acidentes, evitados na maior parte das vezes pelos produtos pendurados no teto. Este dado também foi reconsiderado no modelo da Miguel Couto.
- . segurança formal, ou seja design que evite perigos no contato físico com o usuário, tais como quinas vivas, terminações pontiagudas, juntas protuberantes, e principalmente, materiais que não se transformem rapidamente, possibilitando o surgimento de partes deterioradas perigosas, conforme indicado nas pesquisas de campo;
- . conforto e proteção, características atualmente não atendidas, uma vez que, uma boa parte dos entrevistados indicou a chuva como principal problema da barraca atual;
- . escala compatível com o ambiente, conjugando com a relação ergonômica, a escala adequada deve definir a relação de proporção com o entorno, tanto no que se refere às construções como ao paisagismo local. Deve também atentar para as possibilidades de arranjo no espaço.
- . materiais adequados tanto em relação a durabilidade e manutenção, como às possibilidades de racionalização da produção, ou seja, de materiais que permitam o aproveitamento total.

### 6.2.5 Design e estética

Estética tem a ver com percepção. Há discussões e pesquisas sendo desenvolvidas, conforme PHD Design - forum de discussão internacional via Internet, para relacionar a estética à compreensão da forma. As opiniões ainda divergem, mas o fundamental no design do mobiliário urbano é uma configuração formal que seja compreendida pelos usuários dos produtos. Bürdek, citando Dieter Mankau [2006:303] relaciona os cinco princípios da configuração formal:

- . ativa, com características técnicas e funções práticas explícitas;
- . integrativa, quando recursos configurativos determinam a percepção completa do produto;
- . contínua, quando se define uma forma base, que em regra é limitada por uma fórmula matemático-geométrica;
- . escultórica, com interpretações individuais ou artísticas das funções;
- . natural, que remete a princípios biológicos [biônica]

Ainda que de forma minoritária, tivemos, em nossa pesquisa de campo, respostas que consideravam que o principal problema da barraca utilizada pelo comércio ambulante era a estética. Nesses casos, as respostas levaram em conta tanto o próprio elemento instalado no espaço urbano, como sua organização no contexto, demonstrando a percepção leiga do que precisa ser feito.

No caso do mobiliário urbano, por sua questão funcional de atendimento público, a configuração deverá estar classificada como ativa ou ainda, em casos especiais integrativa. Segundo Dorfles [1977:48], a propriedade de um objeto projetado significar sua função, passa pela semantização de um elemento capaz de destacar uma característica formal, que serve para nos indicar a característica deste objeto. Nos casos dos suportes para o comércio nas ruas, essa característica é, normalmente, dada pela configuração da estrutura aquadrada, aliada à lona colorida ou listada colocada no teto. Acreditamos que este seja uma forma simples de trabalhar o assunto e consideramos que outros caminhos podem ser trabalhados, sem a necessidade dessa redução, desde que a exposição de produtos permita a compreensão da venda, esta sim uma característica funcional principal.

Há exemplos de casos de configuração adotados em alguns tipos de mobiliário urbano, tais como os elementos de telefone público em forma de coco ou berimbau, instalados em Salvador, Bahia, nos anos noventa. Mas nossa opinião é que essas experiências pontuais, não perduram e os elementos de mobiliário urbano acabam precisando de tradução para o reconhecimento e funcionamento. Este é o equívoco que não se pode cometer.

Para o trabalho conjunto de projeto urbano e design, é preciso considerar com relevância a teoria da Gestalt: como objetos são percebidos e agrupados no ambiente e no tempo [Bürdek.2006:301]. É através da percepção da relação dos objetos com o ambiente, que podem ser definidos os padrões de correlação que Alexander recomenda.

#### **6.2.6 Design e significado**

Os objetos desenhados tanto atendem a funções e necessidades específicas daquele tipo de produto, como criam imagens comunicativas, através da sua configuração, como apresentado no item anterior. Segundo Bürdek [2006], o mobiliário urbano, pode de forma contundente qualificá-lo através de conotações [significados adicionais expressivos] de sua forma e de sua implantação no ambiente.

Os objetos em geral criam essa qualificação a partir de sua expressão formal, informando como foram construídos; qual a tecnologia utilizada e em que contexto cultural se insere. Dominar essa linguagem de forma consciente, no desenvolvimento do projeto é fundamental para inserção no meio ambiente. Bürdek [2006:236] revela que Humberto Eco em "Introdução à Semiótica", dedica um capítulo inteiro a Semiótica e Arquitetura, onde defende que design e urbanismo estão incluídos nesta questão. Cita, também, Charles Jenks que explorou a semiótica na publicação "The Language of Post-Modern Architecture.

Seja qual for a questão, concordamos que a soma de associações que podem ser atribuídas a um objeto em uma cultura específica é um dos pontos fundamentais a serem considerados no projeto do mobiliário inserido no contexto urbano. É sob essa condição que haverá um diálogo entre eles.

### 6.2.7 Design e produção

A aquisição de um elemento de mobiliário urbano é sazonal, dependendo das necessidades de instalação desses produtos nos projetos públicos, resultando num tipo de produção descontínua, algumas vezes de pequena escala. No caso das alternativas tecnológicas, a descontinuidade da produção vai indicar a tendência de alguns requisitos como o uso de insumos padronizados, encontrados no mercado em qualquer tempo, independentes de produções especiais, que podem dificultar o processo, a cada vez que seja necessária uma produção daquele mesmo elemento. Produtos com insumos especiais, em geral, são de custo mais alto, dada a produção específica.

Também pode ser observado, que em alguns casos, vai ser preciso recorrer às diversas técnicas de produção industrial e outras diretamente relacionadas às soluções de instalações urbanísticas. No caso de uma barraca básica, por exemplo, cuja produção pode, dependendo da política urbana adotada, atingir a casa dos milhares, seus componentes devem ser racionalizados e gabaritáveis, para facilitar à produção, a montagem e desmontagem e sua instalação vai depender de um projeto urbano que pode demandar materiais específicos complementares, para cada caso. Caso o projeto demande quiosques fixos, a solução é mais intrinsecamente ligada às condições do local, incluindo a possibilidade de ligações elétricas, telefônicas ou de água para operação.

Uma ênfase especial deve ser pensada com referência aos critérios de produção que podem ser adotados nestes projetos: objetivar tecnologia de trabalho intensivo em detrimento daquela mais automatizada, favorecendo a produção por pequenas empresas. Esta opção deve ser adotada tanto pela escala de produção como por uma coerência ideológica. É o que podemos denominar de tecnologia adequada, uma vez que o trabalho se refere a uma condição específica local.

### 6.3 Lista de itens de orientação de projeto [check list].

A cidade é um espaço complexo, com muitas interferências no espaço público. Um trabalho de equipe transdisciplinar sob as condições apresentadas nos capítulos 4, 5 e 6, vai demandar um planejamento prévio de trabalho consistente, para que algum resultado satisfatório seja possível.

A ajuda de uma lista que apresente as interferências no projeto de design contribui para o processo de trabalho. Este procedimento decorre de experiência prévia em trabalhos de recomendação para o design de mobiliário escolar, desenvolvidos para o Ministério da Educação nos anos 70 e 80, aos quais integramos a equipe de projeto sob a coordenação do Prof. Karl H. Bergmiller, e cuja metodologia previa um "check list". Para tal, fizemos uma decupagem nos itens levantados no presente estudo, que possam a vir a intervir no desenvolvimento do design dos suportes para comércio de rua, organizando uma lista aberta, à qual podem ser acrescentados outros dados específicos, que porventura venham a ser levantados pelas equipes de projeto.

- Parâmetros legais e normativos:
  - Leis que se referem ao contexto e a atividade específica;
  - Definições de suporte contidas na lei;
  - Definições de possibilidade de venda de produtos;
  - Normas de instalação no espaço público;
  - Normas de acessibilidade.
  
- Parâmetros do projeto urbano
  - Espaço a ser ocupado pelo comércio ambulante;
  - Número de ambulantes possível;
  - Espaço de paisagismo;
  - Possibilidades de arranjos locais;
  - Ângulos de incidência do sol no local;
  - Predominância do ângulo da incidência de chuva, se houver [nas áreas urbanas, o vento encanado pela disposição das ruas pode vir a definir uma predominância];
  - Características estéticas de adequação ao entorno [formas, cores, texturas e complementos].
  
- Características funcionais da atividade
  - Possibilidades de exposição das mercadorias;
  - Estocagem dos produtos na barraca;
  - Montagem e desmontagem da barraca;
  - Transporte das mercadorias;
  - Transporte das barracas [características de projeto que podem influenciar];
  - Recolhimento dos detritos;
  
- Levantamento de dados para o design do produto
  - Variáveis dimensionais, considerando relações ergonômicas;
  - Possibilidades formais e construtivas que tornem o objeto mais versátil;
  - Possibilidades de uma estrutura modular, mais complementos;
  - Tipos de materiais de mercado para a solução do teto;
  - Materiais que evitem quinas vivas, terminações pontiagudas e juntas protuberantes;
  - Materiais de durabilidade comprovada;
  - Materiais que permitam seu bom aproveitamento, evitando sobras;
  - Possibilidades de padronização e racionalização entre os componentes do produto.
  
- Levantamento de dados sobre o tipo de produção
  - Escala de produção, ou seja, quantidade de produtos a serem produzidos;
  - Tipos de produção adequada para a escala;
  - Possibilidade de elementos fabricados em materiais plásticos;
  - Tipos de produção possíveis, nos materiais especificados.
  
- Profissionais consultores
  - Calculista para as estruturas;
  - Engenheiro de produção;
  - Engenheiro de instalação para o caso de suportes de comércio fixos.

## 7. Conclusão

Ao projeto urbano interessa pensar a cidade enquanto ação e futuro. Entende-la na sua “biodiversidade” que se traduz pelo “palco de atividade de todos capitais e todos os trabalhos” [Santos.2008:323] é a única forma, de empreender uma ação efetiva no seu espaço público. Essa é a busca, iniciada na percepção do contraste entre as abordagens de comércio ambulante no desenvolvimento dos projetos Rio Orla e Rio Cidade 1, dos quais participamos, conforme descrito anteriormente, que nos levou a questões no estudo do projeto urbano, para as quais não tínhamos respostas. Aprofundar esse tema, na configuração do mundo contemporâneo nos pareceu um caminho interessante a ser explorado.

Ainda, segundo Santos [2008:323], é nas cidades grandes, enriquecida na sua diversidade sócio-espacial da presença dos pobres, pela “produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes” e pela complexidade “das formas de trabalho e vida” que se pode encontrar o caminho para o futuro.

Como era essa a nossa busca, para encontrar esse caminho, consideramos importante, um olhar analítico que examinasse suas diversas influências. Por isso tentamos em primeiro lugar, entender a formação das atividades do comércio na organização dos espaços públicos, em suas várias formas de atuação. Essa observação tornou clara a correspondência do comportamento urbano dos atores do comércio ambulante com a implantação do comércio nas cidades medievais. Pudemos constatar então, as diversas formas de atuação do ambulante no espaço público e entender a lógica dessa apropriação, para atividades de atendimento às necessidades da parte menos favorecida, quase sempre “calcadas no consumo das classes mais abastadas” [Santos.2008:324].

Num outro estágio, foi a iconografia, anteriormente pesquisada em outros trabalhos, que indicou a necessidade do entendimento de um fator que consideramos importante para a existência deste tipo de comércio: o hábito desenvolvido através de séculos pelo exercício desta atividade no espaço público. Desde os mascates e os ‘negros de ganho’, financiados e sub-empregados muitas vezes pelo seu próprio senhor, que a população desta cidade convive e compartilha com os vendedores das ruas. O andar pelas ruas ocupadas pelo comércio ambulante, em estado de atenta observação, nos permite perceber a forte integração entre a população e o ambulante. O estudo deste comportamento do ponto de vista histórico foi conclusivo para compreender a dinâmica da ocupação do espaço público, e nos levou a outra percepção, relativa à regulamentação que as administrações públicas foram desenvolvendo ao longo do tempo.

A quantidade de projetos específicos, criando proibidos | permitidos, conforme já explicitado, em nossa análise das leis atuais e do histórico da implantação desta atividade no espaço urbano, corrobora para a falta de compreensão por parte dos ambulantes, que em nossas pesquisas mostrou o desconhecimento das leis que amparam a atividade por eles exercida. Esse quadro pouco definido possibilita a burla, os pequenos golpes e a corrupção por parte de pessoas que se colocam à margem de uma atividade já considerada marginal. A definição de normas já estabelecidas na prática, legalizadas “a posteriori”, percebida nos textos das leis colaborou para que estas não tivessem consistência, sendo necessário uma constante redefinição de regulamentações. A legislação específica para os ambulantes de praia é um bom exemplo desta questão

A pesquisa nas leis existentes se fez necessária para a definição dos limites de atuação neste campo. Tanto o resumo das leis, apresentado no anexo 3, como o quadro analítico resultante dele constituem-se, a nosso ver, ferramentas importantes de trabalho para qualquer projeto urbano que inclua a possibilidade de comércio ambulante. O quadro resumo apresentado no capítulo 4 é uma tipologia definidora dos ambulantes e dos suportes permitidos pela administração pública. Avaliar esse conjunto, em relação ao espaço público a ser trabalhado é nossa proposta para o projeto urbano que considere a possibilidade da inserção deste tipo de comércio.

Dessa tipologia, duas conclusões foram estabelecidas. A primeira se refere à oportunidade de conhecer melhor o comércio no espaço público, tendo em vista um quadro bastante diversificado de possibilidades. Tornou-se importante pesquisar o ator principal desta cena: o ambulante. A pesquisa foi realizada a partir de um recorte metodológico, com o objetivo de avaliar alguns pontos que julgamos interessantes em função da nossa pesquisa teórica e da própria observação da atividade: perfil do ambulante, horário de funcionamento, tipos de produtos comercializados, localização e relações com as instituições de fiscalização e controle foram fatores que ajudaram a definir o escopo.

Os resultados analisados definiram um quadro que, em muitos pontos, divergiam da imagem e do perfil que a sociedade, através dos meios de comunicação, estabeleceu para o ambulante. Assim, comparamos nossos resultados à pesquisa realizada por Bila Sorj, em 1987 no Rio de Janeiro. Dessa forma, pode ser avaliada a evolução, nos pontos de pesquisa coincidentes, o que resultou na confirmação da consolidação do trabalho dos ambulantes nos espaços públicos percebidos através da diversificação dos produtos vendidos em cada área, na especialização demandada por uma clientela fiel, e na criação de uma logística, que implica numa terceirização, que inclui novos postos de trabalho dependente deste comércio, como, os encarregados da montagem e desmontagem das barracas, o serviço de quentinhas e o indispensável “moço do cafezinho”.

Se a ocupação do espaço público da cidade por esta atividade é fato verificado, que dificilmente será modificado nas contingências atuais do mundo contemporâneo, como comprovado pela pesquisa histórica e pela análise da pesquisa de campo, a dedução é que esta questão

precisa ser avaliada para inserção no projeto urbano. Ignora-la é inútil. A pesquisa teórica, o levantamento e análise da pesquisa de campo nos indicaram premissas básicas para trabalhar a questão. Aprofundar um pouco mais, relacionando autores que nos fornecessem bases de critérios de projeto, foi nossa etapa seguinte, desdobrada em algumas proposições fundamentais:

- o trabalho transdisciplinar, envolvendo todos os atores envolvidos;
- uma sugestão de metodologia de trabalho para criar possibilidades desse tipo de ação, e premissas básicas que criem novos paradigmas para esse tipo de projeto.

Considerando a perspectiva de um trabalho transdisciplinar, tornou-se essencial complementar o olhar do projeto urbano com aquele do desenvolvimento de elementos urbanos. Segundo Serra [1996:18], a “idéia de conjunto deve prevalecer sobre as diferentes atuações realizadas na cidade” que acreditamos seja indispensável para a definição da identidade local. Para tal, é importante trabalhar o design dos elementos inserido nas decisões de projeto urbano, e mais que isso, pensar no processo metodológico do projeto.

Segundo Alexander, em seu trabalho “Notes on the Synthesis of Form”[1964:12] há um papel fundamental na metodologia do design referente à problemática da forma e do contexto. Quando a forma determina a solução do design e o contexto referencia a forma, já que contém as exigências para inserção do objeto, então o critério para o desenvolvimento do produto não contém somente a forma, mas sim a unidade forma-contexto.

Critérios relativos ao desenvolvimento do design dos elementos urbanos completam esse trabalho, cujo objetivo maior é iniciar a discussão sobre o tema que pode e deve ser analisado e complementado, já que entendemos que “se o planejamento urbano e o urbanismo devem ser capazes de se adaptar a um contexto mutável e incerto, a cidade construída deve ser flexível, reutilizável e transformável” [Ascher.1995:244], indicando um constante redesenho das idéias.

Concluimos finalmente que, somente uma equipe transdisciplinar, que trabalhe o urbano desde suas perspectivas histórico-comportamental, legal, administrativo-econômica, de projeto urbano e de design dos elementos, num processo de revisão contínua, poderá configurar um ambiente de qualidade de vida nesses espaços da cidade. Acreditamos que este processo inclua um exercício prático de cidadania, capaz de modificar procedimentos, conseqüentemente, criar novos paradigmas. Além disso, as questões econômicas e de gestão político administrativas vão influenciar nas decisões de projeto.

Para completar a proposta foi desenvolvido um 'check list' para definição dos critérios de projeto de design de suportes para o comércio ambulante, inserido no projeto urbano.

Nosso objetivo não é fechar o trabalho em recomendações de projeto, mas organizá-las para que possam servir de base para aprofundamento desta questão através de uma equipe que contemple os aspectos que influenciam essa atividade no espaço público.

As conclusões que nos levam a acreditar na possibilidade de se trabalhar esse tema passam por uma mudança de paradigma na metodologia de projeto. Essa mudança inclui a equipe transdisciplinar, ou seja, a participação conjunta dos atores envolvidos com o problema nas decisões de projeto, desde as diretrizes urbanísticas, que devem estar sempre sendo rediscutidas em espaços apropriados como o Compur; o urbanista que define o projeto urbano, decorrente deste direcionamento; a gestão pública, envolvendo a coordenação de controle urbano; os responsáveis pelas possíveis mudanças de legislação; os designers que vão atuar junto ao projeto urbano e os próprios ambulantes através de sua representatividade devem participar de um processo de mudança que possa tornar todos eles, agentes comprometidos.

Segundo Bauman [2000], há "um grande abismo entre a condição de indivíduo *de jure* e suas chances de se tornar indivíduos *de facto*". Acredita ele, e concordamos nós que "transpor esse abismo é tarefa da Política....., buscando a ágora, aquele espaço intermediário, público/privado, onde a política-vida encontra esta política com P maiúsculo".



## Bibliografia

- ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO, ARGULLOL, Rafael. A Cidade Turbilhão, In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994, pp. 60 a 68.
- ALBUQUERQUE, R. C. (Coord.). O Brasil social: realidades, desafios, opções. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.
- ALEXANDER, Christopher. The city as a mechanism for sustaining human contact. Edwald Ed., 1967.
- ALEXANDER, C. A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction. Oxford. Oxford University Press. 1978
- ALEXANDER, C. El modo intemporal de construir. Barcelona, Gustavo Gili:1981.
- ARANTES, Otilia. A ideologia do lugar público, in O lugar da Arquitetura depois dos Modernos, Edusp, SP, 1993.
- ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares, in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, 1994, pp. 190 a 203, Rio de Janeiro.
- ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ASCHER, François. Métapolis ou L'Avenir des Villes. Paris: éditions Odile Jacob, 1995
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2001.
- BAXTER, Mike. Projeto de Produto. Editora Edgard Blücher. Rio de Janeiro. 1998
- BENEVOLO, Leonardo. A Cidade na História da Europa. Editorial Presença, Queluz do Baixo, Portugal, 1996.
- BONSIEPE, Gui. A tecnologia da tecnologia. Editora Edgard Blücher, São Paulo. 1983.
- BRANDÃO, Maria Beatriz A. Design para Produtos de Uso Público: as Relações Interdisciplinares, in Anais do 3º Congresso Internacional de Pesquisa em Design, Rio de Janeiro, outubro de 2005.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del, O Rio de Janeiro de Pereira Passos, Uma cidade em Questão II, Pesquisa promovida pelo Solar Gradjean de Montigny – PUC-RJ, patrocinada pela Shell, Rio de Janeiro, 1985.
- BÜRDEK, Bernhard E. História Teoria e Prática do Design de Produtos, Editora Edgard Blücher, São Paulo. 2006
- CALDEIRA, Teresa. City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo. Tese de doutorado na Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos, 1992, in São Paulo; Espaços Públicos e Interação Social, de Heitor Frúgoli Funior.
- CARR, Stephen et al. Public Space, USA, Cambridge University Press, 1992.
- CARMONA, Michel. Mobilier Urbain. Presses Universitaires de France, 1985.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I: A sociedade em rede. Paz e Terra. São Paulo, 1999.
- CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.
- CEZAR, Paulo B. et alli. A Praça Mauá na Memória do Rio de Janeiro. João Fortes Engenharia e Editora Ex Libris. 1989
- COSTA, Cacilda Teixeira da. O Sonho e a Técnica: Arquitetura de Ferro no Brasil, EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. EDUSP, São Paulo, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia, Editora Ática, São Paulo, 1994.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. Editora Perspectiva, São Paulo, 1998.
- CHOAY, Françoise. Nova Babel: el reino de lo urbano y la muerte da cidade, in Arquitectura Viva, no 35, março/abril, 1994, Madrid.
- COHEN, Aaron. A la Decouvert de Rio. Geocolor S. A. 1979
- CREUS, Màrius O. Espacios, Muebles y Elementos Urbanos, in Elementos Urbanos: Mobiliário y Microarquitetura de Josep M. SERRA, Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 1996.
- CURVELANO JR, Nelson. Legislação Fiscal do Município do Rio de Janeiro. Editora Via Legis. Rio de Janeiro, 2004.
- CZARNOWSKI, Thomas V. The Street as a Communications Artifact, in On Streets. Boston: MIT Press, organizado por Stanford Anderson 1986.

- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série). Editora Itatiaia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo. 1989. Tomos Primeiro e Quarto.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. Editora Pini. São Paulo. 1990
- DELGADO, Ana Paulo T. Aspectos Jurídicos do Comércio Ambulante no Rio de Janeiro, in Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização, org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- FERREIRA, Aurelio B. de H: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FERREZ, Gilberto. O Rio Antigo do Fotógrafo Marc Ferrez. João Fortes Engenharia e Editora Ex Libris. 1984.
- FRUGOLI JR, Heitor. São Paulo – espaços públicos e interação social. Editora Marco Zero, SESCSP, 1995.
- GOMES, M. de Fátima C. Marques [org.]. Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- GOULART, José Alipio. Mascates no Brasil. Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1967.
- GUATÁRI, Felix. A reestruturação da cidade subjetiva. In: “Caosmose, um novo paradigma estético”. Editora 34, São Paulo, 1992.
- GUTMAN, Robert. La Generación de la Calle, in ANDERSON, Stanford, Calles: Problemas de Estructura y Diseño, Gustavo Gilli, Barcelona, 1981.
- HERMANN, Bernard et alli. Rio. Les Éditios du Pacifique.1977
- HERNANDEZ, Helia R. e BÁRCENAS, Víctor M. 1er Seminário de Teoria General de los Diseños - Coordenadores Universidad Autonoma Metropolitana - Unidad Azcapotzalco. Tamaulipas. 1997
- IBAM/CPU. Manual para Implantação de Mobiliário Urbano na Cidade do Rio de Janeiro. IBAM/CPU, PCRJ/SMU,1996
- JACOBS, Jane. The Death and Life of American Cities, Vintage Books, Nova York, Estados Unidos, 1992.
- LEME, M. Cristina da S. O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida in Revista Eure (Vol. XXIX, nº 87), Santiago de Chile, 2003.
- LESSA, Carlos. O Rio de Janeiro de Todos os Brasis. Editora Record. Rio de Janeiro. 2000
- LINCH, Kevin. Good city Form. The MIT Press, Cambridge, Massachussets, USA, 2000
- MADRID, Javier Estinou, in 1er Seminário de Teoria General de los Diseños. Unidad Azcapotzalco. Tamaulipas. 1997
- MAIA, Rosemere. Políticas Urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no “mercado mundial” das cidades, in Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. org. M. de Fátima C. Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- MARTINS, Angela Maria M. Ambiências que abrigam o comércio informal no Rio de Janeiro. O estudo de caso da rua Uruguaiana, in Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas:a questão do comércio ambulante em tempos de globalização, org. M. de Fátima Cabral Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006
- MATTES. D.; TAGNIN, R. A. Saneamento ambiental - ações e políticas no Município de São Paulo. In: Seminário Metrôpoles Latino-Americanas (2: 1992: São Paulo). São Paulo: v. 3, [s.n.], p.31, 1992.
- MOBILIER URBAIN. Centre de création industrielle, Paris, 1972/73.
- MONNET, Jérôme. Do vendedor ambulante ao cliente ambulante: um modelo teórico das relações entre o comércio de rua e a metropolização, in Cidade, Transformações no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização, org. M. de Fátima Cabral Marques Gomes. DP&A: Faperj, Rio de Janeiro. 2006

- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Rio de Janeiro Imperial. Topbooks Editora. Rio de Janeiro. 2000
- MELO, Hildete P. e TELES, Jorge L. Texto para discussão nº 773 - Serviços e informação: o comércio ambulante no Rio de Janeiro IPEA. 2000, issn 1415-4765 [resgatado na internet <http://www.ipea.gov.br>]
- PARENTE, José Inácio et alli. Rio de Janeiro: Retratos da Cidade. Interior Produções. 1994.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de F. Imagem em Movimento in Rio de Janeiro: Retratos da Cidade. Interior Produções. 1994. pag. 153
- PIRES, Elson Luciano Silva. O informal revisitado: produto do crescimento da economia brasileira. FPSLCPAM, São Paulo, 1993 (Estudos e pesquisas 3).
- PORTAS, Nuno. Urbanismo e Sociedade: Construindo o Futuro, in Cidade e Imaginação. UFRJ/FAU/PROURB, Organizadores Denise B. Pinheiro Machado e Eduardo Mendes de Vasconcellos. 1996
- RATTO, Luiz. Comércio: um mundo de negócios. Editora Senac Nacional, Rio de Janeiro, 2004.
- REDIG, Joaquim, O Sentido do Design. Edição do autor, Rio de Janeiro, 1977
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio de Janeiro. Plano Diretor Decenal da Cidade. Rio de Janeiro, 1993.
- REVISTA DO MIGRANTE. Ed. Travessia, São Paulo, n. 16. maio-ago, 1993.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO. IPHAN / Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, nº. 23, 1994.
- RICHARDS, Brian. New movements in cities. Studio Vista, London, e Reinold Publishing Corporation, New York, 1966.
- ROSENAU, Helen. A Cidade Ideal: Evolução Arquitetônica na Europa. Editorial Presença, Queluz do Baixo, Portugal, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A cidade como um jogo de cartas. Universidade Federal Fluminense: Niterói e Projeto Editores: São Paulo, 1988
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SERRA, Josep M. Elementos Urbanos: Mobiliário y Microarquitetura. Editorial Gustavo Gili. Barcelona. 1996.
- SORJ, Bila. Vendedores, ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. Tempo e presença, Rio de Janeiro, n. 269, 1993.
- STEWART, Cecil. A prospect of cities. Longmans, Green and Co Ltd. Londres, 1952.
- TSIOMIS, Yannis. Projeto Urbano Embelezamento e Reconquista da Cidade, in Cidade e Imaginação. UFRJ/FAU/PROURB, Organizadores Denise B.
- TSIOMIS, Yannis. Le style c'est la demarche, in Concevoir. Lês Cahier de la Recherche Architecturale. No 34. Marseille. Ed. Paranthèses.1993.
- VILLAS-BÔAS, Renata et alli. São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade. Pólis, nº 23, 1996, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
- WALSH, R. Notícias do Brasil. Coleção Reconquista do Brasil (3ª série). Editora Itatiaia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo. 1985. Primeiro Volume
- WHYTE, William H. The Social Life of Small Urban Spaces. The Conservation Foundation. Washington, Estados Unidos, 1988.
- ZEIZEL, John. *Inquiry by Design: Environment/Behavior... in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning*, Nova York. W.W. Norton & Company, Inc. 2006

Pesquisa sobre Sforzinda: <http://www.itis-einstein.roma.it/sforzinda/sforzind.htm>



Rio, 22.05.2008

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura | FAU | UFRJ  
Programa de Pós-graduação em Urbanismo | PROURB  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
Orientadora: Prof. Lucia Costa

## Maria Beatriz Afflalo Brandão | Bitiz

bitiz@aadesign.com.br

### Questionário | ambulantes:

### Anotações das respostas discursivas

Olá. Nós somos da UFRJ e estamos fazendo uma pesquisa sobre o comércio ambulante nas ruas do Rio de Janeiro, você teria alguns minutos para responder a um questionário?

1. Em relação à licença deste ponto você é:
  - a. \_\_\_\_\_ responsável
  - b. \_\_\_\_\_ empregado
  - c. \_\_\_\_\_ preposto
  
2. Período que trabalha como ambulante:
  - a. \_\_\_\_\_ 0 a 10 anos
  - b. \_\_\_\_\_ até 20 anos
  - c. \_\_\_\_\_ mais de 20 anos      Quantos \_\_\_\_\_
  
3. Quais os dias que você trabalha no comércio ambulante:
  - a. \_\_\_\_\_ [de segunda a sexta]
  - b. \_\_\_\_\_ [de segunda a segunda – incluindo sábados e domingos]
  - c. \_\_\_\_\_ [só aos domingos]
  - d. \_\_\_\_\_ [de segunda a sábado]
  - e. \_\_\_\_\_ [outros] Quais? \_\_\_\_\_
  
4. Qual o horário normal de trabalho
  - a. \_\_\_\_\_ [de 9 às 6h]
  - b. \_\_\_\_\_ [de 10 às 7h]
  - c. \_\_\_\_\_ [sem horário definido]
  - d. \_\_\_\_\_ [trabalha à noite – depois das 19h]
  - e. \_\_\_\_\_ [outros] Quais? \_\_\_\_\_
  
5. Se você pudesse escolher o melhor ponto para comercializar, onde escolheria? Porque? \_\_\_\_\_
  
6. Você já comercializou em outro lugar? \_\_\_\_\_

7. Como você conseguiu um ponto aqui? \_\_\_\_\_

8. Que tipo de mercadoria comercializa? \_\_\_\_\_

9. Como se instala no local?

a. \_\_\_\_\_ monta, desmonta e transporta sua própria barraca;

b. \_\_\_\_\_ monta, desmonta e paga p/transportar e guardar

c. \_\_\_\_\_ paga a alguém para montar e desmontar, transportar e guardar;

d. \_\_\_\_\_ outras formas. Quais? \_\_\_\_\_

[FH/ paga p/montar e desmontar, mas transporta e guarda]

10. Quando alguém te pergunta em que você trabalha, como você se denomina?

a. \_\_\_\_\_ camelô

b. \_\_\_\_\_ ambulante

c. \_\_\_\_\_ artesão

Para trabalhar o dia todo na rua, são necessárias algumas atividades complementares. Como você soluciona os seguintes itens:

11. Comer:

a. \_\_\_\_\_ [marmita no próprio local]

b. \_\_\_\_\_ [em alguma pensão, restaurante ou botequim perto]

c. \_\_\_\_\_ [só come sanduíche ou salgados] \_\_\_\_\_

d. \_\_\_\_\_ [outros] Quais? \_\_\_\_\_

12. Esquentar a comida:

a. \_\_\_\_\_ [não esquentar] \_\_\_\_\_

b. \_\_\_\_\_ [esquentar] Como? \_\_\_\_\_

13. Uso do sanitário;

a. \_\_\_\_\_ [costuma ir a algum botequim ou restaurante próximo]

b. \_\_\_\_\_ [usa algum sanitário público próximo]

c. \_\_\_\_\_ [usa algum canto da rua] \_\_\_\_\_

d. \_\_\_\_\_ [outros] Quais? \_\_\_\_\_

14. Para eventuais saídas da barraca, conta com;

a. \_\_\_\_\_ [pessoa de confiança ou empregado que o substitui sempre]

b. \_\_\_\_\_ [o ambulante do lado que dá uma olhadinha]

c. \_\_\_\_\_ [outros] Quais? \_\_\_\_\_

Anotações das respostas discursivas

15. Como trata o problema do lixo a cada dia de trabalho:

- a. \_\_\_\_\_ [tem lixeira e no final do dia coloca o lixo em alguma lixeira pública perto da barraca]
- b. \_\_\_\_\_ [usa a lixeira pública mais próxima quando precisa]
- c. \_\_\_\_\_ [outras formas] Quais? \_\_\_\_\_

16. Costuma limpar em volta da barraca [varrer, catar papéis, manter limpo]

- a. \_\_\_\_\_ [nunca]
- b. \_\_\_\_\_ [diariamente na chegada]
- c. \_\_\_\_\_ [diariamente na chegada e na saída]
- d. \_\_\_\_\_ [a qualquer hora que fique sujo]

17. Porque você começou a trabalhar como ambulante? \_\_\_\_\_

18. Você pretende continuar a trabalhar como ambulante?

- a. \_\_\_\_\_ sim
  - b. \_\_\_\_\_ não
- Porque? \_\_\_\_\_

19. As pessoas que compram na sua barraca

- a. \_\_\_\_\_ são compradores eventuais
- b. \_\_\_\_\_ são compradores fiéis, que muitas vezes encomendam mercadorias;
- c. \_\_\_\_\_ outro tipo. Quais? \_\_\_\_\_

20. Qual o tamanho de barraca que você considera razoável?

- a. \_\_\_\_\_ 1 x 1m conforme a maioria dos modelos de hoje em dia; [Feira Hyppie 2 x2m]
- b. \_\_\_\_\_ um pouco maior. [indicar quanto]
- c. \_\_\_\_\_ tamanho de acordo com o tipo de mercadoria vendida.
- d. \_\_\_\_\_ outros. Quais? \_\_\_\_\_

21. Quais os problemas relativos ao modelo da barraca que você usa? \_\_\_\_\_

22. Qual o maior problema da área que você instala sua barraca para a venda de mercadorias?

23. Qual o maior problema da área em relação à segurança? \_\_\_\_\_

24. Qual o seu maior problema em relação à fiscalização? \_\_\_\_\_

25. Algumas perguntas para a gente poder definir que tipo de pessoa você é:

25.1. Responsável pelo ponto

- a. \_\_\_\_\_ homem
- b. \_\_\_\_\_ mulher

25.2. Empregado

- a. \_\_\_\_\_ homem
- b. \_\_\_\_\_ mulher

25.3. Faixa etária

- a. \_\_\_\_\_ abaixo de 20 anos
- b. \_\_\_\_\_ entre 21 e 40 anos
- c. \_\_\_\_\_ entre 41 e 60 anos
- d. \_\_\_\_\_ acima de 61 anos

25.4. Nível de escolaridade

- a. \_\_\_\_\_ não sabe ler
- b. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 1 [1<sup>a</sup>. à 4<sup>a</sup>. Série] \_\_\_\_\_
- c. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 2 [5<sup>a</sup>. à 8<sup>a</sup>. Série]
- d. \_\_\_\_\_ ensino médio [2<sup>o</sup>. Grau]
- e. \_\_\_\_\_ ensino superior
- f. \_\_\_\_\_ ensino técnico

25.5. Reside na:

- a. \_\_\_\_\_ zona sul
  - b. \_\_\_\_\_ zona norte
  - c. \_\_\_\_\_ zona oeste
  - d. \_\_\_\_\_ centro
  - e. \_\_\_\_\_ suburbio
  - f. \_\_\_\_\_ arredores
- Bairro: \_\_\_\_\_

25.6. Em relação à moradia

- a. \_\_\_\_\_ mora em casa própria
- b. \_\_\_\_\_ mora em imóvel alugado
- c. \_\_\_\_\_ outros \_\_\_\_\_

25.7. Já trabalhou com carteira assinada

- a. \_\_\_\_\_ sim
- b. \_\_\_\_\_ não \_\_\_\_\_

25.8. Em relação à renda familiar

- a. \_\_\_\_\_ é o único responsável pela renda da família
- b. \_\_\_\_\_ divide as despesas com outras pessoas da casa
- c. \_\_\_\_\_ outros Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Anotações das respostas discursivas

25.9 Em relação ao estado civil

- a. \_\_\_\_\_ solteiro
- b. \_\_\_\_\_ casado
- c. \_\_\_\_\_ divorciado
- d. \_\_\_\_\_ viúvo
- e. \_\_\_\_\_ outros

Quais?

\_\_\_\_\_

25.10 Em relação à família:

- a. \_\_\_\_\_ filhos maiores
- b. \_\_\_\_\_ filhos menores
- c. \_\_\_\_\_ filhos maiores e menores
- d. \_\_\_\_\_ sem filhos

26. Você teria mais alguma coisa que gostaria de nos dizer?

\_\_\_\_\_



Rio, 27.07.2008

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura | FAU | UFRJ  
Programa de Pós-graduação em Urbanismo | PROURB  
PROJETO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
Orientadora; Prof. Lucia Costa  
Entrevista | Ambulantes

## Maria Beatriz Afflalo Brandão | Bitiz

[bitiz@aadesign.com.br](mailto:bitiz@aadesign.com.br)

A. Questões das condições de se tornar um ambulante daquele ponto:

1. Você é o responsável pelo ponto ou empregado?
2. Há quanto tempo você comercializa neste ponto?
3. Porque começou a trabalhar como ambulante?
4. Que tipo de mercadoria você comercializa?
5. Já comercializou antes em outro lugar?
6. Caso afirmativo, quais as razões da mudança?
7. Quais são as condições de para alguém comercializar aqui?

8. Há muito revezamento na instalação dos pontos?
9. Você tem informação sobre há quanto tempo estão instalados os mais antigos?
10. Em São Paulo existem os termos camelô [aquele que tem que explicar o seu produto], ambulante [o que tem licença da Prefeitura para vender nas ruas] e marreteiro [aquele que invade as ruas e joga o pára-quadras no chão]. Aqui no Rio como vocês se denominam?

B. Questões sobre o suporte para comercialização:

11. As barracas apresentam um só modelo básico. Você acha que isto precisa ser modificado?
12. Quais as maiores dificuldades que você percebe no uso da sua barraca?
13. Que produtos ficam mais difíceis de vender por causa do tipo da barraca?
14. Você teria a sugestão de algum tipo de acessório para uso na barraca que facilitaria sua exposição e venda dos produtos?
15. Quais as dificuldades da barraca em relação ao seu formato?
16. Quais as dificuldades da barraca em relação ao material dela?
17. Se você pudesse mandar fazer uma barraca especial, quais as principais características que você exigiria no novo modelo?

18. Como são montadas e desmontadas as barracas atuais?

19. Você acha que a montagem e desmontagem podem melhorar?

C. Questões sobre política e organização:

20. Se você tivesse o poder para organizar este espaço quais as principais regras que você estabeleceria para cada ambulante?

21. Quais as maiores dificuldades suas no dia a dia?  
[comer, ir ao banheiro, limpar, jogar o lixo fora]

22. Os ambulantes desta área têm algum tipo de Associação para defender os interesses do grupo?

23. O que você acha da construção de mercadões para os ambulantes saírem das ruas?

D. Questões sobre legislação e segurança:

24. Você conhece alguma das leis que regulamentam o comércio ambulante? Qual sua opinião sobre essas leis?

25. Você sofre algum tipo de violência [roubo, chantagem, ameaças] no seu trabalho? Como você enfrenta este tipo de situação?

E. Perfil dos ambulantes:

26. Responsável pelo ponto

a. \_\_\_\_\_ homem

b. \_\_\_\_\_ mulher

25. Empregado  
c. \_\_\_\_\_ homem  
d. \_\_\_\_\_ mulher

27. Nível de escolaridade  
e. \_\_\_\_\_ não sabe ler  
f. \_\_\_\_\_ assina o nome, mas não sabe ler muito bem  
g. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 1 [1ª. à 4ª. Série]  
h. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 2 [5ª. à 8ª. Série]  
i. \_\_\_\_\_ ensino médio [2º. Grau]  
j. \_\_\_\_\_ ensino superior  
k. \_\_\_\_\_ ensino técnico

28. Faixa etária  
a. \_\_\_\_\_ abaixo de 20 anos  
b. \_\_\_\_\_ entre 21 e 40 anos  
c. \_\_\_\_\_ entre 41 e 60 anos  
d. \_\_\_\_\_ acima de 61 anos

29. Nível de escolaridade  
a. \_\_\_\_\_ não sabe ler  
b. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 1 [1ª. à 4ª. Série]  
c. \_\_\_\_\_ ensino fundamental 2 [5ª. à 8ª. Série]  
d. \_\_\_\_\_ ensino médio [2º. Grau]  
e. \_\_\_\_\_ ensino superior  
f. \_\_\_\_\_ ensino técnico

30. Reside na:  
a. \_\_\_\_\_ zona sul  
b. \_\_\_\_\_ zona norte  
c. \_\_\_\_\_ zona oeste  
d. \_\_\_\_\_ centro  
e. \_\_\_\_\_ suburbio  
f. \_\_\_\_\_ arredores

Bairro: \_\_\_\_\_

31. Em relação à moradia  
a. \_\_\_\_\_ mora em casa própria  
b. \_\_\_\_\_ mora em imóvel alugado  
c. \_\_\_\_\_ outros

32. Já trabalhou com carteira assinada  
a. \_\_\_\_\_ sim  
B. \_\_\_\_\_ não

33. Em relação à renda familiar
- a. \_\_\_\_\_ é o único responsável pela renda da família
  - b. \_\_\_\_\_ divide as despesas com outras pessoas da casa
  - c. \_\_\_\_\_ outros Quais\_\_\_\_\_
34. Em relação ao estado civil
- a. \_\_\_\_\_ solteiro
  - b. \_\_\_\_\_ casado
  - c. \_\_\_\_\_ divorciado
  - d. \_\_\_\_\_ viúvo
  - e. \_\_\_\_\_ outros Quais\_\_\_\_\_
35. Em relação à família:
- a. \_\_\_\_\_ filhos maiores
  - b. \_\_\_\_\_ filhos menores dependentes
  - c. \_\_\_\_\_ filhos menores e maiores
  - d. \_\_\_\_\_ sem filhos
36. Você teria mais alguma coisa que gostaria de nos dizer?





**Lei No 1.876, de 29.06.1992** [dispõe sobre o Comércio Ambulante no Município e dá outras providências /pág. 412]. Esta é a lei mais geral.

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Comerciante ambulante ou camelô é a pessoa física, sem vínculo empregatício, que por sua conta e risco exerce essa atividade profissional com ou sem emprego de equipamento auxiliar;
- Os equipamentos permitidos são: veículos não motorizados ou triciclos [aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda]; tabuleiro [barraca] de 1m x 1,10m, com cobertura de 20 cm além da área da barraca; bujão, cesta ou caixa a tiracolo; mala com 70 x 45 x 30 cm; pequeno recipiente térmico; módulo ou veículo motorizado [aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda], com dimensões máximas de 2,50 x 1,80 x 2,50m de altura [alterado pela lei 2,766/99]; trailer com comprimentos de 2,51 a 7,0 m; 1,81m a 2,50m de largura, e 3,0 m de altura;
- Outros meios a serem definidos em legislação específica;
- Estabelece comissões regionais e permanentes, multi-representativas para definir zoneamento, espaços públicos livres para o comércio, características e número de pessoas capazes de exercer a atividade, tipos de mercadoria, relacionamento entre comissões [nestas comissões estão previstos representantes dos ambulantes, mas só na comissão permanente está prevista a participação de um representante da Secretaria Municipal de Urbanismo];
- Há produtos proibidos e permitidos listados na lei;
- Proibição de instalação nos seguintes locais: em frente à entrada de edifícios e repartições públicas, quartéis, escolas, hospitais, estabelecimentos bancários, templos religiosos, paradas de coletivos, monumentos públicos e bens tombados;
- Também não é permitido a localização a menos de 50m das estações de embarque e desembarque de passageiros, a menos de 50m de estabelecimentos que vendam exclusivamente os mesmos produtos, a menos de cinco metros das esquinas de logradouros ou em pontos que perturbem a visão dos motoristas e em passeios de menos de 3m [veículos não motorizados];
- A lei estabelece um número máximo de ambulantes por região administrativa, em seu Anexo II;
- O distanciamento entre tabuleiros é de 1m, excetuando-se locais onde por consenso da Comissão Regional, seja dada outra orientação.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

Embora a lei abranja qualquer tipo de ambulante, são listados os seguintes tipos de ambulantes especiais, com seus requisitos específicos:

- comércio em trailers [permitida a colocação de cadeiras e mesas em situação específica];
- engraxates [cadeira padronizada, nas áreas de recuos de edifícios ou em pequeno módulo transportável];
- fotógrafos;
- baianas [requerido o uso de caixas envidraçadas com dimensão máxima de 1,0 x 0,70 m, fixadas em cavaletes];
- vendedores de angu [requerido um veículo de material inoxidável e vedação perfeita];
- quiosque de flores e plantas em praças públicas [modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Fundação Parques e Jardins]; — pintores e artistas plásticos [exposição em cavaletes ou outro suporte desmontável, aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda];

- vendedores ambulantes de praia em ponto fixo [distanciamento de 50m de um outro ambulante e barraca tipo guarda sol com 2m de perímetro];
- vendedores ambulantes de praia em carrocinha [modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Fazenda, sendo proibido o estacionamento];
- vendedores ambulantes de praia com uso de pequeno recipiente térmico ou outros determinados pela Secretaria Municipal de Fazenda;
- ambulantes de ponta de feira [em numero máximo de 70, utilizando tabuleiros de 1 x 1,10m];
- feirantes [ver Decreto 13.195, de 09.09.1994].

**Lei 772, de 03.12.85** [dispõe sobre instalação de quiosques para venda de flores, plantas ornamentais e afins /pág. 428].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Funcionamento em quiosques de estrutura metálica removível;
- Modelo aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda ouvida a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- Instalação dos quiosques em locais de quantidades definidos pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Diretoria de Parques e Jardins em casos excepcionais;
- Permitida instalação somente nos bairros do Centro, Catete, Tijuca, Copacabana, Ipanema, e Madureira.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosque de flores

**Decreto 6.929, de 08.09.1987** regulamenta a Lei 772/85 [pág. 428].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Modelos aprovados pelo Secretário de Fazenda em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com área máxima de 12m<sup>2</sup>, ocupação máxima do entorno de 20m<sup>2</sup>, distância livre das áreas de ocupação de 3m;
- A exposição de mercadorias não impedirá o livre trânsito nas calçadas;
- Cada quiosque deverá ter um recipiente para depósito de lixo.
- É proibida a utilização de caixas, caixotes e similares, colocação de cartazes, faixas ou letreiros e fixar dispositivos diretamente no solo.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosque de flores

**Decreto 12.113, de 26.03.1993** [estabelece normas para a concessão de autorização para o comércio [ambulante] de aves, ovos e derivados /pág. 430].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Funcionamento em veículos motorizados, devidamente aparelhados com caixa térmica ou freezer, ou veículos não motorizados frigoríficos [trailers];
- Modelo aprovado pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda;
- Proibição de instalação nos seguintes locais: em frente a entrada de edifícios e repartições públicas, quartéis, escolas, hospitais, estabelecimentos bancários, templos religiosos, paradas de coletivos, monumentos públicos e bens tombados;
- Também não é permitido a localização a menos de 50m das estações de embarque e desembarque de passageiros, a menos de 100m de estabelecimentos que vendam exclusivamente os mesmos produtos, a menos de cinco metros das esquinas de logradouros ou em pontos que perturbem a visão dos motoristas e em passeios de menos de 3m [veículos não motorizados].

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Trailers de aves, ovos e derivados.

**Lei 2.063, de 02.12.1993** [obriga o uso de crachás de identificação e autorização a todos os vendedores ambulantes com ponto fixo ou não /pág. 431].

— Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais e conseqüente desdobramento das possibilidades de projeto que contem como classificação/identificação dos usuários.

**Decreto 12.644, de 24.01.1994** [estabelece a obrigação para o cadastramento do comércio ambulante /pág. 432].

— Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais e conseqüente desdobramento das possibilidades de projeto que contem como quantificação por área de projeto urbano/classificação/identificação dos usuários.

**Decreto 13.111, de 04.08.1994** [dispõe sobre a cassação de Alvará dos estabelecimentos que sirvam de depósito para o comércio clandestino /pág. 432].

— Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais e sinaliza para o envolvimento de atividades ilegais e criminosas com a atividade do comércio ambulante.

**Decreto 13.238, de 26.09.1994** [define os procedimentos para a comunicação às autoridades policiais e ao Ministério Público de crimes de natureza tributária e conexos, apurados através da atividade de fiscalização ao comércio ambulante irregular /pág. 433].

— Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas sinaliza para o envolvimento de atividades ilegais e criminosas com a atividade do comércio ambulante.

**Decreto 13.550, de 28.12.1994** [proíbe o exercício do comércio ambulante em frente a estabelecimentos bancários e dá outras providências /pág. 434].

— Esse lei decreto define menos uma área possível para o comércio ambulante, somando-se às outras já proibidas nas citações acima.

**Decreto 14.608, de 04.03.1996** [disciplina a localização de quiosques de venda de flores e plantas ornamentais no Município /pág.434].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

— Esse decreto aumenta a distância entre os quiosques de flores e o comércio formal, específico desta atividade para 200m. [alterado pelo Decreto 18.595/00].

Tipos de ambulantes especificados na lei:

— Quiosque de flores

**Decreto 14.624, de 12.03.1996** [proíbe a venda de determinados produtos pelo comércio ambulante e dá outras providências /pág. 435].

Destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

— Esse decreto aumenta a inclui na lista de produtos proibidos os veículos, sucatas, autopeças, artefatos com uso de gás e eletro-eletrônicos.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

— Qualquer vendedor ambulante, nos suportes já estabelecidos.

**Decreto "N" 15.522, de 07.02.1997** [dispõe sobre a proibição de concessão de autorização do comércio ambulante num raio de 200 (duzentos) metros de escolas e hospitais /pág. 436].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

— Esse decreto declara uma outra área proibida ao comércio ambulante.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

— Qualquer vendedor com elementos de suporte do comércio ambulante.

**Lei 2.547, de 13.05.1997** [estabelece condições para permissão de uso para instalação de cabinas, destinadas a equipamentos de fotos automáticas, nos logradouros públicos do Município, e dá outras providências /pág. 436].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Esse decreto referenda um novo tipo de quiosque: de fotografia;
- Declara que o equipamento deve ser instalado preferencialmente ao lado das bancas de jornais e revistas;
- Essas cabinas deverão ter no máximo, 1,50m<sup>2</sup>.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Cabinas para fotos automáticas.

**Decreto “N” 16.937, de 13.08.1998** [regulamenta a Lei 2.547, de 13.05.1997 estabelece condições para permissão de uso para instalação de cabinas, destinadas a equipamentos de fotos automáticas, nos logradouros públicos /pág. 437].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Esse decreto regulamenta o uso da cabina de fotografia;
- Uso somente em calçadas com mais de 3m;
- Distância de 100m entre outro equipamento do mesmo tipo e a 20m de um estabelecimento que forneça o mesmo tipo de serviço;
- Sua instalação deve manter livre as faixas correspondentes às entradas de garagem com mais 1m de cada lado, e as faixas de entrada de portarias sociais e de serviço com mais 2m de cada lado;
- aprovação da SMU e do IPLANRIO [hoje IPP] no caso de projetos urbanísticos específicos.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Cabinas para fotos automáticas.

**Lei 2.567, de 16.09.1997** [dispõe sobre a venda de frutas em quiosques em logradouros públicos do município e dá outras providências/pág. 438].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Quiosques de frutas padronizados, com estrutura removível;
- Modelos aprovados pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Secretaria Municipal de Urbanismo;
- Essas quiosques deverão ter no máximo, 9m<sup>2</sup>;
- A ocupação do logradouro não pode ultrapassar 15m<sup>2</sup>
- As mercadorias expostas não podem impedir o trânsito de pedestres no passeio.
- É vedada à instalação em praças e jardins, salvo em casos excepcionais autorizados pela Fundação Parques e Jardins;
- Os quiosques deverão contar com lixeiras com sacos de lixo para a coleta.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosques de frutas.

**Portaria F/CLF no 400, de 19.05.1999** [dispõe sobre apreensão de mercadorias em logradouros públicos /pág. 440].

- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais sinaliza para o envolvimento de atividades ilegais e criminosas com a atividade do comércio ambulante.

**Resolução Conjunta SMS/SMG no 1, de 11/06/1999** [estabelece padrões sanitários e de exercício de atividades em geral para os quiosques localizados em áreas de lazer da Lagoa Rodrigo de Freitas e dá outras providências/pág. 441].

- Essa resolução cria posturas para o licenciamento dos quiosques da Lagoa, destacando-se que o lixo deverá ser acondicionado em recipientes próprios e a limpeza do local é de responsabilidade do quiosqueiro;

- É possível a instalação de mesas e cadeiras variando entre 24 e 30 conjuntos de acordo com o tamanho de cada quiosque;
- É permitida a apresentação de shows.

**Portaria conjunta GM/CFL no 001, de 10.12.1999** [dispõe sobre a aplicação do Decreto “N” 17.931, de 24.09.1999 referente à desobstrução de bens públicos municipais /pág. 444].

- A guarda municipal fica responsável por recolher quaisquer mercadorias ou equipamento que estiver obstruindo áreas públicas do Município.
- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais e conseqüente desdobramento das possibilidades de projeto

**Decreto “N” 18.446, de 10.03. 2000** [proíbe exclusividade de venda de produtos em áreas públicas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que detenham a permissão de uso ou autorização concedida pelo Município /pág. 449].

- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais..

**Lei 3.228, de 26.10.2001** [obriga os titulares de quiosques localizados na orla marítima do Município à conservação da limpeza do passeio utilizado /pág. 449].

- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais..

**Lei 3.456, de 02.12.2002** [dispõe sobre a venda de bebidas em recipientes de vidro nas praias do Município /pág. 450].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Nesta lei destaca-se a permissão, exclusiva, dos quiosques implantados pela Prefeitura na orla para a venda de bebidas em recipientes de vidro;

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosques da Orla.

**Decreto 22.553, de 03.01.2003** [determina os procedimentos quanto aos quiosques de plantas em áreas públicas e dá outras providências /pág. 450].

- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais, uma vez que o decreto fixa um prazo de 30 dias para o recadastramento deste tipo de comércio em todo o Município.

**Lei 3.549, de 16.04.2003** [dispõe sobre a colocação de cadeiras de engraxate em vários pontos da cidade para o trabalho de menores carentes /pág. 451].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Nesta lei destaca-se o uso do mobiliário urbano para um projeto de responsabilidade social, uma vez que serão os menores carentes os eleitos para trabalhar;
- As cadeiras e uniformes serão padronizados e poderão conter propaganda da empresa ou entidade patrocinadora.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Cadeira de engraxate com publicidade.

**Decreto 23.140, de 16.07.2003** [orienta os procedimentos para destruição de produtos “pirateados” ou falsificados apreendidos no comércio ambulante em áreas públicas /pág. 451].

- Essa lei só nos interessa como fator de entendimento das posturas municipais e sinaliza para o envolvimento de atividades ilegais e criminosas com a atividade do comércio ambulante.

**Decreto 23.864, de 19.12.2003** [dispõe sobre autorização de funcionamento de quiosques de livros na forma que menciona /pág. 452].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Nesta lei destaca-se o uso do mobiliário urbano para um projeto cultural, uma vez que os quiosques de venda de livros são permitidos em todos os bairros onde não haja livraria;
- Parâmetros de autorização deverão ser definidos pelas Secretarias Municipais de Governo e de Cultura.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosque para a venda de livros.

**Decreto 23.927, de 26.01.2004** [dispõe sobre autorização de funcionamento de quiosques de livros na forma que menciona, e dá outras providências /pág. 452].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- O modelo deverá ser aprovado pelo Instituto Pereira Passos;
- A lei estabelece uma série de locais proibidos;
- A venda nestes quiosques é exclusivamente para livros, sendo proibido qualquer outro produto.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosque para a venda de livros.

**Decreto 24.520, de 12.08.2004** [regulamenta a prestação de serviço de massagem e outras terapias corporais em áreas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências /pág. 453].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Fica autorizada a prestação dos serviços de terapia corporal na areia da orla marítima, junto à calçada; na Quinta da Boa Vista e em outros parques e áreas públicas;
- Como equipamentos poderão se utilizados: uma maca e um guarda sol não ultrapassando a área de 4m<sup>2</sup>;
- Não será permitida a colocação de balcão cabine, quiosque ou equipamento similar para o exercício desta atividade na área pública.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Equipamentos para terapias alternativas.

**Lei 3425 de 22.07.2002** [dispõe sobre a concessão de autorização para funcionamento das bancas de jornais e revistas no Município do Rio de Janeiro /pág. 544]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- A permissão de venda nas bancas de jornais foi estendida para: jornais, revistas, livros, publicações, fascículos, almanaques, guias, plantas da cidade, publicação de leis; álbuns e figurinhas, e revistas que não promovam sorteio ou distribuição de prêmios; bilhetes de loterias ; qualquer publicação periódica de sentido cultural, artístico ou científico; selos de Empresa de Correios e Telégrafos, fichas de telefones públicos, cartões postais e comemorativos de eventos, papel de cartas, envelopes, adesivos e bôtons; faixas, bandeiro-las, galhardetes, balões infláveis e flâmulas, desde que acondicionados em envelopes ou sacos plásticos; cigarros, fósforos, isqueiros, canetas, pilhas, filmes fotográficos, fitas de vídeo e CD's quando acompanhados de publicações, doces industrializados, refrigerantes e sorvetes, quando acondicionados em compartimento frigorífico compatível com o espaço interno da banca; bilhetes de metrô, ingressos para espetáculos esportivos, teatrais e musicais e preservativos;
- Quanto às dimensões, os modelos das bancas de jornais e revistas não poderão em qualquer hipótese, ter comprimento superior a seis metros de

largura superior a três metros, salvo nas área do Projeto Rio Cidade quando a autoridade pública determinará as dimensões da banca;

- O comprimento da banca não poderá ser maior que o dobro da sua largura, exceto nas calçadas até quatro metros;
- Não poderá a largura da banca exceder a cinqüenta por cento da largura da calçada;
- Não é permitida, em qualquer hipótese, a instalação de bancas de jornais e revistas em calçadas com menos ou igual a três metros de largura.
- A altura da banca deverá ser no máximo de três metros, contada a partir do nível da calçada até a sua face superior horizontal.
- As bancas serão confeccionadas em aço galvanizadas ou aço inox, ou em material esteticamente adequado e que assegure proteção a banca, inclusive com base de alvenaria.
- As bancas de jornais não poderão ser localizadas:
  - . a menos de cinco metros das esquinas das fachadas, no sentido do alinhamento dos prédios;
  - . em qualquer caso, a menos de quatrocentos metros de outra banca ou estabelecimento com a atividade única de venda de livros, jornais e revistas, devendo a distância mencionada ser observada até mesmo em logradouros diferentes, quando será medida passando pelas esquinas respectivas, salvo se por relevante interesse público, a juízo da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, e com a anuência da Secretaria Municipal de Urbanismo, do Iplanrio e da Comissão de representantes da categoria indicados pelas entidades existentes;
  - . em passeios fronteiros a monumentos e prédios tombados pela União, Estado ou Município, ou junto aos estabelecimentos militares ou órgão de segurança;
  - . nas praias;
  - . em logradouros da orla marítima;
  - . nos pontos em que possam perturbar a visão dos motoristas.
- Nas bancas de jornais e revistas serão permitidas as seguintes formas de publicidade:
  - . a fixação de cartazes referentes aos jornais, revistas e demais periódicos comercializados, não podendo o seu tamanho exceder o de uma folha da publicação divulgada;
  - . a instalação na cobertura de um engenho luminoso com as seguintes características: o número de faces corresponderá ao número de lados da cobertura; o comprimento total das faces externas corresponderá ao perímetro da cobertura; espessura máxima de trinta centímetros; altura máxima de quarenta centímetros;
  - . a instalação de painéis, luminosos ou não, na face posterior, com altura e comprimento não superiores aos desta e espessura máxima de dez centímetros.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Bancas de jornais.

**Decreto "N" 15.503, de 03.02. 1997** [institui a Feira de Antiquários do Rio de Janeiro /pág. 603]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Feira específica da Praça Santos Dumont, na Gávea;
- Inicialmente limitada em 80 o número de barracas;
- A barraca utilizada na feira ficará limitada em 2,20 x 1,60m e sua aquisição montagem e desmontagem são de responsabilidade do expositor.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Barracas de feiras de antiquários.

**Decreto "N" 17.332, de 19.02.1999** [disciplina o funcionamento da Feira Noturna Turística de Copacabana /pág. 604]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- A feira funcionará no canteiro central da Av. Atlântica, entre as ruas Miguel Lemos e Souza Lima, de quarta a domingo, das 19 às 24h;
- Será permitida a comercialização dos seguintes produtos: artigos de artesanato em palha, metal, corda, pedra couro e madeira; peças de vestuário com motivos turísticos e outros, que constem do artigo 27 da Lei no 1.876/92;
- O comércio deverá ser feito em barraca de 1,0 x 1,10 m com cobertura de lona branca.
- É proibido utilizar corda, cabo, ou qualquer objeto de fixação dos equipamentos em postes, árvores, grade, piso ou qualquer peça do mobiliário urbano; pendurar mercadorias ou expô-las fora dos limites das barracas; colocar qualquer objeto ou recipiente fora dos limites da barraca e proteger a barraca com cobertura plástica cujo modelo não tenha sido previamente aprovado pelo Município.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Barracas da Feira Noturna de Copacabana

**Lei No 1.533, de 10 de janeiro de 1990** [regulamenta as Feiras Especiais de Arte – Feirartes /pág. 606].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- As Feirartes são vinculadas ao Centro de Artes Calouste Gulbenkian, que sedia sua administração e coordenação;
- A exposição será feita em barracas de no máximo 2,0 x 3,0m ou em painéis de 1,25 x 3,00m, sendo que somente os expositores de móveis e comidas típicas será permitido o uso de barracas de 4,0 x 4,0m;
- O toldo será padronizado quanto à cor, de acordo com a maioria dos expositores de cada Feirarte.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Barracas e painéis das Feiras Especiais de Arte .

**Lei No 2.934, de 24 de novembro de 1999** [autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito municipal, espaços destinados ao funcionamento de feiras de livro tipo sebo, e dá outras providências /pág. 607].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- O Poder Executivo fica autorizado a criar, no âmbito do Município, Espaço para o funcionamento de feira de livro , tipo sebo.
- O Poder executivo expedirá normas regulamentadoras para a execução desta lei.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Vendas de livros em suporte sem especificação

**Lei No 2.995, de 13 de janeiro de 2000** [institui, em caráter permanente, a Feira do Colecionador, a ser implantada no Passeio Público, nas condições que especifica /pág. 607].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Previsão de comercialização de selos, moedas, cartões e demais coleções de interesse cultural, somente aos domingos;
- Essa lei não especifica o suporte de comercialização deste tipo de feira;

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Vendedores com suporte sem especificação

**Decreto No 18.818, de 28 de julho de 2000** [proíbe a realização de feiras de comércio em áreas públicas do Município do Rio de Janeiro /pág. 610].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Excetuam-se desta proibição, as feiras que estejam disciplinadas em legislação específica;



- Não se consideram feiras, para fins de aplicação deste decreto, os mercados populares e áreas de reassentamento de comerciantes ambulantes criadas pelo Município;

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Vendedores com suporte sem especificação..

**Lei Complementar No 50, de 5 de abril de 2001** [dispõe sobre a criação, o licenciamento e o funcionamento das feiras alternativas no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências /pág. 611].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Considera-se feira alternativa aquela que se realiza em caráter transitório, em espaços públicos, no Município do Rio de Janeiro;
- Essa feira só poderá funcionar até a meia-noite;
- Serão comercializados o artesanato em geral, obras de arte, móveis, artigos de couro e plástico, e artigos de alimentação tipo lanchonete;
- Nesses espaços e permitida a realização de atividades recreativas, musicais e culturais, bem como campanha de interesse social;
- São listados dez tipos de mercadorias de venda proibida;
- Estas feiras poderão estar instaladas tanto em espaços públicos, como em Shoppings e outros espaços públicos privados;

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Suporte sem especificação, nem mesmo é exigida a aprovação dos modelos a serem montados por órgãos competentes.

**Lei No 492 de 04.01.1984** [cria dispõe sobre o funcionamento e o exercício do comércio nas feiras-livres do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências /pág. 640]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Há três tipos de comerciantes estabelecidos em feiras-livres que se apresentam de forma diferente: feirante-produtor, aquele que comercia unicamente a sua produção e usa a lona verde para identificá-lo; feirante-mercador comercializa produção de terceiros e usa a lona com listas brancas e vermelhas e feirante – cabeceira-de-feira que também comercializa a produção de terceiros, mas de tipos diferentes e usa a lona amarelo mostarda [ver artigo 18 da lei];
- Há dezoito tipos de mercadorias possíveis que variam conforme a região administrativa da cidade;
- O comércio de pescado só é possível em veículos especiais, com refrigeração;
- O comércio de caldo de cana só poderá ser exercido em veículo especial;
- No interior das feiras-livres poderão ser licenciados como ambulantes vendedores de café e de embalagens para os feirantes;
- A comercialização nas feiras é feita em tabuleiros [ou barracas] não especificados no texto da lei, alugados através de associações de feirantes, sendo proibida a concessão de exclusividade a uma empresa para fornecimento, montagem e desmontagem das barracas;
- Compete a Secretaria Municipal da Fazenda baixar atos normativos referentes à obrigatoriedade ou não de veículos especiais, frígomoíveis ou não, metragem e demais especificações de tabuleiros, barracas e veículos utilizados.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Veículos, tabuleiros, barracas usados em feiras-livres.

**Lei 2052 de 26.11.1993** [cria o Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste no Campo de São Cristóvão /pág. 652]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Feira específica do Campo de São Cristóvão;

- As atividades da feira devem ser compatibilizadas com as atividades do Pavilhão [essa lei é anterior ao atual estágio do local];
- Inicialmente funcionava dividida em três áreas A,B,C com tipos de comércio diferentes; tais como; música e comida na B; área A estacionamento do Pavilhão e produtos típicos nordestinos;
- As barracas utilizada na feira ficará limitada deverão ser padronizadas em tamanho formato e cores;
- A lei estabelece uma Comissão de Organização e Administração formada por feirantes e Prefeitura e um Conselho orientador, formado por um representante da Secretaria de Cultura, feirantes e representantes da Associação de Moradores de São Cristóvão, dos usuários do Pavilhão de São Cristóvão, dos frequentadores da feira e da associação Comercial e Industrial de São Cristóvão.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Barracas de feiras de São Cristóvão.

**Decreto 13.195, de 09.09.1994** [dispõe sobre o funcionamento das Feiras Móveis no Município do Rio de Janeiro. /pág. 654]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Feiras com a comercialização exclusiva em veículos;
- Para cada feira são permitidos no máximo 20 veículos;
- Nas feiras móveis não é permitido o comércio ambulante;
- Consideram-se dois tipos de comerciantes; feirante produtor e feirante mercador.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Veículos especiais.

**Decreto 14.626, de 13.03.1996** [regulamenta o funcionamento da Feira Nordestina no Campo de São Cristóvão /pág. 655]

- Esse decreto não altera nenhum item com destaque para o nosso trabalho.

**Resolução SMG no 325, de 01.04.1999**, [condiciona a renovação de Autorização de Uso da Área Pública para o exercício do comércio em feiras livres, à apresentação de verificação das balanças pelo INMETRO. /pág. 657]

- Esse decreto não altera nenhum item com destaque para o nosso trabalho.

**Resolução SMG no 439, de 30.06.2000** [dispõe sobre a venda de salgados e pastéis em feiras-livres do município /pág. 657]

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- Autorização da venda de pastéis ao feirantes que têm a permissão para comercializar caldo de cana;
- Para os produtos deverão ser protegidos em vitrines de vidro;
- A inclusão da venda de pastéis não permite aumentar a área ocupada;

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Veículos especiais.

**Decreto 20.225, de 13.07.2001** [cria o Regulamento 26 da Consolidação das Posturas Municipais, aprovado pelo Decreto 1601/78, dispõe sobre os usos e atividades na orla marítima do Município e dá outras providências /pág. 664].

Seguem os destaques relativos ao nosso objeto de trabalho:

- O exercício da atividade de comércio ambulante na areia das praias do Município está sujeito à autorização prévia da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização [Inspeções Regionais];
- Há dois tipos de autorização: em ponto fixo, com uso de barraca ou sem

ponto fixo, com uso de equipamento a tiracolo;

- Os ambulantes do ponto fixo devem disponibilizar sacos plásticos para acondicionamento do lixo;
- Podem ser comercializados somente os seguintes produtos: cerveja em lata, refrigerante e água mineral em lata ou garrafa plástica, coco verde, caipirinha, sucos e refrescos industrializados e embalados, sanduíches prontos e embalados, biscoitos, batata frita industrializada, sorvetes embalados; bonés, bijuterias e protetores solares [ambulantes sem ponto fixo];
- A localização na praia deve obedecer aos seguintes parâmetros: distância mínima de 50m entre pontos fixos; utilização de metade do módulo padronizado com duas caixas de isopor de 200L e um recipiente para lixo de 60L;
- Os ambulantes em ponto fixo são responsáveis pela limpeza de uma área correspondente a um círculo de 25m de perímetro, devendo ao final do dia recolher todo o lixo produzido, ensaca-lo e retirá-lo do local;
- Serão toleradas a manutenção de dez barracas [guarda sol] com duas cadeiras cada, e de um chuveiro para uso gratuito dos banhistas em uma área de 1m<sup>2</sup>, junto ao módulo.
- Os quiosques da orla, construídos pela Prefeitura apresentam uma legislação específica, diferenciando-se dos ambulantes de ponto fixo, entre outras coisas pelos produtos possíveis de venda [leites e derivados, frutas, salgadinhos pré-preparados, milho verde e pizzas pré-preparadas]; instalação de seis mesas e cadeiras em cada unidade e possibilidade de propaganda comercial;
- Em qualquer dos dois casos é vedada à veiculação de música.

Tipos de ambulantes especificados na lei:

- Quiosques da orla, módulos padronizados de ambulantes na areia e elementos para venda ambulante a tiracolo.



## Entrevistados

1. Jacques Zajdeznalder  
Secretário Extraordinário de Assuntos Especiais do governo Marcello Alencar, sobre o programa de cadastramento dos ambulantes, nos anos 90.

Temas discutidos  
Objetivo do programa, metodologia aplicada, material disponível.

2. Cristina Micaelo  
Assessora da presidência do Instituto Pereira Passos e participante do Rio Orla na equipe de coordenação da implantação do projeto, sobre a experiência deste projeto e o material disponível.

Temas discutidos:  
Análise da experiência Rio Orla

3. Helena Rego  
Gerente de Projeto no Instituto Pereira Passos e participante do Rio Orla na equipe de coordenação da implantação do projeto, sobre a experiência deste projeto e o material disponível.

Temas discutidos:  
Análise da experiência Rio Orla

4. Nelson Curvelan  
Ex-diretor da Fiscalização da Secretaria da Fazenda e autor do livro Legislação Fiscal do Rio de Janeiro, sobre as leis e sua experiência.

Temas discutidos: Experiência anterior, adequação das leis, controle urbano, possibilidades de trabalho na área.

5. Lucio Costa  
Ex-diretor da Coordenação de Controle Urbano, até início de 2008., sobre a experiência da CCU e gestão pública nesta questão.

Temas discutidos: Experiência anterior, adequação das leis, controle urbano, possibilidades de trabalho na área.

6. Susam Karin  
Atual diretora da Coordenação de Controle Urbano, desde o início de 2008, sobre a experiência da CCU e gestão pública nesta questão.

Temas discutidos: Experiência anterior, adequação das leis, controle urbano, possibilidades de trabalho na área.

7. Marcelo Veras, Leila da Lapa e Pedro de Copacabana  
Presidentes de Associações de Ambulantes, sobre o trabalho dessas instituições.

Temas discutidos: Legislação, posturas, projeto de nova barraca de comercialização, fiscalização, novas formas de localização em mercados populares.



## COMÉRCIO AMBULANTE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

### 1. DIAGNÓSTICO

Constata-se hoje uma situação de total desordenação do comércio ambulante, produzindo, pelo descontrole, uma violenta agressão às partes envolvidas e/ou afetadas pela sua operação e permitindo maior satisfação apenas àqueles que se locupletam com as suas propinas.

É urgente que a Prefeitura promova radical mudança nos procedimentos atuais, perseguindo basicamente eliminar os pontos que estão prejudicando a cada um dos segmentos envolvidos no comércio ambulante.

Passamos a analisar, pontualmente, os principais prejudicados, salientando os seus prejuízos diretos.

- 1.1 - à população: fluxo prejudicado pela ocupação desordenada das calçadas, saúde prejudicada pela falta de controle sanitário na venda de alimentos, comercialização prejudicada pela impossibilidade de defesa do consumidor diante de qualquer ato lesivo promovido pelo ambulante não regulamentado.
- 1.2 - ao ambulante: a falta de organização concreta da atividade acarreta instabilidade quanto ao "ponto" e ao tipo de mercadoria, não define os "custos" fixos da sua operação, sujeita às flutuações de demanda financeira os seus achacadores.
- 1.3 - ao comerciante estabelecido: bancar elevada conta de despesas para fazer funcionar a sua atividade participando de concorrência desleal com o comércio ambulante que obstrui-lhe

portas e vitrines além de gozar da possibilidade de abordar o possível comprador antes do mesmo entrar no estabelecimento comercial.

- 1.4 - aos Governos Municipal, Estadual e Federal, pela evasão de receita.
- 1.5 - à Prefeitura da Cidade, pelo seu desgaste político em não dar solução ao problema que afeta a muitos e forma opinião quanto à gestão municipal.
- 1.6 - às transportadoras e empresas de seguro: pela facilidade de comercialização de mercadorias recebidas.
- 1.7 - aos empregados das empresas clandestinas, que não tem a sua carteira assinada e consequentes direitos trabalhistas.

## 2. LEGISLAÇÃO

O comércio ambulante possui Lei específica de nº 1222 (12/4/88), modificada pela Lei nº 1368 (29/12/88).

O seu conteúdo, merecedor de uma análise detalhada, é fruto de ações que entremeiam espírito público com defesa de vantagens para corporações. Carece de regulamentações para o seu pleno funcionamento mas melhor proveito teríamos com o encaminhamento de mensagem propondo nova legislação, dentro de uma ótica mais coerente com o interesse público.

Ressalte-se que, apesar de precária, a legislação possibilita algumas ações de Governo, de relativa importância, impedidas apenas pela ineficiência do seu Departamento de Controle do Comércio Ambulante, hoje praticamente desativado. 0



É possível, por exemplo, apreender a mercadoria do ambulante em situação irregular e condicionar a devolução da mesma ao pagamento de multas entre 20 e 30 UNIF além de comprovação de origem e propriedade em nota fiscal com validade de apenas 5 (cinco) dias.

### 3. PROGNÓSTICO

O prognóstico da situação do Comércio Ambulante, se deixado a mercê de sua evolução natural, é sombrio. O "mix" de corrupção, receptação, desrespeito às leis, sonegação etc. conduz o conjunto ao caminho da violência, do poder assegurado pelo "mais forte". Em breve poderemos encontrar, se já não encontramos, o crime organizado, a violência pela disputa de pontos e o comércio de drogas encoberto por esta situação onde o poder de polícia não se faz sentir.

### 4. LIMITES A DEFINIR

Descartadas pelo bom senso, as hipóteses extremadas de aniquilamento do Comércio Ambulante ou de abandono do mesmo ao seu perigoso processo de evolução natural, cabe à Prefeitura determinar, como Governo, os limites necessários ao seu estabelecimento, minorando o descalabro atual.

Quais os limites a determinar é a primeira questão a ser posta. Nossa experiência aponta que devemos interferir apenas em:

- parâmetros de distribuição nas calçadas e praças de modo a não prejudicar a sua função principal de circulação e lazer.
- dimensões máximas que possam ser ocupadas pelos expositores e tabuleiros de cada ambulante.
- padronização de barracas e uniformes.
- definição dos produtos de comercialização proibida ou restrita.

A quantidade de ambulantes não precisa ser limitada. Ela é auto-regulável, variando conforme o nível de emprego oferecido e os

espaços ("PONTOS") remanescentes. É possível (e obrigatório) privilegiar os deficientes e demais segmentos amparados pela legislação, cabendo aos demais os locais menos vantajosos.

Uma fiscalização eficaz (capítulo à parte) assegurará os direitos aos mais necessitados e acabará por diminuir os atrativos oferecidos hoje aos menos necessitados.

#### 5. AÇÃO DA PREFEITURA: FISCALIZAÇÃO

É da Prefeitura a responsabilidade maior nesta espinhosa questão.

Compete à Prefeitura organizar um sistema de controle sobre a atividade em tela, fazendo cumprir a legislação, cobrando os impostos, reavaliando as questões etc.

Ficou claro que a liberação promovida com fins eleitorais, ao final da gestão 79/82 do Governo estadual (c/prefeito biônico) abriu espaço para um enorme esquema de corrupção no meio do comércio ambulante.

De tal forma contaminou-se o órgão responsável e os seus responsáveis pela ação fiscal que, em nenhuma hipótese, pode-se pensar em resgatar um trabalho criterioso com este mesmo conjunto.

Neste sentido é preciso estruturar uma proposta que reescreva inteiramente o capítulo fiscalização, com outra doutrina, outros instrumentos e outras pessoas,

#### 6. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - descentralização.

A hipótese de ida da responsabilidade da fiscalização para a S.M.G. aponta para a descentralização do controle para as Regiões Administrativas, hoje intensamente envolvidas com o problema dos ambulantes.

Em cada R.A. seria criado um núcleo de coordenação local do

comércio ambulante e, com pequena equipe, seria possível, dentro de parâmetros pré-estabelecidos, desenvolver as seguintes atividades:

- cadastramento dos ambulantes
- seleção dos inscritos com direitos de prioridade
- localização e distribuição dos pontos
- apreciação e encaminhamento à instância superior dos recursos quanto às suas decisões
- fiscalização e autuação do comércio ambulante.

As atividades de fiscalização das R.As. teriam o apoio e a supervisão de um núcleo centralizado de repressão o qual funcionaria por acionamentos diversos e inesperados, ligado diretamente ao gabinete da Secretaria.

Em complemento a fiscalização seria feita pela população ( com um telefone igual ao do "TAPA-BURACO"-199) e ainda por rodízio, por funcionários municipais, ocupantes de cargos de confiança, desconhecidos na área e com formulários cujo preenchimento atestará ou não a eficiência dos núcleos das R.As.

Aliás sugere-se que estes núcleos teriam as suas equipes compostas por estagiários e estudantes.

## 7. AS ASSOCIAÇÕES

Umás mais representativas, outras mais cartoriais, formaram-se inúmeras, quase todas organizadas em critério de localização.

Para que se obtenha sucesso numa nova planificação é fundamental que estas sejam ouvidas e que as suas reivindicações sejam objeto de exame pelo poder público.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1990

*Jaques Zujdovitz*